



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**O TERROR SERÁ TELEVISIONADO: O PAPEL DA FOX NEWS NA LEGITIMAÇÃO DA
DOCTRINA BUSH (GEORGE W. BUSH) DE COMBATE AO TERRORISMO (2001-2004)**

NATALI LAISE ZAMBONI HOFF

Foz do Iguaçu
2014



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO**

**O TERROR SERÁ TELEVISIONADO: O PAPEL DA FOX NEWS NA LEGITIMAÇÃO DA
DOCTRINA BUSH (GEORGE W. BUSH) DE COMBATE AO TERRORISMO (2001-2004)**

NATALI LAISE ZAMBONI HOFF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Prof. Me. Karen dos Santos Honório

Foz do Iguaçu
2014

NATALI LAISE ZAMBONI HOFF

**O TERROR SERÁ TELEVISIONADO: O PAPEL DA FOX NEWS NA LEGITIMAÇÃO DA
DOCTRINA BUSH (GEORGE W. BUSH) DE COMBATE AO TERRORISMO (2001-2004)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. Karen do Santos Honório
UNILA

Prof. Dr. Dinaldo Sepulveda Almendra Filho
UNILA

Prof. Dr. Ramon Blanco de Freitas
UNILA

Prof. Dr. Tereza Maria Spyer Dulci
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Sempre acreditei que em nossas vidas apenas obtemos sucesso e conquistamos aquilo que almejamos quando contamos com pessoas especiais, que de alguma forma nos auxiliam e nos guiam pelos caminhos que escolhemos percorrer. E na conclusão desse trabalho, que finda uma importante etapa da minha vida, posso dizer que tenho muito a agradecer.

Indiscutivelmente, eu não poderia iniciar de outra forma, que não seja agradecendo aos meus pais, Maria Zamboni Hoff e José Vicente Melchior Hoff, por terem me incentivado a perseguir os meus objetivos, respeitando sempre as minhas escolhas e me apoiando incondicionalmente durante todo esse processo. Lembrando ainda que o apoio dos meus dois irmãos Micheli Daiane Zamboni e Gabriel José Zamboni Hoff, também foi importantíssimo para que eu pudesse concluir esse trabalho.

Não posso deixar de agradecer também à minha orientadora Karen dos Santos Honório por ter me auxiliado na construção dessa pesquisa e pela dedicação empenhada para isso. Mas, agradeço fundamentalmente pela compreensão, paciência e ótimas interferências na elaboração de todo o trabalho.

Agradeço a todo corpo docente do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA, o qual me proporcionou quatro ótimos anos de graduação, ricos nos mais diversos conteúdos. Especialmente à professora Tereza Spyer por ter ministrado a disciplina de História dos Estados Unidos, a qual me despertou o interesse pelo tema aqui escolhido. Não poderia esquecer-me de agradecer aos professores que aceitaram compor a banca examinadora desse trabalho por terem cedido o seu tempo e atenção.

Agradeço ainda a todos os meus colegas de curso pelos debates e discussões em sala de aula ou fora dela sobre as relações internacionais, o mundo, a vida e a importância das diferenças para a nossa formação. Com certeza este trabalho possui muito dessas discussões e opiniões, oriundas de diversas localidades da América Latina.

Por fim agradeço imensamente a todos os meus amigos, que me acompanharam e apoiaram durante toda essa etapa. Acredito que por mais solitário que se torne o caminho, sempre existirão pessoas especiais que nos acolherão e farão com que o difícil se torne mais fácil. Não cabe aqui nominar essas pessoas especiais, uma vez que conto com a sorte de possuir várias delas em minha vida, às quais sou muito grata por tudo.

*“Pode ser bom possuir o poder baseado na
força, mas é melhor ganhar e segurar o
coração das Pessoas!”*

Joseph Goebbels

*“A imprensa pode causar mais danos que a
bomba atômica. E deixar cicatrizes para o
cérebro”*

Noam Chomsky

*“Se você não for cuidadoso, os jornais farão você odiar
as pessoas que estão sendo oprimidas, e amar as
pessoas que estão oprimindo.”*

Malcon X

*"O mal que os homens fazem lhes sobrevive,
ao passo que o bem é, na maioria das vezes,
sepultado com os seus ossos. "*

William Shakespeare

HOFF, Natali Laise Zamboni. **O Terror será televisionado: O Papel da Fox News na Legitimação da Doutrina Bush (George W. Bush) de Combate ao Terrorismo (2001-2004).** 2014. 98 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

RESUMO

Reconhecendo a importância histórica dos Atentados de 11 de setembro, assim como as modificações nos paradigmas de política externa e de segurança estadunidense partir do mesmo, este trabalho objetiva à compreensão das relações existentes entre os meios de comunicação e a legitimação do combate ao terrorismo como prioridade norte-americana nos anos de 2001 a 2004. Considerando a importância dos grandes conglomerados de mídia para o estudo das relações internacionais, buscaremos evidenciar como o Governo Bush valeu-se do *soft power* dos veículos de comunicação, alinhados à sua política neoconservadora. Assim como a capacidade de securitização alcançada por esses meios para conduzir e convencer a opinião pública estadunidense a favor da Guerra ao Terror. A análise se centrará no canal de notícias FOX News e sua relação com a legitimação da Doutrina Bush, para tal, analisaremos o programa do horário nobre The O'Reilly Factor e como o seu conteúdo após os atentados convergiu com as diretrizes e ações da política externa do governo Bush, convertendo-se em fonte de legitimação.

Palavras-chave: Mídia, Guerra ao terror, George W. Bush, Fox News

RESUMEN

Reconociendo la importancia histórica de los atentados del 11, así como los cambios en los paradigmas de la política exterior y de seguridad de los Estados Unidos a partir de la misma, este trabajo tiene como objetivo comprender la relación entre los medios de comunicación y la legitimidad de la lucha contra el terrorismo como una prioridad para los Estados Unidos en los años de 2001- 2004. Teniendo en cuenta la importancia de los grandes conglomerados de medios para el estudio de las relaciones internacionales, vamos a tratar de mostrar cómo la administración Bush se aprovechó del *soft power* de los medios que estaban de acuerdo con sus políticas neoconservadoras. También se va a exponer la capacidad de securitización lograda por esos medios para dirigir y convencer a la opinión pública estadounidense en favor de la guerra contra el terrorismo. El análisis se centrará en canal de noticias Fox News y su relación con la legitimidad de la Doctrina Bush, con este fin, se analiza el programa The O'Reilly Factor y como su contenido después de los ataques convergió con las directrices y acciones de política exterior del gobierno Bush, convirtiéndose en una fuente de legitimidad.

Palabras clave: Medios de Comunicación, Guerra contra el Terror, George W. Bush, Fox News

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC: American Broadcasting Company
ADC: American-Arab Anti-Discrimination Committee
AEI: American Enterprise Institute
BCN: Broadcasting Corporation of Niue
CBS: Columbia Broadcasting System
CCNY: City College of New York
CIA: Central Intelligence Agency
CNN: Cable News Network
COPRI: Conflict and Peace Research Institute
ESI: Estudos de Segurança Internacional
EUA: Estados Unidos da América
FBI: Federal Bureau Investigation
ISA: International Studies Association
NBC: National Broadcasting Company
Neocons: Neoconservadores
NewsCorp: News Corporation
TV: Televisão
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WTTG-TV: Washington Thomas Toliver Goldsmith

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1. A MÍDIA COMO OBJETO DE ESTUDO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA	14
1.1 O construtivismo e a importância das ideias para as Relações Internacionais..	14
1.2 A Escola de Copenhague e a ampliação da agenda nos Estudos de Segurança Internacional	22
1.3 A <i>Agenda Setting</i> e a mídia inserida nos conceitos de securitização e <i>Soft Power</i>	26
2. O GOVERNO DE GEORGE W. BUSH, O TERRORISMO E O ADVENTO DA IDEIA DE TERROR NA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	35
2.1 A administração de George W. Bush e o impacto dos Ataques de 11 de Setembro no seu governo.....	35
2.2 O Neoconservadorismo norte-americano e a sua importância na concepção da Doutrina Bush.....	41
2.3 Terror Espetáculo: a espetacularização dos atentados terroristas e os seus impactos no cenário mundial.....	49
3. A FOX NEWS CHANNEL COMO CANAL LEGITIMADOR DOS INTERESSES NORTE-AMERICANOS NO PÓS 11 DE SETEMBRO.....	54
3.1 A <i>Fox News Channel</i> e o império de Rupert Murdoch nas telecomunicações.	55
3.2 <i>The O'Reilly Factor</i> : a voz conservadora norte-americana e a repercussão dos atentados de 11 de Setembro de 2001.....	62
3.3 A convergência nos discursos de George W. Bush e Bill O'Reilly na legitimação da Guerra ao Terror.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Abordaremos nesse trabalho uma temática complexa e que, apesar de passados mais de dez anos dos ocorridos aqui referenciados, ainda é extremamente atual e pertinente aos estudos em Relações Internacionais. Trata-se de investigar como os meios de comunicação no século XXI seguiram o caminho, daquele apontado por Gil Scott-Heron¹ em seu poema *The Revolution Will Not Be Televised*.² Tendo em conta essa analogia, buscamos nesse trabalho olhar para o caso dos atentados terroristas de 11 de Setembro, avaliando que o terror sim, foi televisionado e acompanhado por toda a população mundial como um verdadeiro espetáculo. A ironia consiste em observarmos que o poeta e músico norte-americano já identificava qual seria o direcionamento das representações feitas pelos meios de comunicação. Scott-Heron sublinha em sua música-poema que

Não haverá destaques nas notícias das onze horas e nem fotos de mulheres armadas, peludas e libertárias e nem de Jackie Onassis assuando o nariz. A música-tema não será escrita por Jim Webb, Francis Scott Key, nem cantada por Glen Campbell, Tom Jones, Johnny Cash, EnglebertHumperdink ou pela Rare Earth. A revolução não será televisionada (SCOTT-HERON, 1974).³

Indo além da analogia contida no poema de Scott-Heron, quando nos deparamos com a cobertura dos atentados ocorridos em 2001 nos Estados Unidos, podemos facilmente notar que o fato ganhou grande notoriedade e a indústria da informação e do entretenimento se apropriou dos acontecimentos de modo a encaixá-lo nos moldes do mercado capitalista. Assim, poderíamos pensar que a revolução não será vendida, diferentemente do que se observou com o terror e o medo. A imagem da colisão dos aviões, a dor daqueles que perderem um ente querido, os terroristas fanáticos religiosos, os povos árabes apoiadores do terrorismo e, acima de tudo, a insegurança foram convertidos em mercadorias. Essa apropriação do fato pelos meios de comunicação aconteceu, sobretudo, por que convergia com os interesses do governo estadunidense. E esta é justamente a premissa inicial que guiará

¹Gil Scott-Heron (1949 -2011) foi um músico e poeta norte-americano. O auge de sua carreira se deu no final da década de 1960 e princípio dos anos 1970, principalmente por seu trabalho e atuações com poesia cantada e falada. Ele misturava em suas músicas ritmos como o Jazz, o Funk, o Soul e ainda, ritmos latinos. Suas letras se relacionavam, geralmente, com a sua militância pelos direitos dos afro-americanos.

²O poema/canção mais famoso de Gil Scott-Heron é "The Revolution Will Not Be Televised", em português, "A revolução não será televisionada, que serviu de inspiração para o título dessa monografia "O terror será televisionado".

³Tradução livre da autora: "There will be no highlights on the eleven o'clock news and no pictures of hairy armed women liberationists and Jackie Onassis blowing her nose. The theme song will not be written by Jim Webb, Francis Scott Key, nor sung by Glen Campbell, Tom Jones, Johnny Cash, EnglebertHumperdink, or the Rare Earth. The revolutionwillnotbetelevised."

o foco dessa pesquisa: observar as conexões entre as forças políticas e os meios de comunicação norte-americanos na construção de narrativas midiáticas legitimadoras dos interesses das primeiras durante a Doutrina Bush, ou seja, o porquê do terror ter sido televisionado.

Assim, o presente trabalho objetiva expor a importância dos meios de comunicação nos estudos de relações internacionais, através de uma investigação a respeito de qual o papel do canal de notícias estadunidense *Fox News Channel* no processo de legitimação da Doutrina Bush. Trataremos de enunciar como a grade de programação da emissora coincidiu com os interesses do governo norte-americano no pós 11 de Setembro, auxiliando assim na justificação perante a opinião pública da política externa e de segurança empreendida pelo país no combate ao terrorismo.

Utilizaremos uma abordagem teórica embasada nas concepções construtivistas, buscando compreender a maneira como as ideias, a linguagem e as identidades possuem poder de ingerência no meio internacional, sendo assim, contribuindo para que se ampliem os estudos sobre o tema na área. Apresentaremos a mídia como uma ferramenta importante nos processos de securitização e de *Soft Power* para os Estados, podendo ser utilizada para reiterar a necessidade de certas ações no meio internacional.

Ressaltando que as Relações Internacionais compõem um campo de estudos extremamente jovem, surgido no período imediato após a Primeira Guerra Mundial, em virtude da necessidade de se compreender e antever as relações entre os Estados Nacionais. Logo, em um primeiro momento, apoiados nos preceitos do Realismo Clássico, os estudos na área se concentravam no papel do Estado enquanto o único ator com capacidades de produzir efeitos no sistema internacional. Contudo, o século XX foi marcado por profundas e aceleradas transformações estruturais, interferindo nas interpretações e nos debates teóricos dentro da área. Dessa maneira, as concepções iniciais, fundamentalmente realistas, que marcavam o *mainstream* das teorias de Relações internacionais, foram perdendo capacidade explicativa perante os novos fenômenos e atores e a própria dilatação dos conceitos e perspectivas na área.

Após a o fim da Guerra fria, tornou-se latente a necessidade de que as Relações Internacionais ampliassem a sua agenda de pesquisa, dando margem assim para a incorporação das novas variáveis que marcam o ambiente pós-moderno. Deste modo, o nosso estudo se concentra essencialmente na compreensão desses novos atores que vêm ganhando espaço na cena internacional. Tratando, especificamente, da inserção e da influência da mídia no sistema internacional como um ator emergente, através de sua atuação na construção e

representações do mundo após os ataques de 11 de setembro de 2001 e como fonte de legitimação da política externa dos Estados Unidos no período analisado.

É importante destacar, que os meios de comunicação, em tempos da referida “sociedade da informação” (CASTELLS, 2000), ganham cada vez mais espaço de ingerência nos mais diversos setores da sociedade, de maneira que a esfera política, seja ela interna ou externa, não escapa às investidas e aos interesses dos grandes monopólios da informação.

Com essa nova dinâmica social e econômica, ocasionada sobretudo pela globalização e marcada pela modernidade líquida (BAUMAN, 2000), na qual a troca de fluxos é intensa e a aceleração do tempo e diminuição dos espaços acaba por transformar o mundo um ambiente fluido e sem solidez nas relações culmina por afetar as interações entre os mais diversos atores no sistema internacional. O Estado ainda mantém o seu papel central, contudo, novos agentes como a mídia vêm aumentando o seu poder de influência nos processos decisórios e na condução dos processos políticos, econômicos e sociais da atualidade.

Logo, as relações internacionais contemporâneas possuem em sua essência a formação de um sistema dinâmico de atores, marcado pela interdependência entre eles. Sendo imprescindível para uma melhor compreensão da realidade internacional que se busque identificar de maneira clara e específica qual o papel de cada um desses emergentes atores, assim como entender como alteram as dinâmicas e os fenômenos nesse contexto (OLIVEIRA, 2010).

A mídia surge como um ator emergente principalmente por: “(...) ainda não estar totalmente definida e estudada cientificamente a sua exata extensão perante as relações internacionais” (OLIVEIRA, 2010 p.34). Isso nos mostra que os estudos sobre o papel dos meios de comunicação ainda são escassos na área, porém, com a abertura epistemológica proposta pelo Quarto Debate⁴, cada vez mais se observa um crescente protagonismo dos estudos a respeito desses novos fenômenos.

É preciso enaltecer que a mídia é muitas vezes o único mediador entre os indivíduos e o meio internacional, assim, podemos apreender a importância que ela possui na construção de representações e identidades. No caso da utilização da mídia como uma ferramenta legitimadora pelo governo dos Estados Unidos após os atentados de 11 de Setembro, é importante salientar que:

⁴ O Quarto e, atual, debate de paradigmas nas Relações Internacionais, opõe positivistas e pós-positivistas ou, como ainda são denominados, racionalistas e reflexivistas. Envolve mais do que a ontologia ou metodologia no estudo das relações internacionais, tratando da epistemologia isto é, o que está em questão é aquilo que pode vir a ser conhecido através da teorização das relações internacionais, questionando principalmente a concepção clássica e limitadora de atores e fenômenos.

(...) as telecomunicações, desde a sua origem, estiveram relacionadas à área de defesa nacional e que hoje, mais do que nunca, constituem uma estrutura global de poder do qual os EUA dependem para a manutenção e expansão do seu poder imperial, no campo das armas, da moeda, da produção, das ideias e do conhecimento (MORAES, 2004, p.347).

Buscaremos neste trabalho compreender como essa dinâmica entre a administração de George W. Bush e o canal a cabo de notícias *Fox News* serviu para além de legitimar as ações norte-americanas no pós-11 de Setembro, converter o terrorismo em tema de segurança de primeira instância e em ameaça existencial à sociedade estadunidense adquirindo um caráter emergencial, que permitiu que regras e direitos fossem ignorados em suas políticas de contenção e combate ao mesmo. Logo, evidenciaremos como a significância histórica dos atentados para o século XXI, bem como a sua grande repercussão em toda a imprensa mundial possibilitou que o ocorrido fosse securitizado ao ponto de justificar o início da chamada Guerra ao Terror.

Para tanto, o trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o arcabouço teórico no qual nos apoiaremos para analisar nosso objeto. Apresentamos os conceitos construtivistas, principalmente nos debruçando sobre a obra de Onuf e Wendt, nas questões a respeito da ideia de co-construção entre agente e estrutura, a significância da linguagem para a política, a importância das regras e convenções sociais nas relações internacionais, assim como, do processo de conformação das identidades e suas relações com a conformação dos interesses dos atores.

Ainda no capítulo 1, trazemos as contribuições da Escola de Copenhague, sobretudo, de Barry Buzan, importante expoente da mesma. Retratamos como a ampliação nos Estudos de Segurança Internacional propiciada pelo construtivismo na área, nos possibilita a compreensão dos processos subjetivos de securitização das ameaças através do discurso e como a mídia pode ser entendida como um agente securitizante nesses processos. Por fim, na última sessão apresentaremos a Hipótese da *Agenda Setting*, que nos proporciona a compreensão de como a mídia, através da seleção ou ocultação de fatos e acontecimentos influencia nas temáticas tidas como mais relevantes pelos indivíduos e o como o terrorismo foi, desse modo transformado em agenda pela mídia norte-americana após os ataques de 11 de Setembro. Apresentaremos ainda a concepção de Joseph Nye sobre *Soft Power* e como os meios de comunicação na atualidade podem ser encarados como importantes ferramentas de *soft power*.

No segundo capítulo apresentaremos de forma descritiva a conjuntura política norte-americana às vésperas e, no pós 11 de Setembro. Buscando elucidar na primeira sessão a

respeito da candidatura e eleição de George W. Bush para presidente dos Estados Unidos e como os atentados repercutiram em sua administração, culminando na elaboração da Doutrina Bush. Feito isso, na segunda sessão nos debruçaremos sobre a ascensão da ideologia neoconservadora a partir da eleição de Bush, mas principalmente após os ataques e, como essa orientação político-ideológica influenciou na formulação do novo paradigma de segurança e política externa adotado pelo país. Salientando ainda a subjetividade existente no conceito de terrorismo e quais interpretações foram adotadas a partir de 2001. Na terceira e última sessão apresentaremos o advento da ideia de terror espetáculo após o ocorrido em 2001, de modo que se possa compreender como as novas dinâmicas sociais existentes na sociedade atual, dita do espetáculo e da informação, interferiram nas representações dos atentados de 11 de Setembro.

O último capítulo se centrará em uma análise específica do programa de *The O'Reilly Factor*, expondo a maneira como a *Fox News* pode ser entendida como uma importante ferramenta de *soft power*, legitimando, justificando e securitizando temas. Na primeira sessão apresentaremos de maneira breve a história do canal, trazendo importantes elementos que permitem entender a relação da *Fox News* com o seu público e, também, com o governo norte americano e a ideologia conservadora. Na segunda sessão nos debruçaremos sobre o formato do programa aqui analisado e, sobre a maneira como o seu apresentador, Bill O'Reilly, conduziu, abordou e repercutiu os temas referentes ao 11 de Setembro, terrorismo e a Guerra ao Terror no *show*. Por fim, na última sessão trataremos de expor a convergência entre os discursos de Bill O'Reilly e George W. Bush, buscando encontrar os denominadores comuns entre ambos, que denotam a importância do apoio discursivo de figura como O'Reilly para o reforço do discurso oficial e ainda para a legitimação de políticas e ações dos Estados.

Posto isso, ao longo do trabalho buscaremos articular como a *Fox News* serviu aos interesses do governo norte-americano como ferramenta de *soft power* como um importante agente nos processos de securitização e legitimação da Doutrina Bush.

1. A MÍDIA COMO OBJETO DE ESTUDO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA.

Neste primeiro capítulo, com o objetivo de entender o modo como novos fenômenos e processos interferem nos estudos das relações internacionais, nos valeremos, sobretudo, do arcabouço teórico do construtivismo. A escolha dessa teoria se deu principalmente em virtude da importância concedida às ideias pelos autores dessa abordagem. Para a construção dessa pesquisa é de suma importância que se entenda o modo através do qual as ideias acabam por influenciar os atores, na mesma medida em que os atores também possuem grande capacidade de influência sobre a construção desses imaginários.

Destacaremos ainda a contribuição da Escola de Copenhague, através de sua síntese entre construtivismo e realismo, para os estudos na área de segurança após o fim da Guerra Fria. A partir do trabalho desses autores, foi possível que se estabelecesse uma ampliação na agenda dos estudos de segurança e defesa dos Estados, trazendo para o escopo de análise, novos atores e perspectivas.

Juntamente com a abordagem construtivista será utilizada ainda a hipótese da *Agenda Setting*, oriunda do campo teórico da comunicação social. Entendemos que os grandes veículos de comunicação através do seu poderio ideológico podem estabelecer as pautas de discussão que permeiam a opinião pública, conduzindo assim a aceitação ou negação de uma ação política, como no caso das guerras preventivas empreendidas pelos Estados Unidos após os Atentados de 11 de setembro. Assim como, trataremos do uso da mídia enquanto fonte de *soft power*, atuando no convencimento da sociedade internacional sobre a necessidade das guerras preventivas.

1.1 O construtivismo e a importância das ideias para as Relações Internacionais.

Com o avançar das décadas e das transformações ocorridas no mundo após o fim da Guerra Fria tornou-se evidente que as teorias do *mainstream* de Relações Internacionais já não abarcavam completamente a realidade a sua volta e, cada vez mais, os novos fenômenos incorporados com a globalização e a grande circulação de fluxos faziam com que fosse necessária uma abertura epistêmica e metodológica nas teorias. Surgem então novas perspectivas teóricas, que buscavam elevar o debate nas relações internacionais para o campo epistemológico, discutindo a própria concepção da teoria e abstração da realidade. As formulações anteriores já não podiam responder à nova conjuntura mundial. Esse novo

contexto acaba propiciando o surgimento de inúmeras teorias e abordagens contestadoras, que defendiam uma maior flexibilidade quanto às possibilidades de análise na disciplina.

Dessa maneira, a teorização das Relações Internacionais passou por quatro grandes debates⁵. Centraremos-nos neste trabalho no Quarto e atual debate de paradigmas, no qual se opõe positivistas e pós-positivistas ou como ainda são denominados por Keohane (1988) racionalistas e reflexivistas. Este debate envolve mais do que a ontologia ou a metodologia no estudo das relações internacionais, tratando da epistemologia, isto é, o que está em questão para os seus autores é primordialmente o que pode vir a ser conhecido através da teorização das relações internacionais, questionando assim principalmente a concepção clássica e limitadora de atores e fenômenos.

De um lado estão os racionalistas, representados por realistas e liberais, definidos por Keohane em 1988, no seu discurso de posse como presidente da *International Studies Association* (ISA), como possuidores de um claro programa de pesquisa e com uma metodologia definida, porém, esses conceitos pré-estabelecidos não permitem que eles abarquem os novos fenômenos que vêm chamando a atenção na cena internacional. Para Keohane os reflexivistas, que incluem as teorias feministas, críticas, pós-modernas, construtivistas e pós-coloniais, abrangem esses novos fenômenos, contudo ainda necessitam de maior rigor metodológico e cientificidade em seus estudos.

Inserido neste último debate está o construtivismo, tendo surgido enquanto abordagem teórica a partir de 1989 com a publicação do livro de Nicholas Onuf, intitulado de *World of Our Making – Rules and Rule in the Social Theory and International Relations* e com o artigo publicado em 1992 por Alexander Wendt “*Anarchy Is What States Make Of It*” na revista *International Organization*

A importância desses dois títulos na contribuição original do Construtivismo reside na premissa básica de que “(...) vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os

⁵Em uma breve recapitulação do percurso histórico da teorização das Relações Internacionais, poderíamos destacar, segundo Nogueira e Messari (2005), a divisão da disciplina em quatro grandes debates. O Primeiro Grande Debate foi entre o Realismo e o Liberalismo, sendo que ambas as correntes defendiam a natureza anárquica do Sistema Internacional, porém se opunham quanto à possibilidade de cooperação/conflito. Para os realistas clássicos, o sistema tenderia ao conflito devido à natureza egoísta dos Estados, já para os liberais, os Estados, em meio à anarquia do sistema, buscariam a cooperação entre si como meio de sobrevivência. O Segundo Grande Debate, envolveu a discussão que permeava todas as ciências sociais na época, sobre a cientificidade que poderia ser alcançada por elas, de um lado estavam os tradicionalistas, defendendo uma visão histórica e interpretativa a cerca dos fatos internacionais, e do outro, se encontravam os behavioristas, que acreditavam que as relações internacionais deveriam se encaixar nos moldes das ciências naturais. O Terceiro Grande Debate ou debate dos paradigmas envolvia os neorealistas, neoliberais e as teorias ditas radicais. Por fim, chegamos ao Quarto Debate, no qual se opõe positivistas e pós-positivistas, ou como ainda são denominados, racionalistas e reflexivistas.

principais protagonistas, que é produto das nossas escolhas” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005 p.162). O que nos leva a concluir que, para os construtivistas o mundo encontra-se em uma constante construção, que é feita pelos chamados “agentes”. Assim o mundo não é um conceito imposto e pré-definido, mas sim, pode ser modificado e moldado de acordo com as ações e interesses dos agentes.

O construtivismo foi escolhido como marco teórico para esse trabalho principalmente pela flexibilidade de análise que nos confere, uma vez que, não se caracteriza como uma teoria tradicional, rígida e delimitada, como a exemplo do realismo, mas se apresenta enquanto uma maneira de se estudar e compreender as relações internacionais e os múltiplos processos sócio-políticos envolvidos (ONUF, 1989). Acaba, portanto, assumindo a característica de método de análise e não de uma teoria propriamente dita. Como diz Onuf, “(...) o construtivismo torna viável a teorização sobre assuntos que, usualmente, parecem não estar relacionados, já que os conceitos e proposições, normalmente utilizados para falar sobre eles, também são independentes” (ONUF, 1989 p. 58).

Dito isso, é importante ressaltar uma premissa primordial à corrente e que traduz a essência dos estudos construtivistas em todas as áreas das ciências sociais:

É fundamental para o construtivismo a proposição de que os seres humanos são seres sociais e, que só se caracterizam enquanto seres humanos através dessas relações sociais. Em outras palavras, as relações sociais constroem os indivíduos como eles são. Já por outro lado, os indivíduos constroem o mundo tal qual ele é, a partir das matérias-primas que o ambiente oferece (...) (ONUF, 1997, p. 59).⁶

Assim podemos apreender que para os autores construtivistas são as relações sociais que estabelecem as condições para a organização do entorno tal qual o conhecemos, tanto como o ambiente acaba por interferir nessas relações. Adler nos diz ainda, enfatizando essa visão, que o “(...) construtivismo é a perspectiva segundo a qual o modo pelo qual o mundo material forma a, e é formado pela ação e interação humana depende de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas do mundo material” (ADLER, 1999 p. 205).

Logo, fica evidente que para o construtivismo os indivíduos constroem a sociedade do mesmo modo que a sociedade os constrói, seguindo um processo contínuo e de duas vias. Os indivíduos, que seriam os chamados “agentes”, possuem a capacidade de interferência no mundo a sua volta, de maneira que os espaços e os sujeitos são definidores e caracterizadores

⁶ Tradução livre da autora: *Fundamental to constructivism is the proposition that human beings are social beings, and we would not be human but for our social relations. In other words, social relations make or construct people-ourselves-into the kind of beings that we are. Conversely, we make the world what it is, from the raw materials that nature provides.*

um do outro, constituindo um processo de co-construção social permanente. Não se podendo falar então em uma antecedência ontológica entre agente e estrutura, mas sim, em uma co-construção mútua e contínua entre ambos. Esse ponto é fundamental para a compreensão da teoria construtivista.

Com relação à agência, é importante enfatizar que ela não é constituída necessariamente pelos indivíduos agindo individualmente. Porém, essas ações podem ser empreendidas tanto pelos indivíduos como por grupos de indivíduos, que correspondem a interesses coletivos, já que as regras tornam possível a ação em prol das construções sociais. Podemos perceber que a agência é encarada pelos construtivistas como uma condição social, adquirida através da organização e vivência em sociedade. Desse modo, a agência está intrinsecamente relacionada com as práticas sociais, que por sua vez advêm das escolhas dos sujeitos.

Como se pode notar no parágrafo acima, as regras são parte fundamental para a concepção construtivista. Elas estão intimamente ligadas às escolhas e ao comportamento dos agentes. Como muito bem já foi destacado, agentes e estruturas estão em um constante processo de co-construção mútua. As regras então teriam o papel de conduzir a maneira como se dá esse processo, já que as normas são estabelecidas a fim de criar uma dinâmica relacional, que conduz as escolhas e a ação dos agentes. Essas regras nem sempre estão visíveis e especificadas, mas continuam sendo seguidas por representarem o modo pelo qual organizamos o nosso convívio em uma sociedade. Isto é, mesmo não estando normatizadas, as sociedades continuam seguindo um padrão de comportamentos e ações a fim de manter a ordem.

Onuf ressalta que só é possível para um agente ser ativo e participar dos processos cotidianos em um ambiente onde existam regras. A partir disso nota-se que a organização é um fator importante para as concepções construtivistas. O mundo é, portanto, organizado por normas e regras que são legitimadas através da ação dos agentes, assim como simultaneamente são legitimadoras de tais ações (ONUF, 1997).

Para melhor entender essa problemática Onuf assinala que as regras estão relacionadas às práticas dos agentes, que são por sua vez, determinadas pelas escolhas dos mesmos e baseadas em seus interesses ou dos grupos que representam. Assim, regras e práticas acabam por convergir em uma forma estável (não necessariamente fixa) das intenções dos agentes. Esse padrão formado culmina na conformação das instituições sociais. Essas instituições, oriundas dos padrões entre regras e práticas, transformam as pessoas em agentes que se

comportam racionalmente. E é justamente esse comportamento racional dentro do ambiente institucional que concede a possibilidade de escolhas para as pessoas (ONUF, 2008).

Onuf nos traz ainda uma importante relação que deve ser considerada nos estudos das relações internacionais, estabelecida entre a linguagem e a ação dos agentes através do conceito de Atos de fala. Os atos de fala ganham significância, sobretudo, embasados na repetição de seu conteúdo, ou seja, quanto mais repetido for um discurso mais relevante ele se tornará para as mais diversas esferas da sociedade e maiores serão as possibilidades de tal tema se converter em uma convenção social. Recordando que uma convenção lembra aos agentes sobre as práticas recorrentes da sociedade, logo, essa característica faz das convenções regras, propondo aos agentes determinados comportamentos (ONUF, 2008).

O autor identifica em seu texto três categorias distintas de atos de fala, sendo os atos de fala assertivos, diretivos e de compromisso. Os “atos assertivos” estariam relacionados com o conhecimento sobre o mundo e o seu funcionamento. Os “atos diretivos” são aqueles que fornecem instruções de como conduzir as ações, assim como as conseqüências caso falhemos. E por fim, os “atos de compromisso” vinculam as pessoas, exigindo algum grau de normatividade como na assinatura de tratados. A linguagem é acima de tudo parte constitutiva do mundo e não somente a sua representação. Ela atua e participa na construção e atuação dos agentes e instituições. Para Onuf, o discurso produz regras e políticas, expressando assim os objetivos e intenções dos agentes (ONUF, 2008).

Dessa maneira, podemos apreender que o construtivismo encara os fatos sociais como ratificados pela ação humana e legitimados com o passar do tempo e incorporação das práticas e das ideias. Essa concepção teórica será de suma importância para o entendimento do discurso midiático como objeto das Relações Internacionais. Existindo para o construtivismo uma perspectiva de construção permanente, conferindo uma eterna possibilidade de mudança no meio internacional. Ao mesmo passo que acaba por abrir espaço para a entrada de agentes subjetivos como a mídia na área, que possui a sua ação nas relações internacionais, vinculada à linguagem, às ideias e aos atos de fala, sobretudo, assertivos e diretivos.

Os construtivistas acreditam que também as “ideias” têm características estruturais. Em primeiro lugar, as ideias – entendidas mais genericamente como conhecimento coletivo institucionalizado em práticas – são o meio e o propulsor da ação social; definem os limites do que é cognitivamente possível ou impossível para os indivíduos. Simultaneamente, práticas baseadas em conhecimento são o resultado de indivíduos que interagem e que agem propositadamente com base em suas ideias, crenças, julgamentos e interpretações pessoais. O objetivo principal do construtivismo é, portanto, fornecer explicações tanto teóricas quanto empíricas de instituições sociais e

da mudança social com o auxílio do efeito combinado de agentes e estruturas sociais (ADLER, 1999, p. 210).

O processo de co-construção defendido pelos aportes construtivistas também é transpassado para a definição do conceito de identidade e este por sua vez, se relaciona com a constituição dos indivíduos. Assim, temos um processo contínuo, no qual os indivíduos atuam na perpetuação e formação das identidades no meio ao qual estão inseridos, do mesmo modo que esse meio e suas particularidades participam da conformação das identidades desses mesmos indivíduos.

Podemos concluir a partir disso que as interações sociais embasadas nos processos de comunicação, estabelecem as preferências e interesses dos agentes e estes estabelecem as identidades. Para Wendt as identidades são estabelecidas anteriormente aos interesses dos atores, porém, ressalta que a constituição dessas identidades perpassa por processos ideacionais e sociais, isto é, são co-construídas aos agentes. É necessário frisar que Onuf descarta o conceito de identidade, defendendo que os interesses são mais aplicáveis à sua análise da sociedade internacional e ao processo de formação e atuação dos agentes. Já Wendt trabalha com os dois conceitos de forma relacional, um não existindo sem o outro (TERRA, 2008). Deste modo, o que se pode observar é que as

(...) identidades sociais e os interesses estão em um processo contínuo durante todas as interações sociais. Eles podem se apresentar de maneira estável em diversos contextos, uma vez que, costumam ser tratados como tal. No entanto, esta estabilidade, é na verdade, uma realização em curso, de práticas que representam a si e ao outro de determinadas maneiras (Ashley, 1988), não sendo assim, um fato dado sobre o mundo. O racionalismo depende de práticas com identidades estabilizadas, mas elas não são possíveis de se conhecer anteriormente (WENDT, 1994, p.386).⁷

Através da leitura de Wendt podemos perceber que a formação das identidades que permeiam a sociedade global se configura enquanto um processo contínuo e dinâmico, que perpassa todas as variáveis que o ambiente oferece. A formação das identidades é, por conseguinte, um processo subjetivo que se encontra em constante transformação e mesmo estando localizado anteriormente, ainda depende fundamentalmente dos interesses dos atores para a sua construção. Essas identidades e, as ações estratégicas tomadas devido a elas, culminam na conformação de interesses coletivos. Que por sua vez facilitam a implementação

⁷ Tradução livre da autora: “*Social identities and interests are always in process during interaction. They may be relatively stable in certain contexts, in which case it can be useful to treat them as given. However, this stability is an ongoing accomplishment of practices that represent self and other in certain ways (Ashley 1988), not a given fact about the world. Rationalism depends on practices having stabilized identities, which we cannot know a priori.*”

das regras subjetivas que ordenam o meio internacional. Dessa maneira, “(...) os interesses individuais e os interesses coletivos produzem efeitos, na medida em que a formação das identidades sociais envolve uma identificação com o outro” (WENDT, 1994 p.387).⁸

Wendt ressalta o fato de que os agentes e as estruturas são produzidos e reproduzidos pelos atores. Ao mesmo tempo em que são essas agências e estruturas que compõem a formação ideológica desses atores. Retomando assim a premissa clássica do construtivismo de co-construção social. Temos então a conformação da ingerência através da interação dos agentes com as estruturas, uma vez que, ações específicas dificilmente são ditadas por eles. Nesse contexto os atores precisam buscar uma prática estratégica para que possam convergir as suas ações em resultados (WENDT, 1994).

Wendt apresenta ainda duas formas de interação entre os atores com esses objetivos: a comportamental e a retórica. A primeira diz respeito ao comportamento dos atores e as expectativas geradas através da repetição das escolhas. Em um ambiente no qual os Estados passam a cultivar o hábito de cooperação recíproca, as desconfianças e as disputas acabam por ser atenuadas, sobressaindo à lógica da cooperação. Ao mostrar aos outros a precedência de atitudes cooperativas, logo, se esperará que eles também busquem cooperar com os demais, assim se muda o conhecimento intersubjetivo, de modo que são definidas as suas identidades (WENDT, 1994).

Já sobre a segunda forma de interação o autor destaca que os efeitos da retórica são parecidos com aqueles obtidos através dos padrões de comportamentos, porém, os meios para se chegar a eles são distintos. A retórica usa do diálogo, poder de persuasão, do trabalho ideológico, político ou argumentativo, isto é, a retórica se concretiza através da ação simbólica e do poder de convencimento dos atores. Grandes partes das ações que podem ser observadas se caracterizam por fazer uso desses meios, aderindo à construção de um discurso e a repetição do mesmo. Do ponto de vista da construção subjetiva e ideológica da sociedade possuem um profundo poder de inferência na organização das relações como um todo (WENDT, 1994).

Dada a importância das instituições sociais para os estudos construtivistas, assim como a relevância do processo de formação das identidades, sobretudo através de ações simbólicas apoiadas no discurso e na retórica, pode-se afirmar que os meios de comunicação, enquanto uma construção social, respondem às demandas de uma sociedade, assim como

⁸ Tradução livre da autora: “*Instead, I shall define self-interest and collective interest as effects of the extent to which and manner in which social identities involve an identification with the fate of the other*”

principalmente dos grupos de interesses do meio ao qual estão inseridos. Para esse trabalho, é importante evidenciar a relevância da mídia na construção de um imaginário coletivo de terror e, como, através de sua programação e escolha de pautas a televisão norte-americana reforçou uma ideia de ameaça, correspondendo às necessidades dos grupos políticos que estavam no poder naquele momento. Assim:

A partir dos atentados de 11 de setembro, em face da postura adotada pelo governo norte-americano, os meios de comunicação estadunidenses criaram a imagem de um inimigo que precisava ser combatido e isso favoreceu e legitimou, conseqüentemente, todos os atos praticados pelo governo dos Estados Unidos. Conforme relata Júlia Faria Camargo, em estudo sobre o papel da mídia nesse episódio, a mídia norte-americana adotou postura de “autocensura e apoio ao governo em suas decisões”, sendo que as entrevistas com militares foram proibidas e os materiais produzidos por jornalistas no Afeganistão eram revisadas antes de serem exibidas ao público, além da proibição de exibição de imagens de Bin Laden. (OLIVEIRA, 2010, p. 199).

O construtivismo é situado por Adler, como uma teoria que permanece localizada no meio do caminho entre os reflexivistas e os racionalistas, possuindo características intermediárias, sendo assim uma espécie de “meio termo” (1999) entre as vertentes opostas das Relações Internacionais. Para ele “(...) mesmo as nossas instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos” (ADLER, 1999 p. 206) de modo que as concepções construtivistas são fundamentais para o entendimento da ascensão da mídia enquanto ator de relações internacionais. A partir do poder concebido às ideias e à linguagem no processo de formação das identidades pode-se apreender que os meios de comunicação, através do seu poderio ideológico e amplo alcance sobre a sociedade, possuem um papel decisivo no desenvolver desses processos.

A abordagem construtivista com sua valoração da influência de fatores e atores subjetivos acabou se estendendo até o campo dos Estudos de Segurança Internacional, em um momento no qual se observava uma necessidade crescente de que houvesse uma modificação nas pesquisas na área. Surgem então os teóricos da Escola de Copenhague, apresentando um método mais inclusivo em suas análises, todavia ainda concedendo um grande protagonismo ao Estado no assunto. Deste modo, foram trazidos por esses autores para os estudos de segurança internacional conceitos e atores negligenciados até então, como a importância das ideias, do discurso, das representações e identidades, incorporando elementos que não cabiam nas análises estritamente estratégicas e realistas.

1.2 A Escola de Copenhague e a ampliação da agenda nos Estudos de Segurança Internacional

Como foi exposto brevemente no item acima, a Escola de Copenhague será utilizada no desenvolvimento da concepção desse trabalho que confere à Mídia a capacidade de um agente securitizante. Primeiramente, é preciso ressaltar que a escolha dessa escola se deu, fundamentalmente, pela síntese promovida por ela entre o construtivismo e o realismo. De maneira que através da inclusão da importância das ideias e da linguagem feita por ela nos estudos dos processos securitários, foi possível uma importante contribuição com o alargamento nas interpretações dos estudos de Segurança Internacional. Trazendo para a lente de análise novos fenômenos ou mesmo fenômenos tradicionais e recorrentes, mas que não estavam incluídos dentro dos estudos estratégicos, que são essencialmente militares.

Os estudos na área de Segurança Internacional após a queda da URSS passaram por profundas contestações, colocando em posições adversas os partidários da expansão do conceito de Segurança Internacional e aqueles que defendiam sua essência puramente militar. O primeiro grupo ressaltava a necessidade de que houvesse uma diferenciação entre estudos estratégicos e os estudos de segurança, enquanto que o segundo não via a necessidade dessa distinção, desconsiderando temas de ordem não militar e rechaçando assim a sua inserção nos estudos de segurança internacional. Assim, para os autores que defendiam a centralidade dos estudos essencialmente estratégicos as únicas ameaças reais para o Estado seriam as de cunho militar. Enquanto as demais ameaças não passariam de “problemas” que deveriam ser resolvidos através de outras instâncias (MESSARI, 2004).

Buzan e Hansen dizem então que os tradicionalistas⁹ necessitavam de um conceito de segurança que pudesse ser definido analiticamente de maneira clara e não intersubjetiva. Walt, ferrenho defensor da corrente tradicional, afirmava que a inclusão de temas como saúde, pobreza, danos ambientais, entre outros, poderia acabar por ampliar de maneira excessiva a área, destruindo a sua coerência intelectual e dificultando o alcance de soluções para estes problemas. (BUZAN. HANSEN, 2012). Deste modo, fica evidente que essa corrente ao considerar apenas assuntos de ordem militar deixava lacunas no entendimento e mapeamento das necessidades dos Estados na contemporaneidade com relação ao tema da segurança. Negligenciam, portanto, uma parte importante dos novos desafios que podem ser observados no mundo globalizado e integrado pelas novas tecnologias.

⁹Eram denominados tradicionalistas, os autores que, assim como Walt, defendiam a centralidade das questões estratégicas e militares nos Estudos de Segurança Internacional.

Já o primeiro grupo, nominados por Buzan e Hansen como “ampliadores” e, ou, “aprofundadores”, defendia a ampliação da agenda de segurança e a separação entre estudos estratégicos e de segurança. Os autores atentam para o fato de que assuntos como o término pacífico da Guerra Fria, o crescimento de conflitos intraestatais, o medo da imigração por parte das sociedades ocidentais, a deterioração do meio ambiente, os problemas relacionados à saúde e epidemias, o crime organizado e o tráfico de drogas indicavam um cenário que não poderia ser compreendido pelos tradicionalistas, demonstrando as suas limitações analíticas diante desse novo quadro (BUZAN; HANSEN, 2012).

Os Estudos de Segurança Internacional se tornaram consequência de um jogo entre iguais e o fato de que os discursos de mídia e de políticas em muitos países e contextos globais articulavam uma agenda de segurança mais ampla forneceu um maior apoio a abordagem ampliadora-aprofundadoras no quadro dos Estudos de Segurança Internacional. Se analisarmos os processos de institucionalização, havia uma constante corrente de livros, conferências, teses, artigos de periódicos – e mesmo periódicos – tratando do porquê e de como a segurança deveria ser expandida para além do aspecto militar e estadocêntrico. (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 288)

A ampliação e a redefinição da agenda de segurança internacional visariam adequar instrumentos distintos a ameaças distintas (MESSARI, 2004). A partir disso foi estabelecida a diferenciação entre assuntos de segurança de alta (*hard security*) e baixa (*soft security*) intensidade. Dessa maneira, quando se trata de assuntos de segurança de alta intensidade usa-se o aparato militar para responder e conter ameaças, já, com assuntos de baixa intensidade recorre-se a meios alternativos, uma vez que as forças militares seriam inócuas com ameaças ambientais, sociais ou econômicas.

Levando-se em conta o que foi discorrido acima, nota-se que a distinção entre os tipos de ameaça servia aos interesses dos países, adequando e evitando o desperdício do uso da força. Isso fez com que fosse rapidamente adotada no *mainstream* de estudos de segurança internacional.

Havia nos estudos construtivistas aplicados ao contexto dos Estudos de Segurança Internacional uma bifurcação nas interpretações inferidas ao tema, existindo um ramo convencional e outro crítico. O primeiro se dava através de uma abordagem menos radical, utilizando-se de fatores ideacionais e, não materiais, para explicar a visão securitária estadocêntrica nacional e militar. Assim, os construtivistas convencionais eram tradicionalistas, uma vez que, não só aceitavam um conceito de segurança estatal militar, mas substancialmente, por se alinharem com a agenda de pesquisa tradicional substantiva e epistemológica que prezava pelo estudo do comportamento estatal. Em contrapartida, o

construtivismo crítico se diferenciou do convencional por analisar os discursos e as ligações entre a constituição das identidades históricas e discursivas e as políticas de segurança. (BUZAN; HANSEN, 2012).

No ano de 1985 fundou-se o *Centre for Peace and Conflict Research*, atualmente denominado de *Conflict and Peace Research Institute* (COPRI), que passou a ser conhecido como a Escola de Copenhague. Ole Weaver integrou o projeto desde o principio e Barry Buzan a partir de 1988 e, pode-se dizer que, os trabalhos destes dois autores contem uma síntese da essência da escola. Suas publicações remetiam a teoria dos complexos regionais de segurança, segurança europeia e a relação entre as regiões e a segurança global. Porém os conceitos que mais contribuíram para o debate ampliador-aprofundador foram os que dizem respeito à segurança social e a ideia de securitização (BUZAN; HANSEN, 2012).

O conceito de securitização é de fundamental importância para o seguimento dessa pesquisa, considerando que “(...) a securitização se refere, mais precisamente, ao processo de apresentar uma questão em termos de segurança” (BUZAN; HANSEN, 2012 p.323), isto é, como uma ameaça existencial aos Estados. Dessa maneira, Buzan explora em sua teoria da securitização a força discursiva e política da segurança e nos trás um conceito que indica a ação, ou seja, a ação de securitizar os temas que convêm a um Estado, não se limitando a ser apenas uma condição subjetiva.

A maneira de estudar securitização é estudar o discurso e as constelações políticas: quando um argumento dentro dessa estrutura retórica e semiótica específica atinge um efeito suficiente para fazer um público tolerar violações de regras que, de outro modo, deveriam ser obedecidas? Se, por meio de um argumento a cerca da prioridade e da urgência de uma ameaça existencial, o ator securitizante conseguiu se libertar dos procedimentos ou das regras aos quais ele ou ela deveria estar vinculado (a), estamos testemunhando um caso clássico de securitização (BUZAN et al., 1998 apud BUZAN; HANSEN, 2012, p.324).

Logo, podemos perceber que a securitização está muito além de ser somente uma questão política, já que os processos securitizantes fazem uso de velocidade e agilidade na tomada de decisões, alcançando os resultados necessários para que se possa contornar determinado problema, independentemente das regras existentes. A centralidade da securitização está no poder discursivo que une atores e objetos.

Portando, neste trabalho abordaremos a mídia como um ator securitizante que através da escolha dos conteúdos veiculados e das visões defendidas é capaz de criar demandas de segurança em uma sociedade. Ressaltando que os atores securitizantes podem ser definidos como “(...) atores que securitizam questões ao declarar algo – um objeto de referência –

existencialmente ameaçado” (BUZAN et al., 1998 apud BUZAN; HANSEN, 2012 p.324), sendo os objetos de referência “(...) aquilo que está ameaçado existencialmente e possui uma reivindicação legítima por sobrevivência” (BUZAN et al., 1998 apud BUZAN; HANSEN, 2012 p.324).

Logo, os meios de comunicação ao estabelecerem uma linha editorial e determinarem suas pautas de notícia possuem a capacidade, através do seu discurso de securitizar temáticas. Esse processo de securitização midiática pode ser claramente percebido nos Estados Unidos após os atentados de 11 de setembro. Além do jornalismo, que fixou os seus olhos e críticas para o Oriente Médio, toda a indústria de entretenimento estadunidense explorou o terrorismo e o fundamentalismo islâmico em suas produções como meio de construir a imagem de um inimigo comum a humanidade, que deveria ser combatido.

Os autores da Escola de Copenhague também abordam o conceito de atos de fala (*speech-act*), utilizando-o para entender os processos comunicativos através dos quais uma questão é elevada a esfera de segurança e como é conferido o poder discursivo aos atores securitizantes. Deste modo, fica evidente a importância concedida ao discurso nessa perspectiva, de maneira que as possíveis ameaças seriam securitizadas através da linguagem.

Buzan defende que para se estudar a securitização é preciso que se compreendam os discursos de securitização. Tais discursos precisam passar pela aprovação da esfera pública, deixando então de integrar a política normal e passando a ser objeto de uma política emergencial, caracterizada pela desconsideração dos mecanismos padrões a serem seguidos. A securitização, portanto, eleva as questões acima da política normal, alçando-a como dito por Waeber (1995) a uma política de pânico.

Sabendo da existência de uma política emergencial principalmente em situações nas quais um Estado sente-se encurralado e ainda percebendo que tal política desconsidera os padrões e regras convencionados, entendemos que após o 11 de Setembro o governo norte-americano passou a fazer uso de diferentes atores securitizantes para justificar e legitimar as guerras preventivas empreendidas no Oriente Médio. O discurso se mostrou naquele momento imediato aos ataques uma ferramenta fundamental para o processo de legitimação do uso da força, bem como, da caracterização do mundo árabe como um antagonista da paz e dos ideais de liberdade norte-americanos. Essa estratégia de construção de um inimigo e reforço da ideia de ameaça não ficou restrita ao discurso oficial, mas também passou por setores da sociedade civil como a academia e os grandes monopólios de comunicação.

Assim, no próximo item para completar o arcabouço analítico do qual nos utilizaremos para observar o nosso objeto, será apresentada a Hipótese da Agenda *Setting* e

como a mídia possui a capacidade de atuar enquanto um agente securitizante. Bem como, traremos o conceito de *Soft Power* para completar o entendimento do modo como os meios de comunicação podem influir na política internacional.

1.3 A Agenda Setting e a mídia inserida nos conceitos de securitização e Soft Power

Ao longo desse capítulo apresentamos a abordagem construtivista como meio de se estudar a mídia inserida no contexto das Relações Internacionais. Contudo, para que se possa compreender melhor a complexidade dos processos da comunicação social e o impacto dos *mass media*¹⁰ na sociedade é necessário que se recorra às teorias de comunicação, estabelecendo a convergência entre os dois campos de estudo.

Para tanto, é preciso enfatizar que a produção teórica em comunicação, de acordo com o que pode ser extraído da leitura obra de Wolf, assim como o *mainstream* das Relações Internacionais, passou por grandes modificações em seus paradigmas. Os investigadores na área tentam englobar em suas análises a grande variedade de temas e fatores que se apresentam na atualidade. O desenvolvimento tecnológico, a internet e a democratização dos meios produziram efeitos e modificações no modo como a comunicação social se apresenta e desenvolve. Wolf salienta que os processos comunicativos nessa nova conjuntura “(...) mais complexos e significativos são, por um lado, a questão dos efeitos dos *mass media* e, por outro, a forma como os *mass media* constroem a imagem da realidade social” (WOLF, 1987 p.60).

A teoria que foi mais aceita e considerada a respeito da comunicação social no cerne do desenvolvimento da disciplina foi a elaborada por Schulz, que definia os processos comunicativos como assimétricos, existindo um sujeito ativo que emite o estímulo e um sujeito passivo que é impressionado por esse estímulo, reagindo a ele. Além do mais, a comunicação para ele seria intencional, através da qual o comunicador visaria algum efeito imediato. Os processos comunicativos são tratados pelo autor como episódios possuindo um início e um fim definidos, sendo então limitados pelo tempo. Esses processos possuem, portanto, efeito isolável e independente (WOLF, 1987).

¹⁰ Os *Mass Media* são sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação. Estes sistemas são geridos, por empresas especializadas na comunicação de massas e exploradas nos regimes concorrenciais, monopolísticas ou mistos. As empresas podem ser privadas, públicas ou estatais. (Texto transcrito do livro "A era de EMEREC " de Jean Cloutier, Ministério da Educação e Investigação Científica - Instituto de tecnologia Educativa, 1975.)

Porém essa visão, demasiada simplista dos processos comunicativos, passou por muitas contestações no decorrer do tempo e alguns de seus paradigmas se encontram atualmente essencialmente modificados. Os estudos em comunicação passaram a considerar os efeitos em longo prazo, abandonando a ideia de curto prazo defendida por Schulz. O novo paradigma admite ainda que “(...) as comunicações não intervêm diretamente no comportamento explícito; tendem, isso sim, a influenciar o modo como o destinatário organiza a sua imagem do ambiente (ROBERTS, 1972 p.361 *apud* WOLF, 1987 p.60).

As análises a partir dessa mudança, passam a centralizar o foco da pesquisa em efeitos cumulativos, sedimentados no tempo, abandonando questões pontuais e extremamente específicas. Outro ponto importante foi o fato de que cada vez mais as teorias sobre os efeitos se identificavam e convergiam com aquelas sobre a construção da realidade.

Temos assim a passagem dos efeitos limitados para os efeitos cumulativos no rol das pesquisas em comunicação, que “(...) implica na substituição do modelo transmissivo da comunicação por um modelo centrado no processo de significação” (WOLF, 1987 p.60). Podemos orientar a influência dos *mass media*, à medida que estes atuam na construção e estruturação da imagem da realidade social ao longo prazo.

A maioria das informações sobre o mundo e sua organização política e social são extraídas pelos indivíduos dos meios de comunicação. A internet, a televisão, o rádio e ainda a mídia impressa possuem um papel fundamental em nossas impressões sobre a realidade que nos cerca. Contudo, é preciso lembrar que essas impressões são fundamentadas com um grande distanciamento do objeto e de forma indireta, embasadas no discurso e representações midiáticas e no plantel de informações que este nos apresenta. Deste modo, as representações que os indivíduos possuem do mundo chegam até eles distorcidas e respondendo a visão de mundo do canal comunicador com o qual teve contato.

Wolf ressalta que nessa nova dinâmica as três características principais dos *mass media* seriam a acumulação, a consonância e a onipresença (WOLF, 1987). E como resultado, muitas vezes a repartição efetiva da opinião pública se regula pelo conteúdo e visões emitidas pelos *mass media*, adaptando-se a ela. Somos bombardeados diariamente por informações carregadas de ideologia e acabamos formando pré-conceitos e a partir deles estabelecemos as nossas opiniões. Assim, notamos que as características enumeradas por Wolf são fundamentais a concretização desse processo, uma vez que *os mass media* necessitam se apresentar de uma maneira que possam ser capazes de induzir os indivíduos a inferir uma consciência sobre determinado assunto.

(...) o papel dos meios de comunicação de massa passa a ser o de influenciar no processo de significação do mundo, ou seja, na construção social da realidade, ao lado de outros tantos processos de interação social. Acumulação, consonância e onipresença são as três características principais dos meios de comunicação de massa, sendo a primeira resultante da possibilidade que possuem de criar a relevância de um tema, a segunda demonstra a semelhança na produção da informação, e a terceira decorre do fato de que os saberes transmitidos pelos meios de comunicação de massa se tornam de saber público, e cria a evidência dos pontos de vista difundidos (OLIVEIRA, 2010, p. 118).

Dessa maneira, ao percebermos as capacidades de inferência dos meios de comunicação nos indivíduos, apoiados nos efeitos cumulativos advindos da recepção dos conteúdos veiculados pelos *mass media*, podemos concluir que esses veículos possuem também o poder de ingerência no meio internacional. A fim de entendermos a forma como a mídia pode ser considerada um ator securitizante nas relações internacionais, legitimando ações de outros atores, será utilizada nessa pesquisa a hipótese da *Agenda Setting*.

A hipótese da *Agenda-setting* surge na década de 70, através da necessidade de se investigar os efeitos da comunicação de massa na opinião pública. Em 1972 foi publicado o artigo intitulado *The Agenda-Setting function of Mass Media* pelos autores Maxwell McCombs e Donald Shaw, no qual definiam a função da *Agenda-setting* como resultante da “(...) relação que se estabelece entre a ênfase manifestada no tratamento de um tema por parte dos meios de comunicação de massa e as prioridades temáticas manifestadas pelos membros de uma audiência ao receberem o impacto destes meios” (FORMIGA, 2006, p. 19).

(...) em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos, aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui, uma importância que reflete, de perto, a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW, 1979, p.96 *apud* WOLF, 1987, p. 62).

Assim, McCombs e Shaw (1972) defendem que o modelo da *Agenda-setting* atesta a existência de uma relação causal entre o conteúdo dos grandes veículos de comunicação e a futura percepção pública de quais são os temas relevantes e que devem ser discutidos ou “(...) em outras palavras, a mídia pode definir a agenda, isto é, um pequeno grupo de questões, para qual se voltará a atenção do público e, em torno das quais, se formará a opinião pública”

(MCCOMBS, s/d. p.1).¹¹ Dessa maneira, os grandes meios através da organização e seleção da sua agenda temática têm o poder de influir em como os indivíduos percebem e estruturam o mundo a sua volta. Corroborando então com a definição feita por Cohen (1963), na qual ele dizia que a imprensa falhava em ditar como as pessoas deveriam pensar, porém, obtêm absoluto sucesso em decidir sobre o que elas pensariam.

Podemos ainda usar a definição de Barros filho na qual o autor ressalta que “(...) é a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem a determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO, 2001, p. 169). Logo, essa capacidade da mídia em decidir sobre os assuntos importantes no cotidiano da população é usada de acordo com e em consonância com os interesses de grupos políticos e econômicos que se relacionam com os grandes meios.

Wolf ressalta ainda que o poder de influência dos meios de comunicação nos processos de agendamento se apresenta de forma distinta em veículos com características diferentes. As notícias transmitidas pela televisão, por exemplo, são muito breves e condensadas e se configuram em uma dimensão temporal limitada. Já a informação escrita fornece aos leitores uma indicação de importância mais sólida e contundente. Para Wolf “(...) as características produtivas dos noticiários televisivos não permitem, portanto, uma eficácia cognitiva duradora, ao passo que a informação escrita possui ainda a capacidade de assinalar a diferente importância dos problemas apresentados (WOLF, 1987 p. 64). Para esse trabalho é importante ressaltar que:

(...) a análise da agenda do meio televisivo leva, por um lado, a constatar-se a sua inadequação para determinar, no público, um conjunto de conhecimentos precisos (perfil alto da agenda), mas por outro, realça a imagem política global que esse meio de comunicação fornece: trata-se, porém, sempre, de um efeito de agenda-setting, centrado não em noções específicas, articuladas e definidas na sua importância, mas em domínios simbólicos mais vastos e genéricos.. (WOLF, 1987, p.65).

Existem ainda dois pontos importantes sobre a Agenda Setting que devemos considerar. O primeiro diz respeito ao estabelecimento da agenda por omissão, ou seja, a não cobertura de certos temas ou mesmo a negligência e a marginalização para com certos assuntos. Essa característica faz com o que os *mass media* possam determinar quais assuntos serão ignorados pelos indivíduos, uma vez que o acesso a essas temáticas será restringido pela não circulação de informações (WOLF, 1987).

¹¹Tradução livre da autora: “*In other words, the news media can set the agenda for the public’s attention to that small group of issues around which public opinion forms.*”

O segundo remete a discussão sobre qual o posicionamento correto do confronto entre as capacidades de *agenda setting* dos *mass media*. Esse confronto se articula de acordo com as especificidades de cada meio de provocar determinado efeito. Deste modo, podemos apreender que as características comunicativas inerentes a cada veículo de comunicação lhes conferem capacidades distintas. Como exemplo, a televisão, determina um contorno diferencial quando há a interrupção de sua programação normal para informar sobre algum acontecimento “extraordinário”, atribuindo ao fato grande visibilidade e notoriedade. (WOLF, 1987).

Com relação à programação dos *mass media* norte-americanos logo após os atentados ocorridos em 2001, podemos destacar que houve um bombardeio de ideias e imagens referentes ao terrorismo no mundo árabe. As imagens dos aviões colidindo com as Torres Gêmeas foram repetidamente veiculadas, reforçando a ideia de ameaça e reiterando a necessidade de uma reação estadunidense. O fundamentalismo islâmico também foi explorado para reforçar a criação da imagem de um inimigo não só da nação como de todo o mundo. Logo, podemos perceber que a Hipótese da *Agenda Setting* pode ser entendida como uma ferramenta

(...) extremamente útil para explicar o processo de escalção midiática de um conflito. Os *mass media*, ao enfatizarem certos conflitos, geram imagens específicas em torno das quais a opinião pública nacional e internacional será agregada e conduzida para a formação de uma agenda constituída dos diversos motivos de atrito entre as partes litigantes, fazendo com que o episódio ganhe maior visibilidade midiática. Esses talvez sejam os motivos que levaram Armand Matellart a afirmar que “a comunicação serve, antes de tudo, para fazer a guerra (OLIVEIRA, 2010, p. 197).

A partir da citação acima podemos inferir que após o episódio de 11 de Setembro a mídia norte-americana, através do conteúdo de suas programações, promoveu o agendamento de assuntos e temas que convergiam com a política de segurança norte-americana idealizada como resposta aos atentados. Ressaltando que em apenas nove meses de governo a administração de George W. Bush via-se em um dos momentos mais críticos da história do país e necessitava traçar um novo plano estratégico para a sua política externa, capaz de responder ao ocorrido.

Os ataques de 11 de Setembro foram considerados pelos americanos, em uníssono entre democratas e republicanos, como uma declaração de guerra independente de ter sido de autoria de uma organização não governamental. O mundo passou assim a assistir a reiteração do discurso no qual os Estados Unidos assumia para si o papel de “polícia do mundo”. Deste modo, mais do que responder aos ataques, os norte-americanos defendiam a necessidade de se

combater os terroristas, tratando-os como inimigos da paz e dos ideais ocidentais. Nesse contexto Bush, declara a Guerra ao Terror dividindo novamente o mundo de forma maniqueísta, caracterizando a existência de um eixo do mal composto não somente por grupos terroristas como também por qualquer Estado que apoiasse esses grupos.

O governo americano defendia o seu conceito de guerra preventiva, alegando que os Estados Unidos não poderiam esperar que fossem inferidos novos golpes semelhantes ao 11 de setembro e, deveriam buscar assim, a adoção de medidas preventivas contra potenciais inimigos. Nesse contexto foram invadidos países como o Afeganistão e o Iraque, em 2001 e 2003 respectivamente, sob a alegação de abrigarem grupos terroristas.

A Guerra ao Terror apresentou muitas controvérsias na construção do seu discurso e fez com que apenas a posição hegemônica ocupada pelo país no mundo não fosse suficiente para justificar as intervenções que se seguiram ao ocorrido. Enfatizando que “(...) como a política mundial tem se tornado mais complexa, o poder dos principais Estados, para obter os seus objetivos, tem diminuído¹²” (NYE, 2002 p. 156-157).

Bush teve então que recorrer a outros meios de convencimento para poder executar o seu plano de política externa sem grandes retaliações. Valeu-se então do discurso na construção de um inimigo comum a toda a humanidade, os terroristas. Para isso, o terrorismo foi representado como a fonte do mal no mundo e os Estados Unidos como aqueles que teriam, por direito adquirido pelo seu excepcionalismo histórico, a missão de erradicá-lo do planeta e garantir a segurança e a liberdade de todos.

O discurso oficial não seria suficiente para que houvesse uma naturalização generalizada do inimigo. Surge em cena então a mídia conservadora norte-americana, que através da sua característica de agendamento de assuntos se configurou como uma grande aliada de George W. Bush na representação do terrorismo enquanto enfermidade mundial. Logo, podemos perceber que a mídia foi utilizada pelo governo norte-americano não só pela sua capacidade de agenda, mas também como meio de *soft power*, para fazer os seus interesses diante da comunidade internacional (RESENDE, 2011).

Sobre o poder, primeiramente podemos destacar que “(...) em política internacional, o poder pode ser considerado como um meio e um fim em si próprio e, geralmente, é exercido de duas formas primordiais: por meio da força ou através da racionalidade (convencimento)” (OLIVEIRA, 2010 p.255). Assim, a capacidade dos atores é definida de acordo com os

¹² Tradução livre da autora: “As worlds politics become more complex, the power of all major states to gain their objectives will be diminished.”

recursos de poder que eles possuem no meio internacional. O poder ainda pode ser visto como a habilidade que um ator possui para impor a sua vontade frente aos demais, apresentando características tanto coercitivas, como de convencimento nesse processo (OLIVEIRA, 2010).

Na atualidade, portanto, a maneira como os Estados exercem o poder tem assumido cada vez mais uma maior complexidade. De modo que até mesmo quando se faz uso de meios coercitivos para se chegar a um objetivo é preciso que se recorra a outros meios como forma de legitimação e justificativa dos atos empreendidos.

Enquanto a força militar continua a ser a última instância de poder em um sistema de auto-ajuda, o uso dessa força tornou-se mais caro para as grandes potências modernas, do que era em séculos anteriores. Outros instrumentos, tais como as comunicações, as habilidades organizacionais e institucionais e a manipulação da interdependência tornaram-se importantes nesse contexto (NYE, 2002, p.157-158).

A ideia de poder possui então fundamental significância para a política internacional, uma vez que aborda as capacidades dos atores em alcançar os seus objetivos e os meios escolhidos para isso. Com relação a esses meios, trazemos aqui a diferenciação estabelecida por Joseph Nye a respeito do conceito de *soft power* e *hard power*. O primeiro é caracterizado segundo a habilidade que um Estado possui para conseguir realizar os seus interesses através da atração e persuasão sobre outros, excluindo a coerção e o constrangimento no processo (DUARTE, 2012).

Já o segundo se apóia nas práticas de ameaças e coerção, induzindo os demais atores a determinadas escolhas que convenha às suas necessidades. Podemos inferir, que o *soft power*, diferentemente do *hard power*, que envolve forçar ou ordenar terceiros, coagindo-os a agirem de determinada maneira, trata da forma como um Estado, através de sua cultura, dos seus valores políticos e da sua política externa, consegue cooptar os outros a seguirem os seus interesses individuais. (DUARTE, 2012 p.503-504).

Assim, percebemos que um Estado é poderoso, não apenas em decorrência do seu poderio militar, mas também, pela capacidade ideológica que este possui de se impor diante de outros. Entende-se que “(...) a abordagem do *soft power* é baseada em uma solução pacífica, indireta, sutil e mais ou menos discreta, dentro do escopo do apelo de ideias; na capacidade de persuadir ao invés de vencer, em termos de cultura e de ideologia” (DUARTE, 2012, p. 503).

Essa concepção de um poder brando vai de encontro com a importância que a governança e as regras têm adquirido na sociedade internacional, não à toa Joseph Nye defende que o:

Soft co-optive power é tão importante quanto o poder coercitivo. Se um estado pode fazer o seu poder parecer legítimo aos olhos dos outros, ele irá encontrar menos resistência aos seus desejos. Se a sua cultura e ideologia são atraentes, outros ficarão mais a vontade em segui-lo. Se ele pode estabelecer normas internacionais, de acordo com a sua sociedade, é menos provável que tenha de mudá-las. Se ele pode apoiar instituições feitas por outros estados, eles podem canalizar ou limitar as suas atividades, da maneira que o Estado dominante prefere, podendo assim, ser poupado do exercício dispendioso da força coercitiva ou *hard power*. (NYE, 2002, p.167).¹³

Nye nos trás a ideia de que o *soft power* tem tornado-se uma segunda face do poder, principalmente por ser responsável em estabelecer uma agenda política mundial e buscar atrair a posição de outros países nos sistema internacional. O *soft power* depende da reputação e da credibilidade de determinado ator na comunidade internacional. É preciso que o ator que exerça o poder brando inspire respeito e admiração aos demais atores. Ressaltando ainda que o autor defende que a cultura popular e a mídia são importantes fontes de *soft power*. Sobretudo porque esse é uma espécie de poder que permite ser compartilhado com diversos atores. O *soft power* pode ser entendido como uma habilidade de moldar às preferências de terceiros de acordo com aquilo que se deseja para interesse próprio (OLIVEIRA, 2010)

Outro ponto importante abordado por Nye em sua obra diz respeito a ideia de “conversão do poder”, isto é, para ele o poder potencial necessita ser convertido em poder real. A partir dessa concepção, podemos perceber que a

(...) mídia, em geral, consegue fazer essa conversão com grande eficácia, tendo em vista que, diante da abundância de informação, são os meios de comunicação de massa que primeiro filtram os fatos relevantes e os transformam em notícias levando-os ao conhecimento público (OLIVEIRA, 2010, p.259).

A mídia adquire essa posição a partir das proposições de Nye, fundamentalmente por que o autor acredita que através da importância que o poder brando tem adquirido na sociedade internacional nos dias atuais, a informação tem se tornado indispensável ao exercício do convencimento feito através do *soft power*. Nye diz, inclusive, que no cenário atual o “(...) poder está passando daqueles que são ricos em capital, para aqueles que são ricos em informação” (NYE, 1990, p.164)¹⁴. Desta forma, os meios de comunicação, por se

¹³Tradução livre da autora: *Soft co-optive power is just as important as hand command power. If a state can make its power seem legitimate in the eyes of others, it will encounter less resistance to it wishes. If it is culture and ideology are attractive, others will more willingly follow. If it can establish international norms consistent with its society, it is less likely to have to change. If it can support institutions that make other states wish to channel or limit their activities in ways the dominant state prefers, it may be spared the costly exercise of coercitive or hard power.*

¹⁴ Tradução livre da autora: *Power is passing from the capital-rich to the information-rich.*

configurarem enquanto uma importante fonte de informação e com um amplo alcance perante a sociedade são essenciais nesses processos de exercício de poder brando.

Com a globalização e o acelerado desenvolvimento tecnológico do mundo, os *mass media* converteram-se em uma eficiente ferramenta de *soft power* para os Estados, assim como também têm aumentado o seu poder de ingerência nas muitas instâncias políticas e sociais. No caso dos Atentados de 11 de Setembro e das conseqüentes guerras preventivas empreendidas logo após o ocorrido, pode-se observar a importância do uso do discurso e da construção de uma identidade do medo na sociedade norte-americana. A mídia teve um papel importante nesse processo através do conteúdo veiculado e do destaque concedido ao terrorismo em suas pautas. Pode ser observada a securitização do terrorismo, o transformando em assunto de segurança nacional. Salientado que por trás de todo esse processo atuam grupos de interesse, ligados não somente aos *mass media* como ao governo estadunidense e que se utilizaram de todo esse aparato ideológico para legitimar e justificar as suas ações.

No próximo capítulo exploraremos justamente esses grupos políticos, abordando a construção da Doutrina Bush e o neoconservadorismo norte-americano. Bem como, a repercussão concedida aos ataques e a criação da ideia de “terror espetáculo”, uma vez que o 11 de Setembro adquiriu notoriedade internacional e como isso foi utilizado pelos grupos políticos no governo.

2. O GOVERNO DE GEORGE W. BUSH, O TERRORISMO E O ADVENTO DA IDEIA DE TERROR ESPETÁCULO NA POLÍTICA INTERNACIONAL.

Neste segundo capítulo nos centraremos em apresentar a conjuntura política norte-americana anterior e posterior aos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono no ano de 2001. Para tanto, será exposto aqui os pontos principais que envolveram o primeiro mandato do Governo de George W. Bush e como o episódio ocorrido transformou a política externa e de segurança norte-americana, estabelecendo um novo paradigma dominante, a Doutrina Bush.

Buscaremos elucidar como o terrorismo enquanto um conceito polêmico divide opiniões, não havendo um consenso sobre a sua definição. Sendo assim, interpretado de acordo com os interesses de quem o define. Desse modo, procuraremos expor como a abordagem neoconservadora estadunidense vigente durante todo o primeiro mandato de George W. Bush se apropriou desse conceito de acordo com as necessidades dos grupos políticos e econômicos dominantes naquele período.

Entendemos que é fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa que se revise o contexto sócio-político norte-americano para que possamos avançar na compreensão de como a mídia atuou enquanto uma ferramenta legitimadora da Guerra ao terror. Buscaremos nos aprofundar ainda, no fenômeno de “terror espetáculo” que pode ser observado logo após os atentados em Nova York e como esse processo possibilitou que a mídia auxiliasse na securitização do terrorismo como ameaça máxima, que requeria medidas urgentes e nem sempre condizentes com o direito internacional.

2.1. A administração de George W. Bush e o impacto do Ataques de 11 de Setembro no seu governo.

Para se entender quais mudanças foram observadas no cenário político norte-americano a partir do ano de 2001, é preciso que se faça uma breve recapitulação de como este se encontrava às vésperas dos atentados.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a decadência das tradicionais potências europeias, o mundo mergulhou em um longo período de Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Ambos os países haviam saído vitoriosos da guerra e emergiram enquanto superpotências mundiais, disputando pólos de influência no mundo através da dicotomia de socialismo versus capitalismo. Desta forma, durante todo esse processo os EUA fundamentaram a sua política externa e interna em um plano de contenção do comunismo, criando a imagem de um inimigo comum à humanidade e aos ideais democráticos e que deveria ser combatido para o bem geral.

Contudo, em 1989, o bloco socialista veio abaixo com o desmantelamento da URSS. O mundo, assim como, os teóricos do *mainstream* de relações internacionais tiveram que lidar com o fim da era bipolar já naturalizada nas interpretações clássicas da área. Já não existiam mais dois pólos antagonistas e o risco iminente de uma guerra nuclear, de maneira que os Estados Unidos sagraram-se vencedores da disputa e tornaram-se a única superpotência do planeta.

Estabeleceu-se então um cenário de otimismo quanto ao triunfo dos ideais ocidentais, o qual foi muito bem observado na obra “O fim da história e o último homem” de Francis Fukuyama (1992). Segundo o autor o liberalismo econômico seria o ápice da evolução econômica da sociedade contemporânea. Pautado nisso defendia a democracia como um último estágio do desenvolvimento, devendo ser seguido por todos. Nesse contexto, os Estados Unidos assumiram para si a “missão” de conduzir os outros países na busca pelo desenvolvimento pleno (FUKUYAMA, 1992).

Dessa maneira, a ideia de uma *Pax Americana*¹⁵ foi inserida no cenário internacional, porém não podemos falar que houve um grande plano de política externa estadunidense após o fim da Guerra Fria, comparável à política de contenção do comunismo. A própria noção de *Pax Americana* era contestável, uma vez que:

¹⁵ Segundo Góes a *Pax Americana* seria “sinônimo da natural envergadura dos EUA para reger unilateralmente as relações internacionais” (GÓES, s/d, p.33). Isto é, os Estados Unidos, enquanto a potência remanescente e, através de seu poderio ideológico-militar, imporá ao mundo a sua governança.

(...) sob a égide de uma sociedade internacional pós-bipolar, multifacetada, não há de falar em ideologia única, capitalista, democrática, universal e neoliberal. Ao contrário, é o choque entre civilizações imbricado com disputas comerciais que estão a haurir o complexo cenário jurídico, político e constitucional do Estado Pós-Social. (GÓES, s/d, p.35).

Os Estados Unidos tornaram-se assim uma potência que não conseguiu estabelecer um paradigma de política externa tão forte e consistente quanto o anterior. Não se pode negar que o globalismo¹⁶ de Clinton foi importante para a conjuntura política pós Guerra Fria, no entanto, o que se observou de fato no cenário internacional foi que a antiga disputa entre capitalismo e socialismo acabou por ceder espaço à fragmentação e a insurreição de inúmeras disputas regionais. Essa fragmentação histórica viria a gerar “(...) sectarismos e fanatismos, contribuindo para a formação de identidades grupais e coincidindo com a identidade de grupos oprimidos” (WELLAUSSEN. 2002. pg. 87). Logo, os Estados Unidos buscavam ainda encontrar a melhor maneira de se colocar no cenário internacional diante de uma grande onda globalizante, contudo, marcada por um contexto de crises ideológicas locais.

Neste cenário a figura de George W. Bush ascendia. Filho do ex-presidente George H. Bush, chamou a atenção ao ser eleito governador no estado do Texas pelo partido Republicano e conquistando números recordes de votos entre eleitores negros e hispânicos, esses eleitores atípicos para os Republicanos. Como governador do Texas (1995) pautou o seu plano de governo em reformas na educação, economia e na legislação. As escolas públicas receberam mais dinheiro do governo e pela primeira vez grupos religiosos obtiveram o direito de receber dinheiro do Estado para ser aplicado em suas campanhas sociais.

Assim já no início do seu governo no Texas, Bush conseguiu projetar-se nacionalmente através do slogan criado por Karl Rovers “conservadorismo com compaixão”. Em 1998 a sua campanha de reeleição contava com amplo apoio no estado e se destacava nacionalmente e foi reeleito com 68% dos votos no Texas. A partir dessa vitória, bem como do crescente apoio que vinha recebendo dentro do seu partido, Bush passa a vislumbrar a presidência. Assim:

Nas primárias, ele recebeu amplo apoio dos governadores, deputados e senadores e esforçou-se pessoalmente para ter Dick Cheney, um Republicano experiente que já havia trabalhado com vários presidentes e que conta com bom trânsito no setor empresarial, como seu vice (muito embora, uma parcela do *establishment* Republicano preferisse-o como secretário de

¹⁶ Ideologia, na qual, a globalização, não só é reduzida a dimensão econômica, como também impõe a necessidade de uma integração cada vez maior entre os Estados no Sistema Internacional, para que se facilite o trânsito dos agentes econômicos. O globalismo, assim, prevê uma diminuição do poder estatal frente aos interesses econômicos. Logo, essa corrente está intrinsecamente relacionada com as ideias neoliberais de não regulação da economia e não intervenção estatal. Foi dominante no mundo principalmente na década de 1990.

Defesa) (FINGUERUT, 2008, p.98).

Bush ao lado de Cheney enfrentou Al Gore e Joseph Lieberman, em uma eleição extremamente disputada e polêmica, sendo que os primeiros configuraram a quarta chapa presidencial da história dos Estados Unidos a ganhar a eleição no Colégio Eleitoral¹⁷, mas perdendo nos votos populares. A coligação de Bush obteve 50.456.167 votos populares e 271 votos no Colégio Eleitoral, já a de Al Gore contou com 50.996.064 e 266 respectivamente. Lembrando que o resultado da eleição do ano de 2000 levou cinco semanas para ser declarado, havendo a recontagem de votos no estado da Flórida (governado então pelo irmão de George, Jeb Bush). A legitimidade da contagem e do processo eleitoral chegou a ser contestada e Bush só foi reconhecido como vitorioso através da intervenção da Suprema Corte dos Estados Unidos. Bush obteve a partir da decisão da vitória republicana na Flórida 25 votos do colégio eleitoral decisivos para a sua eleição. Gore acabou por reconhecer a derrota nas eleições e no dia 20 de janeiro de 2001 Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos, prometendo um governo de união. (FINGUERUT, 2008).

A eleição de Bush e o seu governo se deram assentados no tripé composto pela Direita Cristã, os grandes empresários corporativos e os militaristas (relacionados tanto à indústria bélica, quanto às forças armadas), contando ainda com um “eleitorado confuso quanto aos acontecimentos mundiais (FINGUERUT, 2008).

O primeiro componente do tripé, a Direita Cristã se concentrou nos assuntos internos, visando principalmente mudar o perfil da Suprema Corte de Justiça para proibir a legal e constitucionalmente o aborto, o casamento gay e as pesquisas com células tronco. Já o segundo, as grandes corporações e os grandes empresários lutavam para criar nos Estados Unidos um sistema tributário pró-ricos, assim como, uma política pró-empresas farmacêuticas. Por fim o terceiro grupo base, os militaristas se ocuparam de manter viva a ideia de “ameaça”, justificando a permanência americana no Iraque e no Oriente Médio como um todo. Prezavam, sobretudo, que os Estados Unidos continuasse avançando no campo militar, se mantendo como a potência hegemônica (FINGUERUT, 2008).

Visto a principal base de apoio de Bush, é preciso apresentar como este montou a sua equipe de governo. Ela foi composta por veteranos, que já haviam atuado anteriormente na administração do país, contando com nomes como de Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Collin Powell, Richard Armitage e Paul Wolfowitz. Logo, observou-se:

¹⁷A ideia do Colégio Eleitoral é igualar o peso dos Estados. O Colégio conta com 538 votos; basta atingir 270 para ser escolhido presidente. Quem ganha nos Estados ganha também todos os votos a que este Estado tem direito no colégio eleitoral (FINGUERUT, 2008).

(...) a volta do neoconservadorismo à presidência dos Estados Unidos. Apesar dos três mandatos em que estiveram longe do poder – desde Reagan –, os neoconservadores, agora sob Bush filho, promovem a volta aos seus principais corolários de “unilateralismo, internacionalismo não-institucional, democracia e poder militar” (MARTINS, 2010, p.10).

Deste modo, o neoconservadorismo durante a Era Bush pode ser descrito como possuindo um internacionalismo, mesclado ao sentimento nacional dos valores do excepcionalismo histórico e da primazia da segurança dos Estados Unidos (MARTINS, 2010).

Os *neocons* são reticentes quanto ao viés multilateral aplicado á política externa, preferindo um engajamento seletivo sob a justificativa de diminuição do poderio estatal estadunidense frente a acordos e concessões. Além disso, o grupo conecta diretamente sua segurança à força militar, centralizando nesse tópico muitas de duas atenções (MARTINS, 2010, p.11).

A administração Bush se inicia pautada nos dois pilares de sua campanha presidencial. No plano interno a plataforma era chamada de *compassionate conservatism*, enquanto que para o externo o mote era o *american internationalism*. O primeiro remete a uma mistura entre a visão liberal republicana, aliada ao conservadorismo moral americano. Já o segundo, demonstra o plano para a política externa, no qual a plataforma é baseada na ideia de superioridade moral, econômica e militar dos Estados Unidos. Alicerça-se na junção entre a expansão dos valores, do status de poder e da segurança estadunidense. Os primeiros meses do governo Bush foram marcados por se voltarem ao unilateralismo e isolacionismo. Isto, até os atentados ocorridos em 11 de setembro, que culminaram em uma modificação na política externa e de segurança norte-americana (MARTINS, 2010, p.11-12).

Este era o contexto político norte-americano até a manhã de 11 de setembro de 2001, quando dezenove terroristas de origem islâmica sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros nos Estados Unidos e levaram dois deles a colidir com o *World Trade Center* em Nova York, símbolo do poder econômico estadunidense, outro com o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos e, o quarto avião acabou caindo em um campo aberto na Pensilvânia, sendo que havia sido redirecionado à capital Washington, pelos sequestradores. Aproximadamente 3.000 pessoas perderam a vida durante o atentado, segundo dados da própria Fox. A transmissão ao vivo pela TV, fez com que o mundo pudesse acompanhar em tempo real o maior ataque ao território norte-americano em toda a sua história. Em apenas nove meses de governo, a administração de George W. Bush via-se em

um dos momentos mais críticos da história do país e necessitava traçar um novo plano estratégico para a sua política externa, capaz de responder ao ocorrido.

Os ataques de 11 de Setembro foram e são repletos de simbolismo. A imagem dos aviões se chocando contra os prédios símbolos do poder econômico país estremeceu as bases de segurança norte-americanas, deu margem para o fortalecimento do patriotismo e do preconceito e “(...) fez renascer um sentimento compartilhado entre governo e população da soberba força física e moral estadunidense (MARTINS, 2010, p.14). Contudo, muito além de sentimentos e emoções, os atentados geraram ações concretas e profundas alterações nas agendas políticas internacionais. Podemos notar que os ataques “(...) motivaram ou mesmo, fizeram emergir socialmente, ideias sobre o modo como este país se relaciona com mundo (FINGUERUT, 2008, p.74).

O documento denominado “A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”, que continha o discurso de Bush em West Point em 01/06/2002, deixa claro que a nova estratégia baseava-se “(...) num internacionalismo distintamente norte-americano, que reflita a união de nossos valores e de nossos interesses nacionais. O objetivo dessa estratégia é ajudar na construção de um mundo não apenas mais seguro, mas melhor”. (BUSH, 2002, p. 1 apud SORTO, 2005 p. 139).

Surge então, como o novo paradigma de política externa norte-americana para o século XXI, a Doutrina Bush, que tinha como preceito fundamental a guerra preventiva, como evidenciou Bush ao dizer: “(...) não hesitaremos em agir sozinhos, se necessário, para exercer o direito de legítima defesa, agindo de forma preventiva contra esses terroristas” (BUSH, 2002 p. 6 apud SORTO, 2005 p. 143), nesse mesmo discurso.

Estas ideias foram tomando forma dentro do que ficou conhecido como a guerra contra o terrorismo, este por sua vez, tornou-se um inimigo invisível, porém onipresente. Tal definição fluída, não por acaso, possibilitou a construção de novas estratégias e novas leituras sobre a guerra. Nesse sentido, conceitos como “guerra preventiva”, ou seja, a guerra que começa com um ataque que visa prevenir o ataque vindo do adversário e que pode também ser entendida como a guerra que viria pelo atacado e, “guerra preemptiva”, isto é, aquela que começa com um ataque que antecede ao ataque imane ao oponente (MAGNOLI, 2006), são citados pelos porta-vozes do governo Bush, via grande mídia, como soluções necessárias (FINGUERUT, 2008, 74).

A administração americana defendia, portanto, que os Estados Unidos não poderiam esperar que fossem inferidos novos golpes semelhantes ao de 11 de setembro e deveriam buscar a adoção de medidas preventivas contra potenciais inimigos. Nesse contexto foram

invadidos países como o Afeganistão e o Iraque, em 2001 e 2003, sob a alegação de abrigarem grupos terroristas. Sobre a doutrina, é importante compreender que:

Endossada por liberais e conservadores, por democratas e republicanos, a doutrina preventiva amplia-se com a crença de que ela é necessária não apenas para proteger os interesses norte-americanos, mas como se os EUA desempenhassem o papel de guardião da segurança global (MORAES, 2004, p.383).

A Guerra ao Terror, mesmo tendo recebido um grande apoio no cenário internacional, sobretudo pela gravidade incontestável dos atentados sofridos pelos Estados Unidos, contou com muitas contradições. Bush e sua administração haviam encontrado um novo inimigo a ser combatido, fazendo com que a comunidade internacional “(...) fosse conduzida segundo o dilema: ou se está com os Estados Unidos (bem) ou se está contra ele, isto é, com os terroristas (mal)” (SORTO, 2005 p. 141). É importante entender que após os Atentados, o que se pode observar foi:

(...) uma mudança de foco da política de segurança dos Estados Unidos. Ações belicistas, ancoradas no conceito de legítima defesa, foram disseminadas em duas frentes: Afeganistão e Iraque. No caso da primeira, o argumento utilizado foi que o governo do Talibã dava suporte e apoio para a al-Qaeda. Na segunda frente, o discurso oficial afirmava que o governo de Saddam Hussein estaria desenvolvendo armas de destruição em massa que poderiam ser utilizadas em ataques contra os Estados Unidos (FERREIRA, 2014, p.45).

Deste modo, no próximo item nos aprofundaremos na relevância do pensamento neoconservador durante a gestão Bush (2001-2004), sobretudo após os ataques de 11 de setembro e como o retorno dessa visão ao domínio político estadunidense contribuiu para a elaboração do novo plano de política externa do país, a Doutrina Bush.

2.2. O Neoconservadorismo norte-americano e a sua importância na concepção da Doutrina Bush.

Como já foi evidenciado acima, após os acontecimentos de 11 de Setembro, é percebida uma mudança de foco da política Externa e de Segurança norte-americana. Uma vez que essa guinada na política estadunidense aconteceu sob a égide do neoconservadorismo e ressaltando a força dessa ideologia durante esse período, é importante que seja delimitado o papel desse pensamento na condução política externa do país nos anos subseqüentes aos ataques. Bem como, o modo através do qual as concepções neoconservadoras influíram na elaboração da Doutrina Bush.

Em uma breve apresentação histórica dessa corrente ideológica, que surgiu em meados dos anos de 1960, muito embora, embase os seus pressupostos em correntes teóricas anteriores. Inicialmente por volta dos anos 1930 intelectuais norte-americanos de esquerda e com um perfil antistalinista, foram diminuindo o seu radicalismo e se aproximando da corrente liberal, quando finalmente em 1960 se denominaram de neoconservadores. Essa corrente teórica “(...) consiste em um discurso, pensamentos, opiniões e crenças sobre o que é uma boa sociedade, o que é um bom governo para regê-la e como alcançar ambos” (BLOCH, 1997, p.50 *apud* FERREIRA, 2014, p.46).

Mais especificamente o pensamento neoconservador tem as suas origens na *City College of New York* (C.C.N.Y) e nas páginas da revista *Public Interest*. Entre os fundadores dessa corrente estão nomes influentes no mundo acadêmico estadunidense como o de Irving Kristol, Daniel Bell, Irving Howe, Nathan Glazer e Daniel Patrick Moynihan. Com o passar do tempo os intelectuais identificados com a abordagem passaram a engajarem-se nos “*think tanks*”¹⁸, tais quais *American Enterprise Institute (AEI)*, a *Heritage Foundation*, a *Olin Foundation*, o *Center for Security Policy* e o *Hudson Institute*. Atualmente, os autores vinculados a essa abordagem publicam suas ideias em periódicos como *Weekly Standart*, *National Interest*, *Commentary* e *National Review*.

Ressaltando que o termo havia nascido de uma forma pejorativa, já que representava a maneira como os democratas se referiam aos seus colegas que migraram para o partido Republicano. Contudo, a alcunha foi ressignificada e absorvida a partir da definição de Irving Kristol, que dizia que “(...) os neoconservadores eram os liberais que foram assaltados pela realidade (KRISTOL, 1995 *apud* FINGUERUT, 2008, p.19).

Inicialmente os autores dessa corrente se ocupavam somente dos assuntos internos, delimitando o seu pensamento em torno de ideias orientadas pela crença no progresso, pelo anticomunismo e pela defesa da universalidade dos direitos. Foi somente no final da Guerra Fria que esses autores passaram a se preocupar com questões de política externa, uma vez que “os *neocons*”¹⁹ acreditavam estar diante de uma oportunidade singular de incremento do poder e da influência norte-americanas” (MARTINS, 2010, p.10).

É preciso entender que os neoconservadores possuem uma maneira muito distinta dos conservadores de entender a política. O pensamento conservador norte-americano dialogava

¹⁸ São instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos.

¹⁹ Como ainda são referidos os intelectuais neoconservadores.

com grupos católicos e protestantes e tinha em Barry Goldwater²⁰ um ícone. Defendiam sobretudo o isolacionismo da política externa, a desconfiança e o enfrentamento com relação ao tamanho do Estado e a carga tributária. Primavam por uma sociedade organizada com papéis e classes muito bem definidos. Já os *neocons* partem do pressuposto de que é preciso uma postura internacional ofensiva. Reconhecem que a direita americana passou por significativas transformações, não sendo mais a mesma de anos atrás, isto é, admitem que houve uma mudança no *status quo* norte-americano. Os neoconservadores não são neoliberais como muitas pessoas acreditam, uma vez que identificam justamente no liberalismo o maior problema a ser enfrentado pela sociedade americana. Fogem ainda do escopo de definição do nacionalismo, já que pensam o papel dos Estados Unidos no Sistema Internacional e na sua transformação. (FINGUERUT, 2008).

Assim Kristol, um importante expoente dessa corrente, dizia que o neoconservadorismo não era um movimento, mas sim uma forma de persuasão, uma questão de ideias. Os neoconservadores defendiam um Estado forte, porém com menos impostos. E principalmente, surgiam na política externa norte-americana como os detentores das soluções para os seus principais dilemas. Pode-se extrair do pensamento de Kristol traços de uma defesa ideológica dos interesses dos Estados Unidos“(...) a qual pode, muitas vezes, não refletir os interesses em termos de poder, conforme seria a corrente realista (FERREIRA, 2014, p.48). Existe assim uma defesa, mesmo que a força, da democracia, traço este que pode ser observado durante todo o governo de George W. Bush.

Deste modo, Figuerut destaca quatro pontos centrais para o grupo.

O primeiro consiste no patriotismo, entendido como algo natural, saudável e peculiar aos EUA e a sua história como nação de imigrantes. O segundo consiste na oposição a um governo mundial que produziria a tirania generalizada. Carl Schmidt (*apud* KRISTOL, 1995) aponta o terceiro fator ao definir o ato de governar como o de “distinguir amigos de inimigos” (...) Por fim, o quarto ponto seria a revalorização do interesse nacional. Este mesmo autor argumenta que, pelas dimensões tanto econômicas e territorial como culturais dos EUA, a política externa deste país deve estar atenta aos seus interesses ideológicos (...) (FINGUERUT, 2008, p. 20).

Após os ataques de 11 de Setembro passaram a haver inúmeras nomeações de indivíduos provenientes de fundações ou institutos abertamente neoconservadores para cargos importantes para a política externa nos Estados Unidos. Sendo alguns deles: o ex-secretário de defesa, Donald Rumsfeld; o ex-secretário de defesa, Paul Wolfowitz; o membro da Comissão

²⁰ Foi senador do Estado pelo Estado do Arizona, através do partido Republicano. Era conhecido como o “Sr. Conservador”, uma vez que, é o político a quem se dá mais crédito pelo ressurgimento do movimento conservador na década de 60. Rejeitava às ideias do *New Deal* e foi considerado por muitos como reacionário.

de Política de Defesa, Richard Perle; o chefe de gabinete da vice-presidência, Lews Libby; e o secretário assistente para Assuntos do Oriente Médio, Elliot Abrams (FERREIRA, 2014).

Salientando que nas questões de políticas domésticas a postura dura destes tomadores de decisão criou atritos com outros detentores de cargos importantes e que não se identificavam com a ideologia e abordagem. Podemos citar como fazendo parte desse segundo grupo Colin Powell, ex-secretário do Estado; Richard Armitage, ex-subsecretário de Estado; e George Tenet, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA). Mais do que uma disputa ideológica, ficou evidente a existência do conflito entre um grupo que estava relacionado ao Departamento de Defesa e outro ligado ao Departamento de Estado (FERREIRA, 2014). Durante o governo de George W. Bush, a burocracia na dinâmica de segurança nacional, se deu a partir de uma abordagem descentralizada, de modo que permitiu uma ampla atuação dos *neocons* nos processos de tomada de decisão.

Podemos dizer que a corrente neoconservadora forneceu ao governo de Bush os fundamentos teóricos para “(...) substituir a velha ordem comandada pelas Nações Unidas, implantando em seu lugar a nova ordem política mundial por intermédio da Doutrina Bush, que tem como ponto alto a estratégia da guerra preventiva” (SORTO, 2005, p.140). É preciso compreender sobre a Doutrina Bush que

Essa “nova política externa”, que aqui chamamos de “neoconservadora”, tira a importância dos Estados e transferindo-a para grupos subnacionais, como a al-Qaeda. As negociações propostas pela ONU não passam nos centros de decisão, fazendo com que a diplomacia perca espaço para as forças armadas. Neste quadro, a Guerra do Iraque pode ser lida tanto como um projeto de poder, entendido como forma de manter a unipolaridade, quanto como estratégia de ação na política externa dos EUA visando a implementação do tipo de poder americano concebido pelos neoconservadores (FINGUERUT, 2008, p.80).

Assim, fica evidente que a proposição central da Doutrina Bush era o combate ao terrorismo, logo, chegamos ao questionamento de quem são os terroristas e quem possui a capacidade e o direito de julgar essas questões segundo essa Doutrina.

(...) terroristas podem ser, por exemplo, os Estados reunidos sob a denominação eixo do mal; pode ser considerado terrorista, ainda, qualquer Estado que os Estados Unidos apontem como tal; podem ser também considerados terroristas, do mesmo modo, facções ou pessoas; tudo sempre a critério do governo de Washington. Consoante o presidente Bush: “Não fazemos distinção de espécie alguma entre os terroristas e os que conscientemente lhes dão abrigo ou fornecem ajuda”. (BUSH, 2002, p. 5) (SORTO, 2005, p.140).

A partir do ano de 2001 o terrorismo passa figurar como a principal ameaça para os Estados Unidos e prioridade em matéria de segurança, porém, não há no arcabouço jurídico norte-americano uma definição clara e definitiva a respeito desse termo.

Essa indefinição do conceito reflete a dificuldade existente de se delimitar um fenômeno com valores altamente subjetivos como o terrorismo. “Uma acusação de terrorismo é sempre percebida do ponto de vista do “eu” sendo atacado pelo “outro”, em que “eu”, representa o bem, e o “outro”, o mal” (FERREIRA, 2014, p.49). Pode-se apreender que o terrorismo será definido, de acordo com os interesses e concepções de quem o define. Dificilmente poderá se apresentar através de uma definição isenta de qualquer grau do velho maniqueísmo entre o bem e mal e de ideologia.

Sobre a conceituação do termo terrorismo para os Estados Unidos podemos observar algumas variações entre os órgãos decisórios. No código dos Estados Unidos, em seu Artigo 22, seção 2656f se afirma que o terrorismo é a “violência premeditada e politicamente perpetrada contra alvos não combatentes por grupos subnacionais ou agentes clandestinos” (UNITED STATES, 2008, p.331 *apud* FERREIRA, 2014, p.50). Já no caso do Federal Bureau Investigation (FBI), segue-se o Artigo 28 do Código de Regulação Federal dos Estados Unidos, no qual o terrorismo é definido como

O ilegítimo uso da força e da violência contra pessoas ou propriedades para intimidar ou coagir um governo, a população civil ou qualquer segmento desta, em busca de objetivos sociais ou políticos (UNITED STATES, 2005, p.iv *apud* FERREIRA, 2014, p.50).

Ainda temos uma definição divergente proveniente do Departamento de Defesa, para o qual o terrorismo é

O uso calculado ilegítimo da violência ou a ameaça ilegítima de violência para inculcar medo ou que pretenda coagir ou intimidar governos ou sociedade na persecução de objetivos que são geralmente políticos, religiosos ou ideológicos (United States, 2007, p.29 *apud* FERREIRA, 2014, p.59).

Como se pode perceber além das diferenças entre as definições, elas ainda contam com termos subjetivos, como coagir ou intimidar, deixando margem para uma grande variação nas interpretações. A última delas, dada pelo Departamento de Defesa, apresenta uma delimitação mais ampla do problema, considerando como terrorismo a persecução de objetivos religiosos. A definição feita pelo FBI considera ações contra a propriedade como terrorismo, o que não acontece com as outras duas. Já o Departamento de Estado utiliza o termo “ataque contra não combatentes”, que pode ser considerado como “(...) inadequada e

não aplicável ao se considerar os casos de ataques terroristas pontuais” (FERREIRA, 2014, p.50-51).

Apesar da dificuldade conceitual em se definir o que é terrorismo, os Estados Unidos, após dos acontecimentos de 11 de Setembro, o elegeram como o seu principal inimigo e como base e justificativa para a Doutrina Bush. Logo, acabou por ser formar um consenso entre estudiosos de segurança internacional, políticos e *policy makers* na Europa e nos Estados Unidos de que “(...) o fundamentalismo islâmico era o principal fator causal dos atentados terroristas no mundo pós Guerra Fria” (NASSER, 2014, p.65). O terrorismo passou a ser vinculado com a religião muçulmana e formou-se a crença de que ele somente seria vencido se ocorresse uma profunda modificação nessas sociedades, sendo essas modificações ainda necessariamente conduzidas por forças internacionais.

Surge então o conceito de “novo terrorismo” ou como ainda foi denominado terrorismo religioso, catastrófico ou pós-moderno. Essa nova interpretação a respeito do fenômeno estava relacionada à “(...) determinantes culturais e religiosas” (NASSER, 2014, p.65). É importante ressaltar que, muito embora, essa nomenclatura tenha ganhado mais força com os atentados de 11 de setembro de 2001, ela não surgiu a partir dessa data. Mas sim, na década de 1980, como forma de compreender os ataques suicidas no Líbano, sendo que em momentos como a explosão no *World Trade Center* em 1993 e o atentado do Metrô de Tóquio com gás sarin em 1995, esse conceito foi sempre sendo revisitado e ressignificado a cada nova conjuntura.

Segundo Nasser, os teóricos que vêm tentando compreender a ação e o funcionamento dessas organizações que se enquadrariam nesse novo terrorismo apontam para duas características primordiais: “(...) a motivação religiosa cada vez mais intensa, sobretudo no que se refere ao islamismo; e a determinação em provocar danos catastróficos” (NASSER, 2014, p.66).

O surgimento de armas de destruição em massa, aliado à ascensão desses grupos na cena internacional cria uma ideia de ameaça, ainda sem precedentes na história da humanidade. Deste modo, o conceito que foi utilizado para interpretar o terrorismo no século XX não abarca os novos fenômenos e atores que ascenderam no século XXI.

Em essência, os elaboradores do conceito de “novo terrorismo” partem do pressuposto de que houve uma transformação qualitativa, ou mesmo uma transformação revolucionária, na *natureza* do terrorismo. Tratar-se-ia de diferentes atores, motivações, objetivos, táticas e ações em relação ao “velho terrorismo” do século XX (NASSER, 2014, p.66).

Os teóricos do “novo terrorismo” enquadram os grupos que vêm tomando a cena internacional nas últimas décadas como irracionais, movidos muito mais por um fanatismo e fundamentalismo religioso do que pelo nacionalismo ou por questões ideológicas. Para essa corrente não há uma estratégia política nos ataques dos grupos do novo terrorismo.

Para os autores desta escola de pensamento, como os terroristas sentem a sua existência e identidade ameaçadas, o uso da violência é entendido como reação a uma hipotética, e, portanto, aparece aos olhos dos militantes como legítima defesa, justificada pela religião (NASSER, 2014, p.70).

Esses “novos terroristas”, para os autores dessa corrente, utilizam-se da violência indiscriminada em seus ataques, não havendo uma seletividade na escolha dos alvos. O importante para eles seria apenas alcançar com que o atentado promova o maior número de vítimas possível. Deste modo a “(...) letalidade deixa de ser um meio a ser utilizado e passa a constituir-se em seu próprio objetivo (CRENSHAW, 2007, p.10 *apud* NASSER, 2014, p.69).

Essa concepção do terrorismo pode ser apreendida na visão perpetuada pela Doutrina Bush, na qual o terrorismo foi classificado como “enfermidade mundial”. Contudo, se nos detivermos com mais atenção ao terrorismo, suas causas e implicações podemos perceber as limitações do conceito de “novo terrorismo”. De acordo com a pesquisa de Krueger (2007) *apud* Nasser (2014) todos os Estados de origem dos grupos terroristas possuem baixos índices de liberdade civil e direitos políticos. O autor conclui deste modo, que o terror tem origem em sociedades que estão sob regimes opressores, inferindo um caráter político e não econômico ou cultural às causas. Logo, “(...) o terrorismo pode ser definido, como uma ação política no sentido weberiano de adequação racional entre meios e fins” (NASSER, 2014, p.76).

Nasser exemplifica ainda que grupos como a al-Qaeda o Hamas, apesar de fazerem referências ao Islã em seus discursos, diferenciando-o de outras religiões e culturas, sobretudo a ocidental. Não costumam empreender ataques especificamente contra cristãos ou judeus, mas sim, contra as instituições. Dizendo ainda que o aspecto comum em todas as campanhas é a existência de um “(...) mesmo objetivo estratégico, laico e político: a libertação nacional” (NASSER, 2014, p.76). Pode-se perceber que a ocupação estrangeira esta intimamente vinculada e relacionada com a ascensão de grupos terroristas.

Os grupos perpetradores do terror lutam contra um quadro político historicamente localizado, e não contra características de outras sociedades, como o modo de vida ocidental ou a religião católica. Ou seja, mesmo os grupos como a al-Qaeda e o Hamas, que enunciam seus preceitos religiosos, não têm como causa primeira o islamismo, mas sim a libertação nacional (...) Pode-se inferir, então, que as organizações terroristas agem racionalmente, uma vez que realizam atentados premeditados, com objetivos claramente definidos (NASSER, 2014, p.77).

Por fim, chegamos à lógica essencial do terrorismo: a coação. Primeiramente é preciso compreender que a coação militar é travada por dois Estados que possuem poderes assimétricos, isto é, um Estado mais forte contra um mais debilitado. Exerce-se assim a coação a partir do Estado mais forte, demonstrando ao mais fraco que combater será demasiado custoso, pois este não terá capacidade de vencer o conflito. Já o terrorismo acontece em condições estruturais inversas, é o ator mais fraco que procura coagir o mais forte. Desde modo, não a viabilidade da negação, fazendo com que o terror suicida se baseie na estratégia do castigo.

A lógica da coação implica a ameaça à população e ao governo inimigo, sendo necessário aplicá-la em condições favoráveis ao seu sucesso. Isto por que o terrorismo suicida é uma forma de ação de risco e custo elevados, tanto para seus perpetradores, como para a comunidade a que pertencem (NASSER, 2014, p.78).

Como pode ser percebido o terrorismo no século XXI, muito aquém das suas reais implicâncias foi percebido com “(...) muito mais dramatismo, alastrando o sentimento de insegurança a sociedades supostamente seguras” (MOITA, 2014, p.109). O terrorismo passa a entrar em cena com intensidade após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, se caracterizando como ameaça por excelência. Em tempos em que as guerras interestatais vão se tornando cada vez menos frequentes, a apreensão dos riscos tem se deslocado para outros campos e atores, “(...) surgindo a ladainha de novos inimigos, embora estes se tornassem mais difusos, menos identificáveis e, também por isto, mais sujeitos ora a subavaliação temerária ora ao empolamento fantasioso” (MOITA, 2014, p.109).

Logo, no próximo item deste capítulo, procuraremos explorar o poder simbólico alcançado pelos atentados de 11 de setembro e como o advento das telecomunicações possibilitou o surgimento da ideia de “terror espetáculo”, que foi aproveitada pelo discurso de George W. Bush e de seu gabinete neoconservador, para legitimar e afirmar a necessidade de que se empreendesse uma verdadeira guerra ao terror.

Já ficou evidente até aqui que o pensamento neoconservador encontrou na gestão de Bush e nos ataques terroristas uma janela para voltar ao protagonismo no cenário político norte-americano, bem como a problemática envolvendo a definição do terrorismo, de quem são os terroristas e formulação e execução da Doutrina Bush, como novo paradigma de política externa. Por fim, nos deteremos nos impactos visuais dos atentados para a definição dos rumos da política mundial.

2.3. Terror espetáculo: a espetacularização dos atentados terroristas e os seus impactos no cenário mundial.

Os atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos foram acompanhados em tempo real por todo o mundo. Apesar do fato de que muitas catástrofes já haviam sido televisionadas e divulgadas de forma massiva, causando comoção em todo o globo, a magnitude e o simbolismo contidos nos ataques ocorridos em 2001 fizeram com que a multidão que assistia ao ocorrido fosse tomada por uma onda de terror e medo. O país mais poderoso do mundo havia sido atacado dentro de seu próprio território por um grupo ainda não muito conhecido no ocidente.

A abordagem jornalística concedida ao fato por toda a mídia espalhou por entre a sociedade civil a ideia de que enquanto os responsáveis não fossem pegos e punidos novos ataques eram apenas questão de tempo. Criou-se uma atmosfera global de tensão e medo e o assunto foi abordado de maneira exaustiva e obsessiva pelos grandes meios, tornando o terrorismo o novo inimigo mundial. A cobertura televisiva teve grande importância nesse processo, uma vez que, além do amplo alcance entre os indivíduos na sociedade atual, possui ainda as condições técnicas e o apelo da imagem para tratar do tema com mais impacto emocional no público.

Foi possível acompanhar através de um bombardeio de imagens e de chamadas com aviso de urgente em meio a programação televisiva habitual, a transmissão dos pronunciamentos tanto do presidente dos Estados Unidos como de Osama Bin Laden, assumindo para si e para a al-Qaeda a autoria do ataque. Bem como, a colisão dos aviões e as imagens chocantes da queda das torres. Todo esse cenário foi assim intensificado e espalhado pelas telecomunicações, engendrando a realização de leituras apocalípticas sobre os atentados. Muitos pensavam que esse fato culminaria em uma mudança radical no curso da história da humanidade, capaz de iniciar uma nova era. Sobressaíam-se pensamentos que defendiam “(...) que era possível que as bases do mundo teriam mudado depois do 11 de setembro de 2001” (CASTELLS; SERRA, 2003, p.13 *apud* MOITA, 2014, p.111). Adler (2002) chegou a afirmar que estávamos assistindo acabar o mundo antigo.

Logo, diante de todo esse contexto de catástrofe e barbárie, o terrorismo passou a figurar como o novo mal da humanidade e motivo de pânico e insegurança. A televisão nesse processo, não só enfatizava esse sentimento através de sua programação como o propagava e reforçava entre a população. Deste modo, pode-se perceber que o episódio ocorrido em 11 de

setembro de 2001 “(...) possivelmente inaugurou uma nova perspectiva na compreensão do terrorismo: o espetáculo midiático como arma política” (LIMA, 2006, p.1).

Apesar dessas impressões iniciais, é difícil dizer se passada uma década do ocorrido ainda são mantidas essas mesmas visões apocalípticas e de ruptura a respeito do fato. Contudo, não se pode deixar de assinalar que esse acontecimento representou uma evidente transição na história mundial, concluindo “(...) o período de 1989-2001, desde a queda do muro de Berlim até a destruição das Torres Gêmeas, durante o qual a nossa visão do mundo foi dominada em grande medida por conceitos como globalização, integração e hegemonia (TOURRAINE, 2003, p.171-172 *apud* MOITA, 2014, p.112).

De fato, os atentados terroristas se apresentaram enquanto uma grande “(...) virada histórica, surpresa, magnitude, espetacularidade” (MOITA, 2014, p.112), uma vez que foram divulgados com um grande efeito visual e se configuraram como um ato presenciado por uma audiência multitudinária e internacionalizada. Foi um evento, como diz Moita, “mediatizado por excelência”, demonstrando bem as características desse novo século que surgia no qual a tecnologia e a informação ganhavam cada vez mais influência sobre os indivíduos e o modo de se fazer política.

A presença das câmeras e equipes de reportagens de todos os lugares do mundo, aliada a capacidade de se realizar a transmissão ao vivo dos ataques, criaram a possibilidade de se estabelecer um grande efeito no público, espalhando o medo e a comoção por todos os cantos do mundo. O terrorista foi tirado de sua característica humana e representado enquanto um vilão inescrupuloso, incapaz de sentir empatia por outro ser humano. Essa pintura de “homem mau” *versus* vítimas inocentes atendia às necessidades e demandas da sociedade pós-industrial, na qual tudo pode ser comercializado. A catástrofe então foi vendida como “notícia” ou “informação”, seguindo a abordagem que mais atrairia o público.

Pode-se apreender que na sociedade da informação (CASTELLS, 2000) ou mesmo, como ainda foi denominada por Guy Debord, a “sociedade do espetáculo”, os atentados terroristas foram tomados de assalto pelos grandes meios de comunicação como uma forma de promover o espetáculo que a cultura da mídia exigia. Sendo importante destacar que nesse contexto de uma sociedade espetacularizada o

(...) espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu *instrumento de unificação*. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência. Por ser algo *separado*, ele é o foco do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza não é outra coisa senão a linguagem oficial da separação generalizada. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens (DEBORD, 2003, p.9).

Podemos perceber através desse trecho de Derbord que os atentados terroristas foram absorvidos como parte desse grande espetáculo midiático. Por mais importante que seja a missão do jornalismo de “informar” nesse novo contexto das telecomunicações e da própria sociedade, fica evidente que eventos como o 11 de setembro são utilizados pelos veículos de comunicação como meio atrair e cativar a audiência. Gondar, trás uma importante contribuição a respeito de como a “espetacularização do real” produz efeitos em nossa percepção da realidade

(...) se esta espetacularização do real se dá por meio de imagens, sejam elas catastróficas ou banais, é ainda de uma mediação que se trata; a mídia não nos ofereceria um real imediato, mas uma perspectiva imagética da realidade. Todavia, há nessas imagens um anseio pela literalidade extrema: são imagens desprovidas de imaginário, ou melhor, imagens que não convocam o imaginário de quem as vê. Seja por sua banalidade árida, seja por seu caráter violento e excessivo, aquele que vê não é capaz de integrar essas imagens em sua própria realidade, a elas conferindo um sentido. É nessa linha que Zizek escreve, a respeito das imagens da explosão do *World Trade Center*: “Não foi a realidade que invadiu a nossa imagem: foi a imagem que invadiu e destruiu a nossa realidade (ou seja, as coordenadas simbólicas que determinam o que sentimos como realidade)” (GONDAR, 2003, p.16-17).

Logo, pode-se compreender que o jornalismo ao mesmo tempo em que informa o telespectador a respeito do ocorrido, também está ali vendendo uma representação da realidade condizente com os interesses da ordem vigente. Essa busca que existe em nossa sociedade por aquilo que é real permite com que os meios de comunicação, através de suas agendas temáticas, conduzam a percepção dos indivíduos a respeito do mundo. Como exemplo, um nova-iorquino, que nunca viajou ao Oriente Médio ou teve contato com a cultura árabe. Ele não conhece aqueles países, sua língua, cultura ou emoções. De modo que o que pode vir a saber ou conhecer a respeito desses povos é aquilo que a mídia lhe vende enquanto real. Isso acaba por tornar essa mediação parte da concepção de realidade daquele indivíduo.

Mas a mídia é apenas uma mediadora e não detentora da verdade absoluta, ela é apenas capaz de produzir representações da realidade e não a realidade em si. E foi nessa janela de mediação entre o público, a mídia e os atentados que Bush se utilizou para reforçar a construção do seu inimigo e a legitimação de sua estratégia de combate ao terrorismo. Não podemos esquecer também que “(...) a mídia globalizada tornou-se uma das ferramentas possíveis a ser utilizadas pelo terrorismo” (LIMA, 2006, p.6) e não só pelos governos. Os impactos dos *mass media*, bem como, as possibilidades de ingerência que emergiam com eles

nas relações internacionais podem ser apropriados por muitos atores, a fim de produzir efeitos na política mundial.

Bush se utilizou dos meios de comunicação após os atentados, contudo, a al-Qaeda também usou desse poder de dissuasão de imagens e imaginários para atingir ideologicamente os Estados Unidos da América. Assim, pode-se perceber que o pânico gerado pelos ataques terroristas em 2001, bem como toda a sua repercussão negativa sobre o islamismo e sua ligação com o terrorismo, estão relacionados com essa nova dinâmica, muito bem salientada por Debord, na qual os meios de comunicação são os mediadores entre o indivíduo e a sua relação com o mundo.

Desde modo, o que chega até as pessoas são “partes” ou “pedaços” do mundo, sendo facilmente criados estereótipos e preconceitos sobre aquilo que os indivíduos não podem verificar por eles mesmos. Logo, a realidade passa a ser “(...) a ser a imagem que construímos da realidade e nossa percepção do outro passa a se basear nessa espécie de espelho distorcido e terrivelmente simplificado do real” (PAIERO, 2012, p.65). Essas representações do real feitas pela mídia são construídas e pautadas, sobretudo, embasadas em traços comuns da sociedade. Há deste modo, até certo ponto, uma padronização de pensamento e comportamentos inserida através dos meios de comunicação.

Ainda é possível assinalar que a busca pela visibilidade e pelo consumo, acabam por provocar uma percepção equivocada sobre o que é veiculado pelos meios de comunicação, fazendo com que esses conteúdos, sejam considerados mais verdadeiros do que a própria realidade em si. O jornalismo, inserido nesse contexto é o responsável por demonstrar as “verdades” sobre determinadas situações e atender às demandas da sociedade, figurando como o “(...) meio do caminho entre o senso comum e o conhecimento sistemático (SODRÉ, 2009, p.45 *apud* PAIERO, 2012, p.66).

Teoricamente, o papel da mídia nos ataques de 11 setembro de 2001 seria o de ajudar a população a compreender os acontecimentos através de informações atualizadas e o papel de reproduzir os pronunciamentos oficiais do governo. Porém, não se pode ignorar que nenhuma produção jornalística é isenta de interesses e carga ideológica, sendo que

(...) a escolha do que é notícia e da orientação que se dará ao fato noticioso depende de uma enorme gama de fatores, como bagagem pessoal do ou dos jornalistas que realizam determinada cobertura/edição, linha editorial do veículo, tipo de veículo, público-alvo, sistema político, cronograma, fontes e forma como as pautas são aproveitadas, interesses mercadológicos (...) (PAIERO, 2012, p.68).

Em vista dessas questões, o que foi observado no caso dos atentados foi que a mídia ao mesmo tempo em que fez o seu papel de informar sobre o evento, usou de apelos mercadológicos, reproduzindo repetidamente as imagens chocantes dos aviões colidindo com as Torres Gêmeas e os recados dos terroristas. Com objetivo de prender a atenção do telespectador ao fato, a grande mídia tratou de bombardeá-lo com imagens, informações e discursos sobre os ataques e os seus desdobramentos. Esse processo foi facilitado pelo caráter *ao vivo* da televisão, uma vez que a transmissão foi quase simultânea ao ocorrido. Assim, nos “(...) atentados de 11/9 certamente não foi o número de mortos o principal fator que atingiu o estado emocional dos norte-americanos. Mas as ênfases das imagens construíram uma percepção generalizada de uma grande tragédia” (ORTUNES, 2014, p.31).

O que resultou desse processo foi uma “construção defeituosa” (ORTUNES, 2014, p.33) sobre os atentados de 11 de setembro e principalmente sobre o terrorismo e a sua real relação com as sociedades islâmicas. Ortunes atribui este fato principalmente como um reflexo do “(...) dilema entre o alto custo para a informação e a deficiência no interesse do leitor em assuntos que demanda maior reflexão” (ORTUNES, 2014, p.33). Assim, as pessoas procuram se utilizar de atalhos mentais no momento de sistematizar os fatos e tendem a simplificar a compreensão do objeto representado pela grande mídia. Ortunes vai além em sua análise, dizendo que

(...) o que tornará este fato importante e verdadeiro para o leitor, não será a justificativa pautada em dados e contextos, mas sim na quantidade de repetições de matérias com a mesma temática. Ao falarmos de terrorismo promovido por pessoas de outros países, temos o fator geográfico que agrava a falta de compressão sobre o tema. Wainberg (2006) comenta que quanto mais distante se vive do terrorismo, menor compressão há sobre o fato. A ênfase nos atos violentos sem uma busca pelos motivos que levaram tais atos gera por consequência uma incompreensão que resultará no medo do desconhecido (ORTUNES, 2014, p.33).

E é justamente nesse medo do desconhecido, nesses preconceitos a respeito do “outro” que não pode ser concebido segundo a visão de mundo ocidental, que se embasou a legitimação da Doutrina Bush. Não estamos aqui, desconsiderando o impacto dos atentados de 2001 para a sociedade, sobretudo, a norte-americana. Mas sim, compreendemos que a mídia através do seu poderio ideológico construiu uma representação do terrorismo, convertendo-o em “terror espetáculo” e a partir disso reforçou o sentimento de medo e pânico na opinião pública.

Desta maneira, os *mass media* através da construção e seleção de sua agenda de conteúdo, auxiliaram na reiteração das necessidades políticas e de segurança dos Estados

Unidos após o evento. A espetacularização do 11 de setembro foi incorporada pelo governo estadunidense para legitimar e justificar a resposta agressiva concedida aos ataques. Logo, é preciso compreender que os líderes mundiais têm incorporado os *mass media*, devido, sobretudo, às suas capacidades de estabelecer representações e visões de mundo, convertendo-se em forças legitimadoras de políticas e fontes de *soft power*.

Assim, no próximo e, último, capítulo apresentaremos o canal de notícias *Fox News* e como através de sua programação este canal contribuiu para a construção da ideia do terrorismo enquanto ameaça máxima à segurança norte-americana. Embasaremos a nossa análise no arcabouço teórico apresentado no primeiro capítulo, visando identificar como a *Fox News*, através do seu poder de agendamento, seja pela seleção ou omissão de informações, foi importante na aceitação e legitimação frente aos indivíduos da Doutrina Bush como resposta ideal ao fato.

Para tanto, faremos uma breve análise da cobertura concedida aos atentados, bem como, dos reflexos observados em sua programação. Sempre resgatando a importância das ideias e do discurso na política internacional e como a mídia é um importante ator nesse cenário. Sabendo da orientação conservadora do canal, buscaremos elucidar como o discurso midiático contribuiu para a legitimação social das ações do governo de Bush, bem como, na construção das ideias de terrorismo como inimigo mundial e de pânico coletivo.

3. A FOX NEWS CHANNEL COMO CANAL LEGITIMADOR DOS INTERESSES NORTE-AMERICANOS NO PÓS 11 DE SETEMBRO.

Nesta última sessão do trabalho nos debruçaremos sobre o espaço e enfoque concedidos aos atentados de 11 de setembro pela emissora Fox News em sua programação. Primeiramente entendemos que seja necessária uma breve apresentação da história do canal de notícias *Fox News Channel*, para que se possa compreender mais sobre o seu alinhamento político e os interesses que representa. Salientando que a Fox News faz parte de um dos maiores “impérios” de comunicação dos Estados Unidos e as ideias defendidas por esse grupo permeiam a vida cotidiana dos americanos em vários níveis e instâncias. Assim, a Fox pode ser entendida como uma importante instrumento de *soft power* e também possui uma grande capacidade de agenda.

Posteriormente apresentaremos o programa do horário nobre da Fox e de maior

audiência do país “*The O’ReillyFactor*”, apresentado por Bill O’Reilly. Abordaremos alguns trechos de sua programação no dia dos atentados e nos anos após o ocorrido, buscando identificar em seus discursos e seleção de pautas a construção da ideia de terrorismo que serve aos interesses do governo norte-americano. Para isso, entendemos ser necessário que se discorra a respeito do programa e de seu apresentador, entendendo como a sua orientação política contribui no seu posicionamento diante da Doutrina Bush.

3.1. A *Fox News Channel* e o império de Rupert Murdoch nas telecomunicações.

Antes de avançarmos mais na compreensão a respeito da *Fox News Channel*, é importante ressaltar que na passagem dos anos de 1980 aos 1990 houve um aprofundamento na oligopolização nas indústrias de telecomunicações nos Estados Unidos. Sendo que em 1980 50 companhias respondiam por cerca de 90% do faturamento com informação e entretenimento no país, já a partir de 1990 menos da metade dessas companhias tornaram-se detentoras desses 90% do faturamento total. Dentro dessa onda de fusões e aquisições de empresas destacou-se a constituição da cadeia Fox pela *News Corporation*, através da aglutinação de emissoras independentes (MORAES, 1999, p. 67).

A *News Corporation* é um grande grupo de telecomunicações norte-americano, sendo atualmente o terceiro maior conglomerado de mídia do mundo, ficando atrás apenas da *The Walt Disney Company* e da *Time Warner*. Ela foi fundada no ano de 1979 na Austrália por Rupert Murdoch, inicialmente como uma *holding* da *News Limited*.

Rupert era filho de Keith Murdoch, dono de um importante jornal da Austrália o *The Adelaide News*. Assim, após a morte do pai, Rupert assumiu os negócios da família em Melbourne traçando planos de expansão, visando a construção de um conglomerado. Passou então a comprar jornais na Austrália, sendo o *Sunday Times* o primeiro. Expandiu então a companhia para a Nova Zelândia através da aquisição do *The Dominion*. Assim, logo estava adentrando o mercado europeu e o americano, bem como, visando a partir da década de 1980 a expansão dos seus investimentos para o meio televisivo, que vinha em uma crescente frente ao público.

Deste modo, a sua entrada no mercado estadunidense se deu a partir de 1973 quando ainda era denominada de *News Limited* com a compra do *San Antonio Express-News*, pouco tempo depois foi fundado o jornal *National Star* e em 1971 foi adquirido o *New York Post*. No ano de 1981 foram comprados metade dos estúdios de cinema da *20th Century Fox*, sendo que em 1984 é adquirida a outra metade. Assim, foi questão de tempo para que a *News*

Corporation adquirisse emissoras de televisão e passasse a figurar como um dos mais importantes conglomerados de mídias dos Estados Unidos. Ao todo, Murdoch através da *News Corporation* comanda atualmente 789 empresas em 52 países, nos cinco continentes (NEWSCORP, 2014).

Pode-se perceber que Rupert Murdoch possui sobre o seu domínio um verdadeiro império das telecomunicações, reflexo das ondas liberalizantes do mercado da década de 1990 e das características atuais dos próprios meios de comunicação de massa. O magnata é, sobretudo, lembrado por sua posição política de extrema direita²¹, posicionamento esse que acaba sendo perceptível nos veículos de comunicação contidos em seu conglomerado, de modo que a *Fox News* acaba por não fugir a essa orientação e apresenta em sua programação produtores e apresentadores que correspondem à ideologia conservadora.

A *Fox News Channel* foi fundada em 7 de outubro de 1996 nos Estados Unidos e desde os seus primórdios se apresentou como um canal de jornalismo capaz de atrair um público de aficionados por notícias e arregimentar telespectadores com visões polêmicas e apaixonadas sobre os mais diversos temas. A emissora ainda não possui uma grande cobertura fora do país, contudo, já é o principal canal de TV a cabo de notícias dos Estados Unidos, possuindo desde 2002 quando suplantou a sua maior concorrente CNN (*Cable News Network*) a maior audiência no mercado norte-americano das telecomunicações.

A história do canal teve início na década de 1980 quando a *News Corporation* começou comprar emissoras independentes, dando origem a uma quarta grande rede de televisão a *Fox Network*, rivalizando com a ABC (*American Broadcasting Company*), a CBS (*Columbia Broadcasting System*) e a NBC (*National Broadcasting Company*). Inicialmente a sua programação foi composta majoritariamente por *shows* de entretenimento, não havendo muito espaço e audiência para o jornalismo em sua grade.

Esse perfil mudou a partir de 1985 quando Rupert Murdoch adquiriu a WTTG-TV da *Metromedia*, uma emissora de Washington-DC que não era afiliada a nenhuma das três grandes emissoras citadas acima. Mesmo não pertencendo aos canais mais assistidos dos Estados Unidos, a WTTG-TV possuía uma grande audiência, sendo que o seu jornal vespertino era o com o maior número de telespectadores do país. Deste modo, a WTTG-TV

²¹ Murdoch é denominado como o Barão da mídia e, tem seu nome constantemente relacionado a polêmicas. Em uma delas, sobre a guerra no Iraque, o controverso empresário disse à imprensa que a melhor coisa que se poderia esperar da invasão americana, seria o barril do petróleo cotado a 20 dólares. Essa visão conservadora, que está impregnada nos seus veículos de comunicação, cometeu uma grande gafe em fevereiro de 2009, ao publicar uma charge que aparentemente comparava o presidente Barack Obama a um macaco. A piada racista obrigou o CEO da News Corp a se desculpar sobre o ocorrido e anunciou em junho do mesmo ano a criação de um grupo antirracista que fiscalizará os conteúdos para que não haja novamente um desrespeito às minorias dentro de suas empresas.

serviu como mote inicial na construção da linguagem editorial do que viria a se configurar na *Fox News Channel* (SILVA, 2007).

A Fox não costuma ser bem vista pela academia norte-americana, uma vez que a “(...) cobertura política da Fox News está à direita da cobertura das outras principais fontes de notícias de televisão, as grandes redes ABC, CBS, e BCN e CNN” (DELLAVIGNA; KAPLAN, 2007, p.1191)²². A maneira como o canal conduz a sua programação e trabalha com a informação também é alvo de críticas, já que o canal apresenta em sua grade programas jornalísticos que fogem do convencional, se aproximando mais a shows de entretenimento. Assim, Silva diz sobre o canal e sobre a opinião dos críticos estadunidenses a respeito de sua programação.

Fox News Channel, cuja ascensão meteórica impressiona principalmente pela instantaneidade do sucesso que atingiu nos primeiros anos de operação, apresenta em sua grade de programação uma variedade de programas telejornalísticos, os quais são apresentados e reprisados durante as 24 horas que fica no ar. Sem exceção, toda a grade de programação da emissora é acusada pelos críticos da indústria mediática norte-americana de embaçar os limites e a fronteira entre o jornalismo e o entretenimento (SILVA, 2007, p.29).

Podemos perceber então que a *Fox News* possui uma maneira de “fazer jornalismo” que atende aos apelos por espetáculo observados por Debord na nossa sociedade atual (SILVA, 2007). O canal é também criticado, uma vez que, ao longo de sua história e consolidação de seu posicionamento ideológico foi observado que o “(...) escritório central sufocou a independência editorial, sendo que as decisões deixaram de ser tomadas localmente” (SILVA, 2007, p.33).

Essa característica não só contribuiu para a construção ideológica do canal, como para a visão negativa que o mesmo possui no meio acadêmico. Quando nos deparamos com esse ponto podemos perceber como a consolidação de uma orientação política e ideológica em um grande veículo de comunicação é determinada de maneira hierarquizada, seguindo os padrões do mercado. Se, atualmente a Fox segue uma linha editorial mais conservadora e de direita, isso se relaciona com os ideais daqueles que detêm os direitos sobre o canal. Desta maneira, a programação e o corpo editorial do canal foram sendo compostos seguindo preceitos e prerrogativas advindos da visão de mundo de homens como Rupert Murdoch, que comanda a *News Corp*. A respeito da ordenação política da audiência do canal, pode-se observar então, que

²² Tradução livre da autora: “*The political coverage of Fox News is to the right of the coverage of the other main television news sources, the major networks—ABC, CBS, and NBC—and CNN.*”

(...) 37,5% do público da *Fox News* se auto-identifica como republicano, enquanto 29% se identifica como democrata, já o restante, tende a se identificar como apartidários. Entre aqueles que não assistem a *Fox News*, 26,2% se identificam como republicanos e 32,4 % como democratas. Os espectadores da *Fox News*, portanto, são mais propensos a serem republicanos. Uma vez que os dados de audiência são de 2000, após a entrada da *Fox News*, esta diferença pode ser causada tanto pela ordenação aos republicanos da platéia da *Fox News* ou ainda, como um efeito do poder de persuasão da *Fox News* (DELLAVIGNA; KAPLAN, 2007, p.1193).²³

Assim, a *Fox News*, através da sua opção por um jornalismo mesclado com entretenimento concomitantemente acaba por agradar ao público e dissipar a visão ideológica a qual o canal responde. Este fato se deve fundamentalmente ao modelo de telejornalismo que vigora no mundo como um todo, pautado nos grandes impérios das comunicações.

Nestes moldes, a seleção das informações relevantes e suplantáveis é feita de forma vertical e hierarquizada, de acordo com os interesses hegemônicos tanto para os grandes proprietários dos meios como para aqueles com os quais estão intrinsecamente relacionados, como governo, bancos e outras empresas (SILVA, 2007).

Pode-se apreender assim, que há, como observado pelos autores construtivistas, um processo de co-construção da mídia enquanto um ator social e político. A linha editorial adotada por um veículo de comunicação é construída através das inter-relações entre determinado veículo e os demais atores com os quais ele interage, exemplificando podemos citar a sociedade, o governo, os anunciantes, os financiadores do veículo e até mesmo os outros meios de comunicação. E é nessas relações com os mais variados atores sociais que se pode extrair a importância dos meios de comunicação como legitimadores ou deslegitimadores de causas políticas, sociais e econômicas. Atuam, nesse sentido, para normatizar os processos nos quais essas estruturas e esses atores se desenvolvem e se relacionam entre si.

Quando falamos de grandes conglomerados de mídia, em geral o que interessa a eles é a possibilidade de continuar expandindo e simultaneamente prosseguir extraindo o máximo de lucro com a necessidade por informação em nossa sociedade atual. Deste modo, empresas de entretenimento acabaram transbordando os seus investimentos para o campo do jornalismo informativo, como o caso da *News Corporation* nos Estados Unidos que primeiramente se ocupou da *21th Century Fox* e depois passou para o seguimento do jornalismo televisivo.

²³ Tradução livre da autora: “37.5 percent of the *Fox News* recall audience self-identify as Republican, 29.4 percent as Democrat, and the remainder as Independent. Among the non- *Fox News* audience, 26.2 percent identify as Republican and 32.4 percent as Democrat. *Fox News* viewers therefore are more likely to be Republican. Since the audience data are from 2000, after the entry of *Fox News*, this difference could be due either to sorting to Republicans into the *Fox News* audience or to a persuasion effect of exposure to *Fox News*”

Essa mistura entre os gêneros discursivos, entretenimento e jornalismo informativo, faz com que “(...) quem controla as cordas das finanças, acaba por controlar a qualidade do produto editorial” (SILVA, 2007, p.37). Desde modo, características essenciais que poderiam agregar valor à notícia, acabam sendo sufocadas pela influência e poder de determinados grupos hegemônicos.

Podemos observar assim, que, no cenário televisivo dos Estados Unidos, o:

(...) crescimento da Fox aumentou o número de fontes de notícias disponíveis para os telespectadores e disponibilizou um estilo diferente de notícias. Entre as suas inovações, a Fox forneceu mais comentários de opinião e uma versão mais conservadora da cobertura jornalística do que os seus concorrentes (Groseclose e Milyo, 2005; Jamieson e Cappella, 2008; Gasper, 2011). Seu público reflete a inclinação relativamente conservadora do canal: em 2010, a sua audiência continha duas vezes mais republicanos do que democratas (Centro Pew para o Povo ea Imprensa, 2010) (HOPKINS; LADD, 2012, p.2).²⁴

Logo, a escolha da *Fox News* para este trabalho se deu, sobretudo, por sua posição visivelmente conservadora, além do fato de possuir a maior audiência nos Estados Unidos e um grande apelo com público através de sua linha editorial e abordagem conservadoras. Além de se encaixar perfeitamente nesse jornalismo de mercado com uma produção de conteúdo pautada pelos interesses hegemônicos vigentes.

A *Fox News*, por conseguinte, constitui-se como uma importante instituição social que através de seu discurso possui a capacidade de conformar identidades. Assumindo a premissa de Wendt de que as identidades são anteriores aos interesses, pode-se concluir que toda a lógica de jornalismo de mercado, lucro, grandes conglomerados e as relações estabelecidas com o poder político interferem nas ideias defendidas pelo canal e consequentemente nas identidades que podem ser formadas através dele.

É preciso ressaltar, que em seus poucos anos de existência a *Fox News* foi um canal que soube ganhar a audiência em períodos de crises nos Estados Unidos como nos casos da Guerra do Golfo, do escândalo Clinton-Lewinsky²⁵, da contagem dos votos das eleições

²⁴ Tradução livre da autora: *Fox's growth increased the number of news sources available to television viewers and made available a different style of news. Among its innovations, Fox provided more opinion commentary and a more conservative version of news coverage than did its competitors (Groseclose and Milyo, 2005; Jamieson and Cappella, 2008; Gasper, 2011). Its audience reflects the channel's relatively conservative slant: in 2010, its viewership contained over twice as many Republicans as Democrats (Pew Center for the People and the Press, 2010).*

²⁵ Foi um escândalo político sexual, o caso ganhou repercussão após a divulgação de uma suposta relação sexual entre o então presidente Bill Clinton e uma estagiária da Casa Branca de 22 anos, Monica Lewinsky, na década de 1990. O suposto caso extra-conjugal e as investigações resultantes do mesmo levaram à destituição do Presidente Clinton em 1998 pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e sua absolvição posterior de todas as acusações.

presidenciais de 2000 na Flórida, dos ataques de 11 de setembro e das guerras subsequentes do mesmo. Percebe-se assim, que em momentos delicados a força conservadora do canal atendeu às demandas sociais, acrescentando significância ao seu discurso (MORRIS, 2005).

Morris em seu texto destaca dois fatores que contribuíram para que o canal ganhasse força e legitimidade nesses momentos: primeiramente o autor destaca um fator técnico, já que a Fox foi a primeira a desenvolver um áudio e apresentações visuais mais dinâmicas das notícias, incluindo a atualização de manchetes na parte inferior da tela sobre os últimos acontecimentos e efeitos sonoros para introduzir segmentos de notícias. Como o segundo fator, Morris ressalta que a *Fox News* desafia o jornalismo tradicional norte-americano, uma vez que, privilegia em sua abordagem o telespectador de centro-direita, que acusa a imprensa estadunidense de ser mais progressista e de esquerda (MORRIS, 2005).

Durante a segunda Guerra do Golfo, o canal ganhou notoriedade por cobrir os esforços iniciais em uma perspectiva pró-Bush. Assim, foi possível perceber que:

Esta abordagem da Fox tornou-se evidente depois de 11 de setembro de 2001, quando a rede adotou um tom pesado no patriotismo americano para a sua cobertura. Muitas vezes, a cobertura da campanha subsequente no Afeganistão continha frases como "nossas tropas" e "capangas do terror" (RUTENBERG 2003) (MORRIS, 2005, p.61).²⁶

Esse “tom pesado” adotado pelo canal na cobertura dos atentados pode ser percebido através de uma rápida consulta à plataforma online da *Fox News Channel*, já que dentro de umas das seções do site intitulada *world* (mundo) estão contidos outros subitens, entre eles está uma seção denominada *terrorism* (terrorismo), que obviamente é dedicada a acompanhar os fatos relacionados aos grupos terroristas espalhados pelo mundo.

Ao acessarmos o item destinado a acompanhar os acontecimentos terroristas ao redor do globo podemos perceber que existe uma grande menção ao mundo islâmico, havendo inclusive, ainda hoje, no dia 01/11/2014 notícias sobre Osama Bin Laden. Pode-se notar que há uma clara construção da ideia do terrorismo como uma ameaça mundial, mais especificamente ao mundo e ideais ocidentais, que requer respostas agressivas e diretas dos grandes líderes da política mundial. Essa relação estabelecida entre terrorismo e o islamismo vai de encontro com “(...) como o “eu” é construído em relação ao “outro”, num processo de alteridade ou complementaridade” (LEITE, 2009, p.36). Essa característica pode ser observada historicamente na formulação e construção dos paradigmas de política externa norte-americanos, sempre impregnados pela percepção de um “outro” antagonista. Podemos

²⁶Tradução livre da autora: *This approach on Fox became evident after September 11, 2001, when the network adopted a heavy tone of American patriotism to its coverage. Quite often the coverage of the subsequent campaign in Afghanistan contained phrases like “our troops” and “terror goons” (Rutenberg 2003).*

destacar o antiimperialismo inglês, o anticomunismo e, no século XXI, o antiterrorismo.

É importante observar que os Estados Unidos estabeleceram a sua visão de mundo, bem como, a visão de si mesmo enquanto nação unitária a partir da crença no excepcionalismo histórico do país. Sendo que “(...) após a independência em 1776, os norte-americanos construíram um poderoso mito para a nação, a certeza de que era um povo excepcional, e que haviam criado uma sociedade como nenhuma outra na Terra” (JUNQUEIRA, 2003, p.165). À medida que os Estados Unidos passava a consolidar a sua posição no mundo e fortalecia as suas crenças internas, se tornando assim, uma “cidade na colina”²⁷, isto é, um modelo de progresso para toda a humanidade, o país assumiu para si uma missão civilizatória.

Exportar o “modelo norte-americano tornou-se o “Destino Manifesto” do país – um conceito originalmente criado para justificar a expansão territorial em direção ao oeste, mas que logo passaria a englobar fronteiras cada vez mais distantes, tanto em termos geográficos como, anos mais tarde, ideológico (FONSECA, 2007, p.173).

Portanto, essa crença de que os americanos eram o povo eleito²⁸, com uma missão perante o mundo, sempre esteve impregnada nos discursos e paradigmas de política externa do país. É nesse excepcionalismo que se embasa a necessidade de se criar uma identidade contraposta ao outro estrangeiro, não americano. Assim, a política externa e de segurança iniciada após os ataques retoma essa autopercepção do povo americano como o povo escolhido por Deus, detentor de uma missão no mundo, estabelecendo que os terroristas, sobretudo islâmicos, são o outro. E a disposição do conceito de terrorismo na página da Fox News induz o internauta a entender o terrorismo nos moldes estipulados na Doutrina Bush.

Ao dar ênfase e espaço privilegiado ao terrorismo em seu endereço online a *Fox News* reforça através do seu poder de agendamento a perspectiva de que o terrorismo está no centro dos problemas mundiais. O fácil acesso a esse conteúdo, através de uma sessão para falar somente sobre o assunto, induz o seu público a manter o temor diante de possíveis ameaças. Lembrando que para Onuf, os atos de fala adquirem maior significância a partir da repetição de seu conteúdo, fazendo que quanto mais reiterada for uma ideia, maiores as chances dela se tornar mais relevante, convertendo-se em uma convenção social.

²⁷ John Winthrop, primeiro governador de Massachusetts, ao justificar a sua ida ao “novo mundo”, aludiu à tarefa de conquistar natureza pelos puritanos, como exemplo aos cristãos. A metáfora de Cidade na Colina de Winthrop foi extraída da Bíblia (Mateus, 5:14, O Sermão da Montanha: “Vós sois a luz do mundo. Não pode ficar escondida uma cidade construída sobre uma colina”) e significava que mantendo a fidelidade a Deus, os puritanos seriam abençoados com o estabelecimento de uma ordem perfeita e invencibilidade infinita (FONSECA, 2007, p.161-162).

²⁸ Crença de que os norte-americanos seriam o “povo escolhido por Deus”.

Deste modo, o terrorismo é elevado ao mesmo nível que temas reconhecidamente relevantes nas relações internacionais como os conflitos interestatais, os desastres naturais, a economia mundial, a religião, o meio ambiente e os escândalos. Essa ideia vai de encontro com a prerrogativa da Doutrina Bush de que o terrorismo é o inimigo número um dos Estados de bem. Tratá-lo como um assunto independente, que precisa de um espaço próprio para ser noticiado e discutido e, não incluí-lo, por exemplo, dentro da seção de conflitos, mostra como os Estados Unidos vem abordando o tema na política internacional, transformando-o e agenda permanente.

Assim, no próximo item nos centraremos na ampliação do conservadorismo e agressividade na programação do canal. Para isso analisaremos o programa de Bill O'Reilly, âncora norte-americano que conduz um programa jornalístico com apelo ao entretenimento e divertimento. O'Reilly possui uma significativa influência com o público da Fox News, abordando temáticas delicadas a respeito de política e demais assuntos de forma extremamente conservadora. Buscaremos elucidar, desde modo, como os atentado de 11 de Setembro e a Doutrina Bush repercutiram em seu show, buscando indícios que nos mostrem como essa abordagem conservadora legitima os interesses do governo norte-americano.

É importante salientar que figuras como a de Bill O'Reilly possuem grande capacidade de influência sobre os indivíduos, de modo que os assuntos que repercutem e destacam em suas programações acabam por conformar o entendimento dos indivíduos a respeito da realidade (SILVA, 2007). Lembrando que a mídia é um espaço público e, portanto, de socialização, que interfere na formação das identidades e representações sociais (BARBERO, 1993).

Logo, um show como o apresentado por O'Reilly, que não segue os preceitos do jornalismo tradicional, buscando através de uma mescla entre entretenimento e informação transmitir ao público a sua visão de mundo, possui um grande impacto no público. O conteúdo que é transmitido, repercutido e reiterado por apresentadores como O'Reilly acaba por fazer parte da concepção de realidade dos espectadores a respeito do mundo. Ressaltado isso, passaremos então para a exposição do programa "*The O'Reilly Factor*" e a forma como foi repercutido nele os atentados de 2001.

3.2. The O'Reilly Factor: a voz conservadora norte-americana e a repercussão dos atentados de 11 de Setembro de 2001.

Bill O'Reilly é um renomado e indiscutivelmente controverso jornalista norte-

americano. Ele lidera o programa de notícias de TV a cabo mais conhecido e comentado tanto pela crítica como por seus fervorosos fãs dos Estados Unidos. "*The O'Reilly Factor*" na *Fox News Channel* é, certamente, o programa mais assistido e tem se mantido como o número um nas classificações de audiência a mais de cinco anos. O show é ainda transmitido para mais de 30 países com uma boa aceitação pelo público (BILLOREILLY.COM).

O programa está na grade de programação da *Fox News* desde o início da história da emissora, no ano de 1996, chamando-se inicialmente de "*The O'Reilly Report*". O apresentador é responsável por garantir a audiência do horário nobre através de uma programação diversificada, abordando os temas que mais relevantes do cenário social e político estadunidense (BILLOREILLY.COM).

O apresentador converteu-se em uma importante voz nos Estados Unidos. Destarte, Bill O'Reilly pode ser considerado um importante canal de mediação entre o público e as ideias políticas conservadoras impregnadas em toda o conteúdo veiculado da programação da *Fox News*. É preciso frisar que o programa de O'Reilly está situado em um espaço de grande influência na grade da emissora, o horário nobre. Logo, diariamente o apresentador tem a oportunidade de dialogar com uma audiência de milhares de pessoas, podendo assim, defender as suas ideias e concepções perante grande parte da população estadunidense. Para que esse diálogo com o público seja mais contundente, O'Reilly se utiliza de uma linguagem mais coloquial e dinâmica, aproximando o jornalista de seus espectadores. O seu programa geralmente conta com convidados visando a promoção de um debate a respeito dos assuntos de maior repercussão do momento.

O programa de O'Reilly geralmente segue a agenda política republicana, concedendo destaque às questões políticas e sociais que de se encontram no centro das discussões do partido. Assim, o *The O'Reilly Factor* é conhecido por sua orientação política assumidamente conservadora, acabando por convergir com as ideias do partido republicano nos Estados Unidos, assim como todo o canal da *Fox News*. Devido ao grande apelo com o público, o carismático e polêmico apresentador é taxado pelos críticos como a voz conservadora da televisão norte-americana. Indo de encontro com o título recebido O'Reilly costuma conduzir o seu programa sem esconder as suas ideias políticas, exaltando certo tom de agressividade quando contrariado por algum convidado.

Conforme a relação defendida por Onuf entre a linguagem e a ação dos agentes, podemos perceber que O'Reilly constrói em seus programas diários os atos de fala apontados na obra do autor, através dos quais o apresentador embasa a sua visão de mundo. São encontrados no discurso de Bill O'Reilly atos de fala assertivos e diretivos, uma vez que, o

apresentador assume a sua visão como correta e irrefutável ao mesmo tempo em que instrui a sua audiência sobre quais os comportamentos e convenções sociais mais adequados. No caso do 11 de Setembro, as afirmações de O'Reilly contribuíram também para o processo de securitização do terrorismo, reiterando a necessidade das guerras preventivas previstas na Doutrina Bush, lembrando que a securitização refere-se ao processo de apresentar uma questão em termos de segurança.

Sobre a posição política manifestada por O'Reilly e a maneira como as notícias são conduzidas pelo apresentador no decorrer do seu show, Silva observa que:

The O'Reilly Factor, está encarregado de transmitir algumas dessas notícias, ensinando de forma enviesada a seus assinantes o que eles precisam conhecer da lista de prioridades político-ideológicas da emissora. Dentre as observações francamente pró-administração Bush feitas por O'Reilly em seu programa diário durante a eleição presidencial americana de 2004, uma delas não só provocou polêmica, como também incentivou sentimentos anti-europeus: “na França, as pessoas a favor de Kerry contra Bush é da ordem de 64 a 5. Não me admira que estejamos boicotando aquela gente. Isso não tem nada a ver com Bush, mas, como assim?! E na Holanda, 63 a 6. Lembre-se de que as drogas são legais lá” (Kitty, 2005) (SILVA, 2007, p. 39-40).

Logo, *The O'Reilly Factor* não se configura como um telejornal clássico, convertendo-se mais como um show de entretenimento. Contudo o seu conteúdo é pautado pela política interna e externa dos Estados Unidos, tornando o programa em um formato jornalístico. Ainda que extremamente diferenciado do habitual, se utilizando de um alto volume ideológico nas declarações editoriais. O programa é feito no estilo "*live to tape*", o que significa que ao contrário dos outros programas do canal no período da noite, *The O'Reilly Factor* é pré-gravado. O programa é ao vivo para as últimas notícias ou para eventos especiais. Ele é dividido em segmentos que tratam de temas distintos, intitulados:

- a) *Talking Points Memo*: logo no início do programa, Bill O'Reilly faz um comentário sobre o acontecimento recente mais importante no país.
- b) *Top Story*: Bill O'Reilly abrange uma das mais importantes histórias do dia, com entrevistas com os principais analistas ou jornalistas da *Fox News Channel*.
- c) *Impact*: Bill O'Reilly se concentra em questões sobre a criminalidade e a lei neste segmento. Atualizações sobre investigações criminais, provações e processos recebem destaques. Outras vezes, as questões relativas ao governo e suas agências estão presentes.
- d) *Unresolved Problem*: Bill O'Reilly disserta sobre alguma questão que ele acredita não está recebe atenção suficiente dos outros meios de comunicação.

- e) *Personal Story*: Bill traz a seu programa alguma figura importante que tenha vivenciado algum problema recente, buscando explorar as experiências pessoais sobre os assuntos mais emblemáticos do momento.
- f) *Factor Follow-Up*: O apresentador revisita algum tema já discutido em seu programa.
- g) *Back of the Book*: Vários temas são colocados em pauta nesse momento, que se localiza já no fim do programa (o que explica o nome).
- h) *Factor Mail*: O'Reilly dedica essa parte a ler comentários dos internautas a respeito do show e dos fatos trazidos por ele.

Pode-se apreender a partir da organização do formato do programa que o *The O'Reilly Factor* abrange vários segmentos da sociedade norte-americana, apresentando variadas temáticas que estão no centro das discussões, tanto no cenário político como no social. O programa através de suas várias sessões abre margens para as discussões que inquietam a população em determinado momento. O'Reilly chama a atenção para algum problema ou evento político e o aborda de uma maneira que a audiência de seu programa possa ver a questão por múltiplos ângulos. Acontece que estes “ângulos” não estão livres de ideologias e estão permeados pelos interesses do apresentador, do canal de notícias *Fox News*, da *News Corporation* e de Rupert Murdoch. Todos esses interesses ainda respondem a ligações e interesses políticos maiores e mais complexos.

Deste modo, esse formato deve ser encarado enquanto uma novidade na forma de se apresentar a notícia, porém, devido à liberdade concedida na maneira como são conduzidas as apresentações das notícias podemos vê-lo esbarrando em desastres diplomáticos, como a declaração acima, na qual O'Reilly vocifera contra franceses e holandeses. Por conseguinte, há a desqualificação de ideias diferentes daquelas defendidas pelo programa, desqualifica-se qualquer posicionamento liberal, ou de “extrema esquerda” no contexto cultural dos Estados Unidos.

Não se pode ignorar que a linguagem é parte constitutiva do mundo e não somente a sua representação. Assim, como ressalta Onuf o discurso produz regras e políticas, expressando desta maneira os objetivos e as intenções dos agentes. Logo, programas como o de O'Reilly acabam se tornando um elemento ideacional da sociedade norte-americana, contribuindo para a percepção da realidade extraída pela mesma. As informações privilegiadas em suas pautas são absorvidas e interpretadas pela audiência de acordo com as duas experiências individuais, conformando-se em entendimentos sociais a respeito de certo fato. Assim, O'Reilly acaba por,

(...) no afã de se legitimar essa torrente de raciocínio assumidamente

conservadora, é preciso desmoralizar pessoas antes de debater as suas ideias, caluniar instituições independentes antes de se contestar suas estatísticas, ou até insultar países e culturas que lancem vozes contrárias a esse pensamento único, um *mainstream* alimentado, dentre outras, pela *newscorp*, em lugar de construir pontes que evitem um eventual isolamento (SILVA, 2007, p. 40).

Neste sentido, entendemos que o jornalista através de seu programa de televisão foi um importante canal no processo de legitimação da Doutrina Bush e na securitização do terrorismo, tal qual interessava aos interesses do governo norte-americano. Com o viés assumidamente republicano de seu programa, a repercussão dos atentados de 11 de setembro no show de O'Reilly se enquadrou na construção das identidades dos vilões e mocinhos, dos terroristas maus e dos defensores da América, da liberdade e democracia. Isso se deu através da mediação entre o público e o ocorrido, atribuindo significância aos atentados de acordo com os interesses hegemônicos da emissora a qual o programa responde.

The O'Reilly Factor assim como todos os seguimentos de mídia norte-americanos, mantiveram os atentados de 11 de Setembro em destaque nas suas programações. As imagens e o conteúdo dramático extraído daquele traumático dia foram explorados ao máximo, mantendo o ocorrido na memória da população do país. Portanto, podemos apreender que esse destaque contínuo concedido ao acontecimento visava manter o assunto no centro das discussões. Como defendido pela *agenda setting* em consequência de ações como essas, de repetição e reiteração de temas, o público sabe ou ignora, realça ou negligencia elementos específicos do cenário público e político (WOLF, 1987).

O'Reilly explorou a temática de maneira conservadora, validando as ações do partido republicano em resposta aos ataques e mantendo a necessidade do combate ao terrorismo sempre em destaque em seus programas. Assim, ao optar por uma determinada abordagem induziu a sua audiência a incorporá-la como a interpretação correta aos atentados, uma vez que as pessoas possuem a tendência a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos, aquilo que a mídia inclui ou exclui do seu repertório de conteúdo. Sendo que o público tende a atribuir aos fatos privilegiados pela mídia, uma importância que reflete a ênfase atribuída pelos *mass media* a esses acontecimentos (WOLF, 1987).

Em um trecho do programa exibido no dia dos ataques O'Reilly questionava um coronel das forças armadas norte-americanas sobre qual o tipo de resposta que deveria ser dada pelos Estados Unidos aos atentados: indagando se isso seria através de uma operação comandada pelas forças de inteligência ou pelo aparato militar do país. O coronel responde que a resposta deve ser dada por uma combinação de ambas as forças, visando punir os responsáveis por aquele terrível ato. O'Reilly dá continuidade à entrevista salientando que

Osama Bin Laden já estava na lista dos homens mais procurados dos Estados Unidos e “(...) que não havia razão na terra para que aquele homem não fosse perseguido e caçado” (O'REILLY, THEO' REILLY FACTOR, 2001).

O apresentador reiterava naquele momento imediato aos atentados que o Estado Terrorista havia declarado guerra aos Estados Unidos. Em vista disso, era perceptível que através da retórica O'Reilly já denunciava que o terrorismo deveria ser assunto prioritário para a segurança norte-americana, logo, já dava início ao discurso securitizante a respeito dos atentados. Recordando que, segundo Buzan e Hansen, a securitização se constitui em um processo no qual através do discurso e da retórica os atores políticos conseguem fazer com que um argumento seja suficientemente aceito pelos indivíduos, ao ponto de serem toleradas certas violações de algumas regras que de outra maneira deveriam ser obedecidas. Sendo assim a partir da securitização são estabelecidas ameaças existenciais e de urgência, libertando o ator das convenções sociais naquela situação (BUZAN; HANSEN, 2012). É justamente nessa perspectiva do terrorismo enquanto ameaça existencial e urgente que se pautará o discurso apresenta por Bill O'Reilly em seu programa.

Notadamente, O'Reilly no mesmo dia dos atentados já apresentava um discurso impregnado pelas ideias que se consolidariam como a Doutrina Bush de combate ao terrorismo. Ao defender que Osama deveria ser “perseguido e caçado” pelo governo norte-americano, reiterava a necessidade de uma resposta agressiva por parte dos Estados Unidos ao ocorrido e mesmo estando no calor dos acontecimentos já adiantava alguns traços que puderam ser observados na caçada por Bin Laden. O terrorismo já estava sendo alçado ao primeiro lugar nas listas de prioridades em segurança dos Estados Unidos.

Passada uma semana do que O'Reilly caracterizou como o “(...) pior ataque terrorista da história e que nenhum americano jamais poderia ter imaginado, uma nação tão forte, como os Estados Unidos, em meio a tal acontecimento” (O'REILLY, 2001) o programa de *The O'Reilly Factor* veio ao ar no dia 18 de setembro de 2001 abordando no quadro *Talking Points Memo* os ataques terroristas que ainda abalavam o país. Podemos perceber inúmeros indícios do processo de securitização nas falas de O'Reilly, ao iniciar o programa tratando o ocorrido como o “pior ataque da história” e ressaltando que nenhum americano jamais poderia imaginar o seu país sendo atacado daquela maneira, Bill não só vai de encontro com o discurso do presidente Bush no seu pronunciamento do dia dos atentados, no qual dizia que nenhum americano “(...) jamais esqueceria este dia, porém, seguiriam adiante para defender a liberdade e tudo que é bom e justo em nosso mundo” (BUSH, 2001).

O'Reilly situou os acontecimentos em um dos quadros mais significantes de seu

programa, no qual costuma abordar os temas mais relevantes do cenário político em determinado momento, para reiterar perante a sociedade norte-americana a necessidade de que fossem mantidos na memória e na agenda política a busca por respostas sobre o ocorrido. O jornalista incentiva que o terrorismo e o 11 de setembro se mantenham no imaginário norte-americano e que a agenda não se perca e se dilua entre novos acontecimentos. Mesmo considerando que haviam se passado apenas alguns dias, nota-se pelo tom de Bill em sua abertura que o desejo da sociedade estadunidense era o de que o governo conduzisse com firmeza a situação, buscando restabelecer a confiança no país.

Assim, o que se poderia observar era que o sentimento de onipotência norte-americana havia sido fortemente abalado a partir dos atentados terroristas. O país havia sido atacado dentro de seu próprio território, os terroristas sem muitas dificuldades haviam burlado os seus sistemas de segurança e seqüestrado quatro aviões, levando-os a colidir com os edifícios símbolos do poder estadunidense, o *World Trade Center* e o Pentágono. Mais do que as vítimas civis, havia sido ferida e abalada a confiança norte-americana. Tanto que, O'Reilly, inicia o seu programa do dia 18, dizendo:

“Todos os norte-americanos se lembram exatamente de onde estavam quando ouviram a notícia sobre o assassinato de John Kennedy, bem como também se lembram exatamente do que sentiram naquele momento e esses pensamentos estiveram frescos ao longo dos anos e esse sentimento de preocupação e, principalmente, patriotismo foi reacendido em milhões de americanos. Se essa força pode ser positiva, também significa algo negativo e o nosso governo tem agora a chance de melhorar este país (...)” (O'REILLY, 2001).

O'Reilly resgata a comoção causada pelo assassinato do presidente John Kennedy nos Estados Unidos para explicar o sentimento que assolou o país logo após os atentados. Salientando que aquele momento acabava por fazer com que o patriotismo estadunidense fosse reacendido. Através do discurso de O'Reilly vemos que a ameaça externa fazia com que a sociedade civil se voltasse para um estado de união. Este estado de união estava sendo construído a partir da representação de ou “outro” terrorista, um “outro” como ameaça.

Esse estado já havia sido defendido por Bush em seu pronunciamento sobre os atentados, no qual o então presidente defendia que os americanos deveriam responder aos ataques com o melhor que a América possuía: a união e a solidariedade para com as vítimas do ocorrido. O'Reilly tanto reiterava a necessidade de uma resposta coletiva aos atentados através da qual os norte-americanos se mostrariam unidos e fortes como também cobrava do governo do país medidas firmes, que pudessem sanar as feridas abertas pelos atentados de 11 de setembro.

Ao se posicionar dessa maneira O'Reilly deixa claro que, em sua visão e no que ele acredita ser a visão de milhões de cidadãos norte-americanos, Bush deveria usar dos mais variados artifícios a seu alcance para garantir a segurança do país e de sua população. O apresentador é incisivo em seus comentários e enfatiza, ainda, que aquele era o momento para o governo e suas instituições provarem a si mesmos e ao povo estadunidense que, muito embora, não tenham sido capazes de evitar que uma atrocidade dessa natureza ocorresse em solo americano estavam preparados e possuíam as capacidades necessárias para encontrar e punir os responsáveis, restabelecendo o sentimento de segurança e a dignidade para todos os americanos. O'Reilly então diz:

“(...) nossas agências de inteligência serão agora atualizadas e as forças armadas testadas em um novo tipo de guerra, fazendo-as mais fortes e preparadas para nos proteger. Nossas fronteiras podem, finalmente, ser realmente seguras e nossas políticas de imigração se tornarão mais rígidas e, nós precisamos disso para proteger os americanos de terroristas, drogas e crimes. A falha da segurança das fronteiras dos Estados Unidos é uma das falhas mais grotescas do governo” (O'REILLY, 2001).

O'Reilly demonstra de maneira evidente o seu tom conservador e as suas expectativas para as políticas que deveriam começar a ser implementadas no país. Trazer para o cerne da questão as políticas de imigração corrobora com o ódio ao estrangeiro que foi observado nos Estados Unidos após os ataques. Mesmo com sua inclinação política assumidamente republicana, inclusive tendo empreendido campanha para a eleição de George W. Bush, o apresentador ressalta que foi um grave erro do governo que os terroristas tenham conseguido adentrar as fronteiras norte-americanas. Ele exige então políticas mais fechadas e mais medidas de seguranças nos aeroportos, dizendo que os americanos deveriam ter o seu direito de “voar a salvos e confortáveis” garantido.

Indo além em seu discurso e expondo o seu posicionamento a respeito de como o governo deveria responder aos atos, ele diz:

“(...) a lista dos inimigos da nação feita pelos federais (FBI) deve ser expandida. Eu não estou incentivando assassinatos, mas dizendo que é dever do nosso governo manter a magoa com relação às ações empreendidas contra os americanos (...) muitas coisas boas podem ainda sair do mesmo terrorismo que tanto nos chocou, mas a administração de Bush precisa estar focada” (O'REILLY, 2001).

Já nesse ponto O'Reilly enfatiza que o desejo de toda a nação norte-americana é de que os atentados não sejam esquecidos e de que os inimigos sejam punidos. Legítima assim a guerra ao terror declarada por Bush. Indo mais além, podemos afirmar que ao declarar que o governo tinha o “dever de manter a magoa” sobre os ataques fica evidente a visão de O'Reilly

a respeito da resposta que deveria ser dada. Isto é, para o apresentador, os Estados Unidos na busca pelos terroristas e principalmente por Bin Laden não deveriam economizar em seus esforços e artifícios.

Ele afirma não defender assassinatos, mas também não os condena. O apresentador assume que a lista de “inimigos da nação” deve ser ampliada, incluindo nela indivíduos que são mais do que inimigos da nação, sendo também inimigos da democracia, da liberdade e da justiça. Nas entrelinhas de sua fala já suplanta a humanidade dos terroristas, indo de encontro com o discurso de Bush, no qual ele disse que os Estados Unidos havia visto o mal, o pior lado da natureza humana. Claramente, O’Reilly no processo de securitizar o terrorismo, o caracteriza como desumano e despolitizado de modo que não havia a necessidade de se respeitar as convenções política e sociais e o direito internacional na caçada pelos responsáveis de atos atroz como os ataques de 11 de setembro.

Essa desumanização dos terroristas faz com que sejam também despolitizados os atentados de 11 de setembro e caracterizados como fruto da mais pura maldade humana, do extremo fundamentalismo religioso e do ódio exaltado aos valores ocidentais. Não se trata aqui de julgar se os atentados terroristas empreendidos em 2001 contra os Estados Unidos foram certos ou errados, mas sim, de compreender que se tratou de um ato político e representou o sentimento existente em grande parte do Oriente Médio sobre a dominação estadunidense. Contudo, os Estados Unidos em virtude de responder ao ocorrido, o despiu de implicações políticas, transformando-o em apenas um ato de ódio e terror (NASSER, 2014, p.69-70).

Essa visão foi passada para a sociedade norte-americana através do discurso e da exploração da carga emocional deixada pelo ocorrido. Para melhor compreender como foi construído esse discurso por O’Reilly em seu programa, apresentaremos na última sessão do trabalho o posicionamento do jornalista a respeito da ideia de terrorismo e sobre as guerras empreendidas por Bush.

3.3. A convergência nos discursos de George W. Bush e Bill O’Reilly na legitimação da Guerra ao Terror

Como já foi observado em outros momentos desse trabalho, a Guerra ao Terror esbarrou em vários entraves políticos, éticos e normativos frente á sociedade norte-americana e a comunidade internacional. Em virtude disso são importantes os processos de securitização para o entendimento de como Bush conduziu e legitimou as suas ações. Lembrando que o

governo dos Estados Unidos compreendeu os ataques terroristas de 11 de Setembro como uma declaração de guerra. No entanto, é preciso considerar que os ataques foram empreendidos pela al-Qaeda, uma organização não-estatal, cabendo assim, ressalvas e controvérsias sobre a procedência de uma declaração de guerra, advinda de uma organização social a um Estado.

O problema de se declarar guerra ao terror ou terrorismo consiste no ponto que se está tratando de um conceito extremamente subjetivo e de difícil definição, como foi exposto no segundo capítulo. Além disso, a conceituação da guerra nos diz, apenas:

(...) que é possível classificar a guerra em “guerra internacional” e “guerra civil”. A internacional seria o conflito entre Estados, enquanto que a guerra civil são conflitos entre duas ou mais partes dentro de um único Estado, isto é, a população civil que luta contra o governo (BRIGIDO, 2011, p.3).

Assim, a Guerra ao Terror de Bush não se enquadra em nenhuma das definições, uma vez que Bush declarou guerra a grupos externos de seu país em primeiro plano. Mesmo que tenha cunhado a expressão de “eixo do mal”²⁹, enquadrando alguns países que em sua concepção eram Estados terroristas, Bush anunciou que os Estados Unidos iniciaria sua guerra contra o terrorismo. Isso seria feito segundo o documento "A estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos" apresentado por Bush em 2002, a partir das chamadas guerras preventivas, isto é, os Estados Unidos atacaria qualquer organização ou mesmo Estado, apenas havendo a suspeita de que estes pudessem estar planejando um novo golpe contra o território norte-americano. Assim como, enfatizou que prenderia os responsáveis e iria acabar com a al-Qaeda. Deste modo, o governo norte-americano com a intencionalidade de destruir os grupos terroristas avançou contra Estados Nacionais, que supostamente ofereciam asilo e apoio a essas organizações

Portanto, ainda no ano de 2001 quando foi declarada a Guerra ao Terror, os Estados Unidos iniciaram a guerra contra o governo do Talibã no Afeganistão, alegando que este fornecia guarita aos membros da al-Qaeda, apoiando o terrorismo e ameaçando a segurança de todos os países do globo. Já no ano de 2003, em vigência da Doutrina Bush foi a vez do governo de Saddam Hussein se tornar alvo das investidas militares norte-americanas, sob o pretexto de que o governante iraquiano possuía armas de destruição em massa sob o seu domínio e pretendia usá-las contra os Estados Unidos. Nota-se que os Estados Unidos

²⁹ Expressão utilizada pelo então presidente George W. Bush, em seu discurso anual ao Congresso norte-americano em 2002. Referia-se a três países, que constituíam uma grave ameaça ao mundo e à segurança dos Estados Unidos: Coreia do Norte, Irã e Iraque. Bush dizia que esses países desenvolviam armas de destruição em massa e, ou patrocinavam o terrorismo mundial. Mais tarde foram incluídas também Cuba, Líbia e Síria.

precisavam construir um discurso forte a respeito da necessidade de dar seguimento a suas ações e invadir dois Estados Nacionais que não haviam empreendido ataques diretos aos norte-americanos. Não houve uma agressão ao território estadunidense por parte desses países. O Afeganistão e o Iraque foram invadidos e submetidos a um sangrento conflito, com grandes perdas e sofrimento para a sua população em virtude da política de prevenção dos Estados Unidos.

Para evitar novas agressões, os norte-americanos atacariam terceiros a partir apenas de suspeitas trazidas pelo trabalho de inteligência do país. Essa prática gerou controvérsias e discussões na política internacional, uma vez que a partir da criação da ONU, a Guerra passou a ser ilegal quando não houvesse aceitação das Nações Unidas. Assim, exceto em caso de legítima defesa ou por resolução do Conselho de Segurança da ONU as guerras deveriam ser evitadas e os Estados deveriam buscar meios pacíficos de resolução de conflitos. Claramente, essa não foi a situação das duas guerras empreendidas por Bush no Oriente Médio.

Apesar do poderio militar e ideológico norte-americano, as agressões aos Estados não repercutiram bem no meio internacional. Era de acordo da maioria dos países que os responsáveis pelos ataques de 11 de Setembro deveriam ser punidos, contudo, a maneira como a administração de Bush conduziu a questão gerou desacordos, principalmente no que toca ao direito internacional. Lembrando que o Iraque foi atacado e invadido mesmo com as objeções de alguns membros do Conselho de Segurança da ONU. Os Estados Unidos então ignorou as prerrogativas do direito internacional em virtude da realização dos seus interesses no Oriente Médio.

Essas contradições presentes na Doutrina Bush fizeram com que o governo se apoiasse no discurso securitizante além de seu poder de coerção militar para levar adiante uma verdadeira cruzada no século XXI. A legitimação da Guerra ao terror se deu através de uma articulação entre os discursos oficiais, acadêmicos e em declarações calorosas da mídia norte-americana.

Conformando assim, a compreensão de que os atos empreendidos pelos Estados Unidos visavam apenas a punição dos culpados pela morte dos quase 3000 civis inocentes em Nova York e a libertação do mundo de organizações nefastas como a al-Qaeda. O terrorismo era o mal do século e precisava ser derrotado e os norte-americanos haviam assumido para si esta missão.

Assim, no programa *The O'Reilly Factor*, que foi ao ar no dia 13/09/2001, O'Reilly

contou com a presença do professor Sam Hussein³⁰, um renomado intelectual estadunidense de origem árabe e membro do *American-Arab Anti-Discrimination Committee*. Com a sua visão mais progressista sobre o lugar dos Estados Unidos no mundo e na política internacional, Hussein trouxe ao programa de O'Reilly uma opinião bastante preocupada com o caminho que os país iria seguir a partir do ocorrido e dos impactos de toda aquela situação para os países do Oriente Médio, sobretudo o Afeganistão, principal alvo naquele primeiro momento.

Muito embora o intelectual convidado trouxesse para o público uma visão diferenciada daquela defendida pelo apresentador e pela própria *Fox News*, através do tom com que O'Reilly conduziu o debate e dos argumentos utilizados pelo jornalista já ficava evidente qual o posicionamento do governo norte-americano, esperado pelos seus cidadãos em resposta aos atentados. Para ele os Estados Unidos deveriam destruir os terroristas, bem como, aqueles que ficassem no meio do caminho para que o país alcançasse esse objetivo.

Hussein iniciou a sua participação destacando que o dia 11 daquele mês havia sido difícil para todos os cidadãos norte-americanos, porém, o mais importante naquele momento e naquela situação era que fosse lançado um olhar para onde o país pretendia seguir a partir daquele ocorrido. O professor, retomando uma fala de Bill, reitera que soldados não devem matar “mulheres e crianças” e justamente por isso o que mais o entristecia e o preocupava em todo o ocorrido não era unicamente o fato de que pessoas possam matar outras pessoas inocentes, mas que agora ele ouvia a notícia de que os Estados Unidos iria mandar os seus soldados, para matar civis inocentes no Afeganistão (HUSSEINI, THE O'REILLY FACTOR, 2001).

O'Reilly, como é característico de suas intervenções, quase sempre abruptas e até mesmo grosseiras, imediatamente contrapôs a ideia de seu convidado dizendo que isso não era o que aconteceria de fato e não passava de um exagero das pessoas, diminuindo as possíveis conseqüências de uma guerra para Oriente Médio. Mesmo quando é lembrado por Hussein sobre as condições a que foram expostos os povos árabes durante as primeiras Guerras do Golfo O'Reilly defende veementemente que os Estados Unidos estavam diante de uma declaração de guerra por parte do “Estado Terrorista” e precisava responder a tal ato prendendo e punindo os responsáveis (THE O'REILLY FACTOR, 2001).

³⁰ Sam Hussein é um renomado escritor e ativista político. Ele é o diretor de comunicações do *Institute for Public Accuracy*, um grupo sem fins lucrativos com sede em Washington-DC, que promove especialistas com uma visão mais progressista como fontes alternativas para repórteres da mídia tradicional. Ele trabalhou também no *American-Arab Anti-Discrimination Committee* e no grupo de vigilância da mídia Imparcialidade e Precisão em reportagem. Hussein fundou a página *VotePact.org* que incentiva democratas desiludidos a alinharem-se com republicanos também desacreditados e, ambos votarem em candidatos independentes de outros partidos.

Esse posicionamento firme de O'Reilly foi de encontro com as proposições de George W. Bush em seu discurso no dia 20 de setembro de 2001, no qual ainda no calor dos fatos o presidente norte-americano deixava claro qual seria a postura dos Estados Unidos frente ao terrorismo, salientando que não haveria distinção entre os grupos terroristas e aqueles Estados que os protegiam, enfatizando que a política de combate ao terrorismo seria conduzida com tolerância zero.

Bush reiterou veementemente que os autores dos atentados de 11 de Setembro foram os membros da Al-Qaeda, o mesmo grupo de “assassinos” que havia sido indicado pelos atentados contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia, e dos responsáveis pelo ataque ao destróier USS Cole. Em sua definição a “Al-Qaeda está para o terrorismo assim como a máfia está para o crime. Mas seu objetivo não é ganhar dinheiro, e sim reordenar o mundo - impondo suas crenças radicais às pessoas de todas as partes” (BUSH, 2001).

Nesse mesmo discurso, Bush descrevia os terroristas como praticantes radicais e extremistas do islamismo, afirmando que o objetivo dos mesmos era matar cristãos e judeus, bem como, todos os norte-americanos, não havendo distinção entre militares e civis. Para George W. Bush os ataques terroristas foram um ato sem justificativa e os objetivos dos terroristas se reduzem a

(...) matar não apenas para tirar vidas, mas para perturbar e tentar eliminar um modo de vida. Com cada atrocidade, esperam que os norte-americanos se tornem temerosos e se retirem do mundo, deixando de lado os nossos amigos. Unem-se contra nós porque nos interpomos em seu caminho (BUSH, 2001).

Retomando a entrevista concedida por Hussein ao *The O'Reilly Factor*, em uma discussão sobre o fato de que estariam respondendo a uma atrocidade com mais atrocidades, O'Reilly o acusa de estar tentando justificar o injustificável. Uma vez que o intelectual defende que atacar o Afeganistão e assim prejudicar a sua população civil, se configuraria em uma repetição dos mesmos erros que os Estados Unidos vêm cometendo em sua política externa ao longo de sua história. Hussein salienta que o apresentador ao justificar a invasão do Afeganistão em virtude da al-Qaeda e dos atentados, estaria admitindo o fato de que uma atrocidade poderia legitimar outra (THE O'REILLY FACTOR, 2001).

O'Reilly então, é enfático a respeito de sua visão sobre os atentados terroristas e principalmente sobre a resposta esperada por ele e, segundo a sua opinião, pela sociedade norte-americana:

Senhor Hussein, vamos ser honestos, você está sendo emocional e

irracional. A situação é como um agente do FBI disse: você não pode encontrar uma razão para isso. Você não pode convencê-los. Você não pode fazer nada para impedi-los. Só nos sobram duas opções: ou você os mata ou os prende para o resto da vida. E é isso (O'REILLY, THE O'REILLY FACTOR, 2001)

Assim como Bush, O'Reilly descaracterizava a ação política envolvida nos ataques aos Estados Unidos, dessa forma reiterava para a sua audiência que o país estava lidando com uma espécie de ser humano incapaz de sentir empatia. Ambos construíam a representação do terrorismo enquanto a fonte do mal no mundo e que precisava ser parado. Esse artifício é utilizado para distanciar os indivíduos “de bem” dos homens “maus” e dessa maneira, transformar as guerras e a tortura utilizadas para prender os terroristas em atos justificados. Como dito anteriormente quando um fato passa por um processo de securitização, os indivíduos passam a tolerar que regras e convenções sejam ignoradas, logo, no caso da Doutrina Bush as regras do direito internacional e dos direitos humanos foram suplantadas em certos momentos com o aval de grande parte da sociedade civil norte-americana.

Esse entendimento e, sobretudo, o discurso de Bush e O'Reilly relacionam-se e fundamentam-se na crença norte-americana de que são o povo escolhido, detentores de uma missão civilizatória, não havendo assim outra nação mais capaz e qualificada para combater o terrorismo. Deste modo, os

(...) Estados Unidos entendiam que a partir do momento em que a população desses países tivesse contato com uma nova forma de governo e organização política, tornariam o processo democrático mais rápido e dariam exemplo para os demais países da região. “Agiremos ativamente para levar a esperança da democracia, do desenvolvimento e do livre comércio para todos os cantos do mundo” (NATIONAL SECURITY STRATEGY, 2002, tradução nossa) (LEITE, 2009, p.46).

Convergindo com essa visão de excepcionalidade americana e combate à violência e falta de moralidade Bush ressalta em seu discurso no dia 20 de setembro:

Hoje somos um país que despertou para o perigo e que foi conclamado a defender a liberdade. Nosso pesar se tornou ira, e nossa ira se tornou determinação. Quer tragamos nossos inimigos à Justiça ou quer levemos justiça aos nossos inimigos, saibam que a justiça será feita (BUSH, 2001).

O'Reilly e Bush assumem que a missão dos Estados Unidos desde aquele momento se configurava em perseguir, encurralar e destruir os responsáveis pelos ataques. Nota-se nas entrelinhas de ambos os discursos um forte desejo de vingança, de mostrar ao mundo que o país ainda era o hegemon na política internacional e nenhum Estado, organização ou homem poderiam atacá-los sem sofrer com a ira e a força americana. Mais do que livrar o mundo do

mal do terrorismo, ambos possuíam um discurso impregnado de revanchismo e necessidade de auto afirmação. Havia uma necessidade de resgate da “honra” do país que acabou sendo passada para a sociedade como um todo. Discursos de ódio e preconceito se tornaram comuns nos Estados Unidos após os ataques. O estrangeiro, principalmente árabe, passou a ser encarado como inimigo.

Visto isso, é importante ressaltar que O’Reilly, na tentativa de desqualificar a opinião de Hussein o acusou de estar sendo “irracional e emocional” em sua angústia e preocupação com o destino do Oriente Médio. O apresentador deixa implícito que, bem como seria defendido por Bush, a única opção digna para os Estados Unidos seria punir os responsáveis, independente das vias que fossem utilizadas para que esse objetivo fosse alcançado. O’Reilly, inclusive, ao fim da entrevista assume que o custo de vidas humanas nos países “apoiadores do terrorismo” seria apenas uma consequência da guerra. E mesmo com Hussein afirmando que agindo deste modo o país estaria apenas perpetuando o próprio terror do qual foi vítima, o apresentador não abandona o seu posicionamento.

Bush identificou em seu discurso que Osama Bin Laden era o líder da organização. Salientando que as cédulas de treinamento terrorista estavam localizadas no Afeganistão, onde possuíam apoio do governo do Talibã. Do mesmo modo, O’Reilly em seu programa ressalta que as pretensões norte-americanas no Afeganistão consistiam apenas em capturar Osama Bin Laden e os demais integrantes da al-Qaeda. Bin Laden, na opinião do jornalista não passava de “um homem morto andando” (O’REILLY, THE O’REILLY FACTOR, 2001).

O presidente norte-americano ressaltava que o povo estadunidense jamais admitiria a falta de liberdades individuais, a miséria e o sofrimento enfrentados pela população no Afeganistão, governado pelo regime do Talibã. Dizendo que os americanos respeitavam os afegãos, diferentemente dos seus líderes que oprimiam o seu povo e ameaçam a outros povos ao abrigar e abastecer terroristas. Bush, então, deixa claro qual a real posição e condições do Afeganistão em meio a aquele cenário reforçando que o “Talibã precisa agir, e agir imediatamente. Eles nos entregarão os terroristas ou compartilharão do destino que caberá a estes. Também quero falar esta noite diretamente aos muçulmanos de todo o mundo” (BUSH, 2001).

Por fim, Bush alertava, não somente os norte-americanos como toda a comunidade internacional sobre o que se poderia esperar para os próximos anos, dizendo que:

Os norte-americanos não devem esperar uma batalha, mas uma prolongada campanha diferente de tudo que já vimos. Ela pode incluir ataques dramáticos, visíveis na TV, e operações sigilosas, mantidas em segredo mesmo que conquistem o sucesso. Nós privaremos os terroristas de suas

verbas, os voltaremos uns contra os outros, os expulsaremos de seus refúgios até que não lhes reste refúgio algum. Cada país, em cada região, tem uma decisão a tomar, agora. Quem não estiver conosco, estará com os terroristas (BUSH, 2001).

Neste mesmo segmento, porém muito mais incisivo, dizendo que a opinião de Hussein ao se opor a uma guerra era absurda e ridícula, o apresentador reforçou que sem a cooperação do governo talibã nas buscas pela al-Qaeda, o Afeganistão acabaria por ser atacado no processo. Sendo importante ressaltar que quando questionado por Hussein sobre quais as mortes que seriam necessárias nesse processo, O'Reilly de maneira enfática salienta: “não faz a menor diferença, isso acontece em uma guerra, isso é a guerra” (O'REILLY, THE O'REILLY FACTOR, 2001). Legitimando assim, a campanha que os Estados Unidos viria empreender no Afeganistão.

Estava instaurado o estado de guerra no cenário internacional que viria a se conformar na Doutrina Bush. Os Estados, os indivíduos, as instituições tinham uma escolha apenas: ou estar ou não estar com os Estados Unidos. O combate ao terrorismo então, foi elevado à fonte do mal e dor no mundo e deveria ser prioridade de todas as nações “de bem”.

Pode-se perceber um tom de revanchismo implícito nos comentários de O'Reilly. Notadamente, o apresentador entendia que os Estados Unidos jamais poderiam ter permitido que um ataque com tal magnitude e consequências atingisse o seu território. Logo, os responsáveis precisavam ser punidos severamente, independentemente dos custos para isso. Quando O'Reilly diz a frase “isso é a guerra”, fica evidente que ele entendia, assim como Bush, que a guerra contra o terrorismo não seria fácil, mas deveria ser travada pelo bem da humanidade. Então, no dia 7 de outubro as tropas americanas invadem o Afeganistão, em uma operação que foi denominada de “Operação Liberdade Duradoura”.

Dando seguimento à guerra contra o terror, no dia 20 de março de 2003 os Estados Unidos invadem o Iraque, sob a alegação que o governo de Saddam Hussein estava desenvolvendo armas de destruição em massa, que ameaçavam a segurança nacional. Em seu pronunciamento a respeito da mais nova investida dos Estados Unidos, Bush, dizia:

Meus companheiros cidadãos, neste momento as forças norte-americanas e de coalizão estão no estágio inicial da operação militar para desarmar o Iraque, libertar sua população e defender o mundo de um grave perigo (...). Nossa nação entra neste conflito relutante, ainda que certa de nosso propósito. O povo dos Estados Unidos, nossos amigos e aliados não viverão à mercê de um regime criminoso que ameaça a paz com armas de assassinato em massa (BUSH, 2003).

Nesse mesmo ano, O'Reilly levou ao ar no *The O'Reilly Factor* uma entrevista com

uma Janeane Garofalo, atriz e comedianta de *stand up* norte-americana que também se destacava como ativista política, delegando a favor do aborto e manifestando uma opinião contrária à invasão do Iraque.

Janeane alegava que a melhor opção seria promover o desarmamento do Iraque de forma pacífica, respeitando o direito internacional e as normas das Nações Unidas. Para ela, os Estados Unidos não possuíam motivos suficientes para arrastar os iraquianos para uma guerra e a administração de Bush estava ao ponto de cometer um dos maiores erros da história do país. Obviamente esse posicionamento político de Garofalo a levou a entrar em atritos com a visão conservadora de Bill O'Reilly e da própria *Fox News*. O'Reilly então, questionou Janeane:

E se você estiver errada, certo? E se os Estados Unidos invadirem e eles irão, isso vai acontecer. Se eles entrarem lá, libertarem o Iraque, pessoas na rua, bandeiras americanas, aplaudindo e agradecendo os nossos soldados. Nós acabamos com todas as coisas terríveis que acontecem no Iraque. Você vai se desculpar com o presidente George W. Bush? (O'REILLY, THE O'REILLY FACTOR, 2003).

Mais uma vez podemos perceber que O'Reilly tenta desacreditar o convidado perante o público. O apresentador utiliza dos convidados com opiniões contrárias às suas, para reiterar a sua verdade sobre o mundo. Bill é irônico, quase caricato em suas apresentações e desse modo estabelece a agenda sobre o tema. A convergência entre o seu discurso e o de George Bush faz com que o seu show tenha promovido a campanha norte-americana contra o terrorismo como inevitável, necessária e honrosa. Podendo ser entendido como um importante agente securitizante e legitimador da Doutrina Bush. Isso não esteve presente apenas pela convergência entre o discurso de O'Reilly e o oficial, mas sobretudo na seleção dos conteúdos sobre o tema, na abordagem concedida e na repetição e reforço da ideia do combate ao terrorismo como prioridade máxima da nação.

Essa lente de análise e apresentação que O'Reilly usou em seu programa para apresentar o terrorismo e as guerras preventivas fez com que o *show* se convertesse em uma ferramenta de *soft power*. Ao legitimar culturalmente as campanhas empreendidas no Oriente Médio o apresentador estabeleceu o entendimento para o seu público de que a política norte-americana era a mais indicada para a situação.

Quando o apresentador deslegitima as causas políticas do terrorismo, transformando-o em apenas reflexo de indivíduos desprovidos de escrúpulos e humanidade, que além dos golpes inferidos às pessoas inocentes ao redor do mundo, também violentavam as suas populações, impedindo o acesso ao desenvolvimento e a liberdade das mesmas, acaba por

influenciar no estabelecimento de um imaginário a respeito da missão libertadora dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Os atentados de 11 de Setembro haviam deixado uma marca profunda na sociedade norte-americana, que já não se sentia segura em seu próprio território. Haviam experimentado pela primeira vez o fato de assistir, sem poder fazer nada, a morte dos seus. A mídia conservadora do país se utilizou desse sentimento de insegurança e pesar para manter o terrorismo e a necessidade de combatê-lo presente nas agendas de discussões populares. Muitos eram os interesses que convergiam na estratégia de segurança elaborada pela administração Bush em resposta aos ataques.

A mídia, em encontro com o discurso oficial do Estado, contribuiu para a representação do terrorismo enquanto a fonte da maldade no mundo, justificando a perda de milhares de vidas em longas e agressivas campanhas militares. Visto isso, é importante perceber, que através dessa atuação da *Fox News*, como força legitimadora dos interesses do governo norte-americano após os atentados, pode ser compreendida como ferramenta de *Soft Power*.

Ao repercutir em sua grade os desdobramentos dos ataques de 11 de Setembro, apresentando certo alinhamento com o discurso de George W. Bush, o canal reiterou a necessidade perante a população estadunidense de que o terrorismo fosse eliminado, independentemente dos custos para tal ação. Assim, a *Fox News* foi um relevante instrumento de *Soft Power*, justificando e legitimando as ações dos Estados Unidos, de modo que o país pode executar os seus interesses nos Oriente Médio, através das guerras preventivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho buscamos expor que no cenário atual das relações internacionais cada vez mais as questões subjetivas, como as ideias e a linguagem ganham significância nos estudos da área e para a compreensão da política internacional. De modo, que buscamos apresentar a mídia como um ator emergente nas relações internacionais que, através de seu poder discursivo, pode ser interpretada como uma ferramenta de *soft power* e, ou, um agente securitizante.

Ao analisar o contexto político norte-americano do período a partir dos processos de co-construção entre agente e estrutura, bem como utilizando as proposições de Wendt a respeito da formação das identidades dos agentes e suas implicações no estabelecimento dos interesses dos mesmos observamos a complexa relação entre a *Fox News Channel* e o seu papel na legitimação da Doutrina Bush após os ataques de 11 de Setembro.

Portanto, ao longo de toda a pesquisa ficou evidente a importância histórica e simbólica dos atentados ocorridos no dia 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Essa significação ideológica dos ataques transcendeu as fronteiras norte-americanas, impactando as relações internacionais como um todo e transformando a conjuntura política no cenário interno do país e na cena global.

No plano interno, nesse mesmo período nos Estados Unidos acontecia a ascensão de uma nova onda neoconservadora, maximizada pela eleição de George W. Bush, do Partido Republicano, como presidente da República em 2001. Bush se elegeu em um processo eleitoral conturbado e extremamente disputado, o qual foi ainda, carregado de polêmicas, incluindo a necessidade da recontagem de votos no estado da Flórida, acusações de fraude e tendo a sua vitória declarada no Colégio Eleitoral. Deste modo, George W. Bush chegou à presidência, marcado por inúmeras contestações, fato esse, que foi intensificado com os ataques de 11 de Setembro e o viés assumido em sua política externa e de segurança a partir do ocorrido. Contudo, o que se pode apreender ao longo da pesquisa, é que Bush soube usar de ferramentas legitimadoras de seu discurso para fortalecer, não só a sua política, como a sua imagem enquanto presidente dos Estados Unidos.

Em poucos meses de governo ele teve que lidar com o que foi considerado por muitos como a pior crise da história do país. Assim, seguindo a sua plataforma política conservadora, a administração de Bush respondeu aos atentados de forma agressiva e incisiva, declarando a Guerra ao Terror e estabelecendo um novo paradigma de política externa e de segurança, a

Doutrina Bush. Esse novo paradigma se apoiava no preceito fundamental de combate ao terrorismo, através, sobretudo, das guerras preventivas. Dessa maneira, os Estados Unidos não esperaria que novos golpes fossem inferidos ao seu território para iniciar um ataque contra um possível agressor. A primazia era a máxima da defesa antes mesmo do ataque. Essa doutrina ainda dividiu o mundo em categorias maniqueístas, nas quais se opunham, de um lado, os terroristas e os Estados “apoiadores” do terrorismo e, do outro, os países defensores da paz e da liberdade, que conseqüentemente estavam com os Estados Unidos.

Mesmo com a gravidade dos atentados e o reconhecimento do direito de resposta por toda a comunidade internacional, os Estados Unidos ainda esbarravam em questões éticas e normativas, que dificultavam a execução de seus interesses. Assim, apesar do seu poderio político-militar, o país teve que buscar outros meios de legitimação para as suas ações. O governo estadunidense procurou, então, caracterizar o “terrorismo” como sendo uma ação irracional e despolitizada. Defendendo que os terroristas tinham como objetivo espalhar o terror e o pânico, matando nesse processo pessoas inocentes. Os terroristas foram retratados como fundamentalistas religiosos, vinculados, sobretudo, ao islamismo, que buscavam a destruição dos ideais ocidentais e dos Estados Unidos.

Essa descrição do terrorismo foi reforçada pela ação dos meios de comunicação, que passaram a abordar o tema, seguindo a interpretação extraída dos discursos do governo. Por conseguinte, buscamos expor no decorrer de todo o trabalho, como as ideias, a linguagem e o discurso são utilizados pelos líderes mundiais como fontes de legitimação para as suas ações, logo, como *Soft Power*. Assim, é importante ressaltar que os atentados terroristas ganharam grande notoriedade, não apenas pela magnitude e ineditismo do fato, mas também pela grande circulação de informações e imagens na grande mídia internacional a respeito do mesmo. Os meios de comunicação se apropriaram da comoção gerada entorno do episódio e transformaram o terrorismo em uma espécie de “terror espetáculo”, no qual as imagens do ocorrido eram repetidamente veiculadas, estabelecendo um imaginário de medo e insegurança no público.

Dessa maneira, a mídia, foi entendida no presente trabalho, como um ator emergente nas relações internacionais, possuindo a capacidade de legitimar e justificar os interesses dos Estados. No caso específico dos atentados de 11 de setembro, ficou perceptível, que a administração de Bush, se valeu da convergência entre os seus interesses e o discurso de orientação conservadora presente no canal de notícias *Fox News Channel*, podendo este ser entendido como uma ferramenta de *Soft Power*, legitimando e justificando as guerras preventivas empreendidas no Oriente médio. O uso do discurso oficial, aliado ao discurso dos

meios de comunicação, foi fundamental para a construção de uma identidade do medo na sociedade norte-americana.

Foram também explorados, como foi possível perceber, a partir da análise de alguns trechos do programa de Bill O'Reilly, questões identitárias impregnadas na sociedade norte-americana, para legitimar as ações do país no combate ao terrorismo. Nas declarações de O'Reilly, assim como nos discursos do presidente Bush, pudemos extrair referências ao excepcionalismo histórico, à crença do povo escolhido, que possui a missão de expandir os seus ideais de igualdade e democracia para o mundo. Desde modo, concluímos que ambos, se apóiam nos fundamentos básicos da formação do povo americano, para justificar a necessidade do combate ao terrorismo.

A mídia fez isso através de uma apurada seleção de conteúdo e pautas, bem como da exclusão de certos temas da programação, explorando assim, toda a sua capacidade de agendamento temático. Essa característica contribui para que a mídia, como ferramenta de *soft power*, fosse capaz de legitimar a necessidade da guerra contra o terror, perante a sociedade. Construindo uma representação ideológica dos terroristas como indivíduos desprovidos de compaixão e humanidade, que além de espalhar o terror pelo mundo, também, violavam as suas próprias populações.

A capacidade de agendamento também permitiu que a mídia atuasse como um agente securitizante, apresentando o terrorismo como prioridade securitária para os Estados Unidos. Permitindo dessa maneira, que certas regras e convenções sociais, fossem ignoradas ou mesmo violadas, em virtude do objetivo maior, que era o combate ao terror. O governo norte-americano apropriou-se do caráter legitimador da mídia alinhada às suas concepções políticas para justificar e enaltecer as necessidades de suas políticas de segurança, assim, os meio de comunicação ao estabelecerem o terrorismo como uma agenda em suas programações, quase sempre vinculando-o ao mundo árabe, securitizaram o terrorismo e legitimaram as guerras preventivas no Oriente Médio.

Concluímos, portanto, que a *Fox News* foi um importante canal legitimador da Doutrina Bush, uma vez que, através do seu poder ideológico e discursivo, reforçou os interesses do governo norte-americano. A convergência nas retóricas, tanto do presidente Bush, como do apresentador Bill O'Reilly, além da convergência da linha política neoconservadora do canal contribuíram para a aceitação e legitimação da Doutrina Bush perante a sociedade. Ambos exploraram questões identitárias intrínsecas ao cidadão norte-americano, conjuntamente à força simbólica dos atentados, buscando expor a necessidade do país em responder de forma agressiva e contundente aos ataques. Logo, podemos perceber,

que a construção das representações do terrorismo, dos ataques, do povo dos Estados Unidos e dos terroristas nos meios de comunicação foram fundamentais para o entendimento e aceitação da sociedade à Doutrina Bush.

Resgatando a analogia do título o trabalho com a música-poema de Scott-Heron e após os resultados de nossa pesquisa fica evidente o poder de agência dos meios de comunicação para construir consensos e normativas da realidade nacional e internacional, sendo importantes instrumentos de análise para compreensão dos interesses e atores por trás das narrativas oficiais nas relações internacionais.

REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, s. l., n. 47, p. 201-252. 1999.

AMARAL, Lilian de Andrade. **A influência da mídia na política externa dos países**. Monografia (Curso de Especialização em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

BARBERO, Jesús Martín-. **Indústrias Culturais: Modernidade e Identidade**. p.21-36. In:**Indústrias Culturais e os Desafios da Integração Latino Americana**. Org: KUNSCH, Margarida M. Krohling. Intercom. São Paulo. 1993.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 2001.

BAUMAN, Zygmund. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BENSON, Rodney. Delírios militantes na Imprensa dos Estados Unidos. **Fundação Maurício Grabois**. 2014. Acessado em 20/10/2014. Disponível em: http://grabois.org.br/portal/impriminot.php?id_sessao=8&id_noticia=12866

BRIGIDO, Eveline Vieira. A Guerra e sua regulamentação pelo Direito Internacional. **AmicusCuriae** v.7, n.7, p. 1-13. Santa Catarina, 2011

BURITY, Caroline Rangel Travassos. A influência da mídia nas relações internacionais: um estudo teórico a partir do conceito de diplomacia midiática. **Contemporânea**, s.l., vol.1 n°21, p. 166-179. 2013.

BUSH, George W. **Discurso oficial de George W. Bush sobre o início da Guerra do Iraque em 2003**. Tradução: Luciana Coelho e Cristina Amorim. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u53194.shtml> Acessado em 10/11/2014.

BUSH, George W. **Discurso proferido por George W. Bush após os Atentados de 11 de Setembro**. Tradução: Paulo Migliacci. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/confira-na-integra-o-discurso-de-bush-apos-os-ataques-de-119,50fb27721cfea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acessado em: 06/10/2014.

BUZAN, Barry (1983). **People, State, and Fear: An Agenda for International Security Studies in the post cold War**. Wheatsheaf Books LTD: Brighton, Sussex.

BUZAN, Berry & HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Ed. Unesp: São Paulo. 2012.

CAMARGO, Julia. **Ecos do fragor: a invasão do Iraque em 2003: a mídia internacional e a imprensa brasileira**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

CANTALAPIEDRA, David Garcia. A Administração Bush e o futuro da política estratégica dos EUA: da GWOT à Longa Guerra. **Relações Internacionais**. n.19.p. 055-072. Lisboa, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1

CERVO, Amado Luis. Conceito em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol-2 n° 51, p. 8-25. 2008.

DEBORD, Guy. **A sociedade do Espetáculo**. Projeto Periferia. 2003. Acessada em 08/09/2014. Disponível em: <http://www.cisc.org.br/portal/biblioteca/socespetaculo.pdf>

DELLAVIGNA, Stefano; KAPLAN, Ethan. The Fox News Effect: Media Bias and Voting. **Quarterly Journal of Economics**. p. 1187-1224. Oxford. 2007.

DINES, Alberto et. al. **Mídia e Terrorismo: A imprensa e a cobertura do 11 de Setembro**. Vol. 2. s.l. Biblioteca do Observatório. 2004.

DUARTE, Paulo. *Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa*. **Contexto Internacional**. vol. 34 n. 2 p. 501-529. Rio de Janeiro. 2012.

DUQUE, Marina Guedes. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol.31 n°3, 459-501. 2009.

FERNÁNDEZ, Luciana Moretti. **Hiperterrorismo e Mídia na Comunicação Política**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

FERREIRA, André Fernandes. **A mídia e a Política Externa dos Estados Unidos: Uma análise crítica**. 2011. 107 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Centro Universitário de Brasília. Brasília. 2011.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Panorama da Política de Segurança dos Estados Unidos após o 11 de Setembro: o espectro neoconservador e a reestruturação organizacional do Estado. In: **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: Reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. p.45-63. Org: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Ipea. Brasília, 2014.

FINGUERUT, Ariel. **A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush**. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual de São Paulo. Araraquara, São Paulo, 2008.

FONSECA, Carlos. “Deus está do nosso lado”: excepcionalismo e religião nos EUA. **Contexto Internacional**. v. 29, n 1, p. 149-185. Rio de Janeiro, 2007.

FONSECA, Carlos. Avaliação do Primeiro Mandato de George W. Bush e Perspectivas para o Segundo. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**. n.5. p. 42-51. Campinas, São Paulo, 2005.

FORMIGA, Fábio de Oliveira Nobre. **A evolução da Hipótese da Agenda-Setting**. 2006. 93 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FOX NEWS. Fox News Channel. Acessado em: 12/09/2014 Disponível em: [HTTP://www.foxnews.com/world/index.html](http://www.foxnews.com/world/index.html).

FRIZZAERA, Guilherme. Análise de discurso como ferramenta fundamental dos Estudos de Segurança – Uma abordagem construtivista. **Conjuntura Global**, Curitiba, vol.2 n. 2, p. 59-63. 2013.

FROTA, Hidemberg Alves da. Análise dialética da legítima defesa antecipatória: O contraste entre a Doutrina Bush e o Direito Internacional. **Boletim Científico**. ESMPU, n.15, p. 11-31. Brasília, 2005.

GLOVER, Kelsey. Analysis of CNN and The Fox News Networks' framing of the Muslim Brotherhood during the Egyptian revolution in 2011. **The Elon Journal of Undergraduate Research in Communications**. Vol. 2, N. 2.p 123-134. 2011.

GÓES, Guilherme Sandoval. Pax Americana e a Doutrina Bush: Dilemas da Sociedade Internacional na Era Pós-Bipolar. **Ideias em Destaque**. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. n.23. p. 32-41. 2007. Acessado em 09/11/2014. Disponível em: https://www.incaer.aer.mil.br/Ideias_23.pdf

GONDAR, Jô. Terror, Imagem e Subjetivação. **Lumina**. v.6, n.1/2, p. 15-30, jan./dez. Juiz de Fora - Facom/UFJF. 2003.

HENRIQUES, Mendo Castro.; PARADELO, António. Uma fórmula de *Soft Power*. **Nação e Defesa**. Vol.3 n.113 p. 107-127. Lisboa. 2006.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 7, p. 42-51, nov. 1997.

HOPKINS, Daniel J.; LADD, Jonathan M. The Reinforcing Effects of Fox News. February, 2012. Acessado em 20/10/2014. Disponível em: <http://people.iq.harvard.edu/~dhopkins/FoxPersuasion021212.pdf>

JULIANO, Paola Gonçalves Rangel do Prado. **De Bush a Jack Bauer: A segurança como obsessão nos Estados Unidos após o 11 de Setembro**. 2012. 120 f. Dissertação (Instituto San Tiago Dantas). Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2012.

JUNQUEIRA, Mary A. Os discursos de George W. Bush e o excepcionalismo norte-americano. **Margem**. n.17, p. 163-171. São Paulo, 2003

KARNAL, Leandro (org.) **História dos Estados Unidos**. São Paulo, Contexto. 2011.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. Londres: Harper Collins, 1989.

LEITE, Lucas do Amaral Batista. George W. Bush e a construção do inimigo na Guerra ao Terror. **Fronteira**, Belo Horizonte, vol.8 n.º.16, p. 17-59. 2009.

LIMA, Elson. Terrorismo e mídia: considerações preliminares acerca da relação entre espetáculo e guerra assimétrica contidos no "11 de Setembro de 2001". 'Usos do Passado' — **XII Encontro Regional de História**. ANPUH-RJ. 2006.

MARINUCCI, Raquel Boing. Relações Internacionais e Mídia. **Universidade Relações Internacionais**. v. 6, n. 1, p. 43-52. Brasília, 2008.

MARTINS, Estevão Perpétuo. **Impacto do 11/09 na Política Externa do Governo de George W. Bush**. 2010. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais). Instituto de Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, 2010.

MATTELART, Armand. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. **The Agenda-setting function of the Mass Media**. *Public Opinion Quarterly*. 1972.

MCCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald. The Evolution of Agenda-Setting Research: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas. **Journal of Communication**. Washington, DC. vol.43 n.2, p. 58-67. 1993.

MCKNIGHT, David. Rupert Murdoch's News Corporation: A Media Institution with A Mission. **Historical Journal of Film, Radio and Television**. Vol. 30, No. 3, p. 303–316. London. 2010.

MESSARI, Nizar. Existe um novo cenário de Segurança Internacional.in: **América Latina y el (des)orden global neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas**. p. 131-149. GÓMEZ, José Maria (Org). Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Os Meios De Comunicação e a Prática Política. **Lua Nova**. 200. Acessado em 16 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67311578007>

MOITA, Luís. “Nine/Eleven”: Repercussões no pensamento europeu. In: **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: Reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. p.107-127. Org: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Ipea. Brasília, 2014.

MORAES, Glória. **Telecomunicações e Poder Global dos EUA**. p. 347-392. In: FIORI, José Luís. [org.]. **O Poder Americano**. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ. 2004

MORAES, Isaias Albertin de. *O Soft Power e a Construção da Hegemonia Estadunidense ao longo do Século XX*. **Seminários de Relações Internacionais: Graduação e Pós-graduação**. ABRI. Brasília. 2012.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de; SOUZA, André de Mello e. A Relevância do Terrorismo na Política Internacional contemporânea e suas implicações para o Brasil. In: **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: Reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. p.13-43. Org: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Ipea. Brasília, 2014.

MORRIS, Jonathan S. The Fox News Factor. **The Harvard International Journal of Press/Politics**. Vol 10. N.3. p 56-79. 2005.

NASSER, Reginaldo Mattar. As Falácias do conceito de “Terrorismo Religioso”. In: **Do 11 de Setembro de 2001 à Guerra ao Terror: Reflexões sobre o terrorismo no século XXI**. p.65-87. Org: SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Ipea. Brasília, 2014.

NELSON, Sônia Ambrósio de. A “guerra contra o terror”: mídia e terrorismo na Indonésia, na Malásia e em Cingapura. **Logo 28: Globalização e comunicação internacional**. n.15. p.60-72. 2008.

NEWSCORP. **News Corporation**. Acessado em 15/10/2014. Disponível em: <http://newscorp.com/who-we-are/>

NOGUEIRA, João Pontes. ; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE Jr, Joseph. **Soft Power: The Means To Success In World Politics**. USA: Public Affairs, 2002.

O'REILLY, Bill. **The O'Reilly Factor Archive**. Acessado em: 12/10/2014. Disponível em: <https://www.billoreilly.com/show?action=tvShowArchive>

OLIVEIRA, Rafael Santos de. **A Mídia como Ator Emergente das Relações Internacionais: seu protagonismo no uso do *soft power* frente aos desafios das mudanças climáticas**. 2010. 419 f. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Ciências jurídicas. Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ et al.(eds.). **International Relations in a constructed world**. New York: M.E.Sharpe, 1998, p. 58-78.

ONUF, Nicholas. Structure? What Structure. **International Relations**. Vol. 23 n. 2 p. 183-199. Pontífica Universidade Católica. 2009.

ORTUNES, Leandro. Mídia e terrorismo: os atentados ao World Trade Center e suas repercussões na mídia. **Temática**. N.7. 2014. Acessada em 12/10/2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/19950/11065>

PAIERO, Denise Cristine. **Mídia e terror: A construção da Imagem do Terrorismo no Jornalismo**. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Faculdade de Comunicação. Pontifica Universidade Católica. São Paulo. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do Candidato: Política Internacional**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2009. 356p.

PINHO, Antonio José. 11 de Setembro: Ideologias e Interdições. **Interdisciplinar**. v.8, p. 183-192. Piauí, 2009.

RESENDE, Érica. Uma análise da Doutrina Bush no Décimo Aniversário de 11 de Setembro. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.18, p. 7-18. 2011.

SCHEUFELE, Dietram.; TEWKSBURY, David. Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models. **Journal of Communication**. Washington, DC. vol. 57. p. 9-20. 2007.

SCOTT-HERON, Gil. **The Revolution Will Not Be Televised**. Albúm: Small Talk at 125th and Lenox. Produtor: THIELE, Bob. 1970.

SILVA, Alex Ricardo Chagas Vieira. **De No Tempo das Diligências a Fox News Live – as estruturas audiovisuais inconscientes do western presentes nas representações televisivas**. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOARES, Neise Silva. Iraque: A guerra da personalização. **Iniciacom**, São Paulo, Vol. 1, N 2. p 1-12. 2006. Acessado 06/07/2014. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/soares-neise-iraque-guerra-da-personalizacao.pdf>

SORTO, Fredys Orlando. A doutrina Bush das guerras preventivas e o sistema das Nações Unidas. **Verba Juris**, s. l., vol. 4 n°. 4, p. 127-174. 2005.

TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol.25 n°01, p. 47-80. 2003.

THE O'REILLY FACTOR. **Fox News Channel**. Acessado em 12/11/2014. Disponível em: <http://www.foxnews.com/on-air/oreilly/index.html>.

THE O'REILLY FACTOR. Fox News Channel. **Cobertura no dia dos atentados de 11 de Setembro**. The O'ReillyFactor on 9/11/2001, enviado em 2008. Acessado em 12/10/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bbDtuMgFIBQ>

THE O'REILLY FACTOR. Fox News Channel. **Entrevista de Bill O'Reilly com Sam Hussein**. Excerpt of The O'ReillyFactor for 9/13/01, enviado em 2006. Acessado em 12/10/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GUQSY4C6CwE>

THE O'REILLY FACTOR. Fox News Channel. **O'Reilly entrevista Janeane Garofalo**. March 2003: Fox's Bill O'Reilly interviews Janeane Garofalo, enviado em 2007. Acessado em 13/10/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rEzH1WzLVg4>

THE O'REILLY FACTOR. Fox News Channel. **O'Reilly insinua que os EUA precisam de outro 11 de Setembro para o Iraque receber atenção das pessoas**. Bill O'Reilly Suggests Another 9-11 Attack To Boost Ratings, enviado em 2006. Acessado em 13/10/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=b-JFgU7N-cI>

THE O'REILLY FACTOR. Fox News Channel. **Quadro Talking Points Memo nasemana posterior aos ataques**. Secured Borders - Bill O'Reilly's Talking Points Memo (Sept. 18, 2001), enviado em 2012. Acessado em 13/10/2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3baoi9O1Pe8>

WELLAUSSEN, Saly da Silva. Terrorismo e os Atentados de 11 de Setembro. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP. , São Paulo, vol.2 n.14, p. 83-112. 2002.

WELLER, Christoph. **Collective Identities in World Society Some Theoretical and Conceptual Considerations**. Working Paper. Frankfurt. 1997.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v.42, n.2, p.392-425. 1992.

WENDT, Alexander. Constructing International Politics. **International Security**. Vol 20 n.1 p. 71-81. Massachusetts. 1995.

WENDT, Alexander. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organization**. Vol. 41 n. 3 p. 335-370. 1987.

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, Vol. 88, No. 2 p. 384-396. Washington, DC. 1994

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa, Presença. 1987.